

# **S**imbiótica

REVISTA ELETRÔNICA

Edição vol.2, n.2, jul.-dez., 2015

**entrevista**

etnografias

charges

crítica

**ilustração**

**contos**

resenhas

**poesias**

artes plásticas

fotografia

**ensaios**

artigos

ISSN 2316-1620

<http://periodicos.ufes.br/simbiotica>

**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Departamento de Ciências Sociais**  
**Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias**

# Revista Simbiótica

## Equipe Editorial

- Editores

Adélia Maria Miglievich Ribeiro (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Claudio Marcio Coelho (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)

- Conselho Editorial

Dirce Nazaré de Andrade Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Edgard de Assis Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Brasil)  
Edison Romera Júnior (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Elísio Macamo (Universität Basel/ Suíça)  
Emilio Roger Ciurana (Universidad de Lladolod y Salamanca/ Espanha)  
Emmanuel Banywesize Mukambilwa (Université de Lubumbashi/ República Democrática do Congo)  
Izabel Cristina Ptraglia (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas/ Brasil)  
Jaqueline Marcelino de Souza (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes (Universidade do Porto/ Portugal)  
Larissa de Albuquerque Silva (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Luís Fernando Beneduzi (Università Ca' Foscari Venezia/ Itália)  
Luís Wesley de Souza (Emory University/ Estados Unidos)  
Maria da Conceição Xavier de Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Brasil)  
Menara Lube Guizardi (Universidad de Playa Ancha/ Chile)  
Patrício Vitorino Langa (Universidade Eduardo Mondlane/ Moçambique)  
Raúl Domingo Motta (Universidad de Salvador/ Argentina)  
Santiago Alvares (Universidad Nacional de San Martín/ Argentina)

- Conselho Consultivo

Alfredo dos Santos Oliva (Universidade Estadual de Londrina/ Brasil)  
André Augusto Michelato Ghizelini (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Andrea Lissett Pérez Fonseca (Universidad de Antioquia/ Colômbia)  
Carlos Eduardo Maldonado Castañeda (Universidad del Rosario/ Colômbia)  
Carlos Nazareno Ferreira Borges (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Cleyde Rodrigues Amorim (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Denise Najmanovich (Universidad de Buenos Aires/ Argentina)  
Emerson Jose Sena da Silveira (Universidade Federal de Juiz de Fora/ Brasil)  
Enrique Manuel Luengo González (ITESO - Universidad Jesuita de Guadalajara/ México)  
Izabel Missagia de Mattos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Brasil)  
Laila Maria Domith Vicente (Universidade Federal Fluminense/ Brasil)



Leonardo Gabriel Rodríguez Zoya (Universidad de Buenos Aires/ Argentina)  
Luciana Maria de Aragão Ballestrin (Universidade Federal de Pelotas/ Brasil)  
Luis Alberto Salinas Arreortua (Universidad Nacional Autónoma de México/ México)  
Luís Eustáquio Soares (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Maria Betânia Moreira Amador (Universidade de Pernambuco/ Brasil)  
Maria Raquel Paulo Rato Alves (Universidade Nova de Lisboa/ Portugal)  
Mauricio Abdalla Guerrieri (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Mirela Berger (Universidade Estadual de Campinas/ Brasil)  
Mónica Solange de Martino Bermúdez (Universidad de la República/ Uruguai)  
Nelson Maldonado-Torres (Rutgers, The State University of New Jersey/ Estados Unidos)  
Patrícia Pereira Pavesi (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Paula Yone Stroh (Universidade Federal de Alagoas/ Brasil)  
Paulo Magalhães Araújo (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Ricardo Luiz Silveira da Costa (Universidade Federal do Espírito Santo/ Brasil)  
Sergio Daniel Morresi (Universidad Nacional de General Sarmiento/ Argentina)  
Sonia Elizabeth Reyes Herrera (Universidad de Valparaíso/ Chile)  
Thiago Lima Nicodemo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Brasil)

### **Secretaria**

Edison Romera Junior  
Flavilio da Silva Pereira  
Natália Gimenes de Azevedo

### **Análise Técnico-Redacional**

Aline Santos de Brito Nascimento  
Barbara Thompson  
Flavilio da Silva Pereira  
Jaqueline Marcelino de Souza  
Larissa de Albuquerque Silva  
Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres

### **Diagramação**

Claudio Marcio Coelho  
Edison Romera Junior

### **Revisão**

Aline Prúcoli de Souza

### **Revisão Final e Editoração**

Claudio Marcio Coelho

### **Produção Técnica e Webmaster**

Antonio Carlos Rocha de Sousa

### **Apoio Técnico**

Adriano Domingos Monteiro

*Simbiótica* é uma publicação eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias (NEI) da Universidade Federal do Espírito Santo. O NEI está sob a coordenação geral da Profª Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues, vinculada ao DCSO/PPGCS/PPGHIS/UFES.

Informações: NEI/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075 - 910. Telefone: (27) 4009-7619

E-mail: [revistasimbiotica@gmail.com](mailto:revistasimbiotica@gmail.com)

Home page: [www.periodicos.ufes.br/simbiotica](http://www.periodicos.ufes.br/simbiotica)

Dados Internacionais de Catalogação - na - publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

-----  
----- Simbiótica - Revista Eletrônica - Ciências Sociais, UFES, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Edição vol.2, n.2, Dezembro. 2015.

----- ISSN: 2316-1620.

----- 1. Revista Simbiótica. 2. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. 3. Departamento de Ciências Sociais. Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias.

-----  
Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, sem autorização dos autores ou do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, constitui violação da Lei 5.988.

# O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão<sup>1</sup>

## Lucha Feria: las relaciones raciales y el desarrollo de que se trate

## The Fair Combat: racial relations and development in issue

Recebido em 27-04-2015

Aceito para publicação em 03-08-2015

Marcelo Paixão<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo aborda a relação existente entre os temas do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil contemporâneo. Tal empreendimento corresponde a continuidade de um estudo que o autor faz há mais tempo, entendendo o modo pelo qual as ciências econômicas brasileiras interagem com o modelo local de contatos entre pessoas de raças/cores distintas e as sequelas do racismo e da discriminação racial não somente sobre suas vítimas, os negros e indígenas, mas para o país no seu conjunto.

**Palavras-chave:** relações raciais; desenvolvimento econômico; discriminação racial.

**Resumen:** El artículo analiza la relación entre los temas de desarrollo y carrera económica y las relaciones raciales en el Brasil contemporáneo. Este emprendimiento académico representa la continuación de un estudio que el autor busca entender la forma en que la economía de Brasil interactúa

---

<sup>1</sup> Uma versão ligeiramente modificada deste artigo foi publicada originalmente no relatório anual do *Social Watch* (Observatório da Cidadania), Brasil, no ano de 2006, editado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O autor agradeço à essa instituição pelo seguido diálogo e convite para a elaboração do presente artigo, especialmente no nome de Fernanda Carvalho. Posteriormente, aquela mesma versão seria republicada no livro do autor "500 anos de solidão: estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil" (Ed. Appir, 2013).

<sup>2</sup> Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui mestrado em Engenharia de Produção pela UFRJ; Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Pós-doutor pela Princeton University, em New Jersey, Estados Unidos. Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER-IE-UFRJ). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: [mpaixao.laeser@gmail.com](mailto:mpaixao.laeser@gmail.com)

con el modelo local de los contactos entre personas de razas/colores distintos y las consecuencias del racismo y la discriminación racial no sólo en sus víctimas, los negros y los indios, pero también para el país en su conjunto.

**Palabras clave:** relaciones raciales; desarrollo económico; discriminación racial.

**Abstract:** The article approaches the existing relation between the themes of the economic development and racial relations in contemporary Brazil. This project represents the continuity of a study that the author develops for long time, understanding the way in which Brazilian economic sciences interact with local model of contacts among people from different races/colors and the consequences of racism and racial discrimination not only about its victims, black and indigenous peoples, but for the country as a whole.

**Keywords:** racial relations; economic development; racial discrimination.

## 1. Introdução

*“Meu amor não sabia porque nunca amanhecia. É que existia um vigia na porta de cada dia.” (Passarinho cantou - Ivan Lins).*

O presente artigo objetiva uma reflexão sobre os diálogos existentes entre os temas do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil contemporâneo. O atual esforço, portanto, corresponde a continuidade de um estudo que o autor dessas linhas vem fazendo há mais tempo, procurando entender o modo pelo qual as ciências econômicas brasileiras interagem com o modelo local de contatos entre pessoas de raças/cores distintas e as sequelas do racismo e da discriminação racial não somente sobre suas vítimas, os negros e indígenas, mas para o país no seu conjunto (Paixão, 2005a, 2005b).

A relevância desse tipo de reflexão para os dias hodiernos deve ser bastante precisada. Desde os anos 1980 o discurso desenvolvimentista brasileiro vem passando por uma severa crise. Os motivos dessa crise são variados. De todo modo, e aqui é referência a Celso Furtado (1974) é obrigatória, é inequívoco que a partir do Milagre Econômico, em grande medida, o debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro transitou das dúvidas sobre se seríamos ou não

gabaritados ao progresso, indo na direção do tipo de modelo de desenvolvimento que havíamos adotado. A concentração de renda e da terra, os padrões culturais de consumo importados dos países mais avançados, os danos ao meio-ambiente, o crescimento desordenado das Metrôpoles, entre outras mazelas, ensinaram a importância de refletirmos sobre a qualidade do próprio crescimento econômico que, por si mesmo, deixava de guardar um valor intrínseco. Ou antes, a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento tornava-se indissociável de um projeto alternativo de país, projeto esse cujas variáveis não poderiam ser mais mensurados unicamente, ou primordialmente, por aspectos econômicos e financeiros, outrossim, dialogando com vetores políticos, sociais, culturais ambientais e, mesmo, éticos.

Alternativamente, a partir do Milagre, uma das questões mais relevantes a ser compreendida era justamente os motivos pelos quais, desde a Independência, os processos de modernização do país insistiam em se fazer valer conservando fundamentalmente intactas as tradicionais hierarquias sociais. Retornando aos termos clássicos de Florestan Fernandes (1976; 2000 [1974]), a *Revolução Burguesa no Brasil* se dera sem sobressaltos revolucionários, tal como na Grã-Bretanha, dos puritanos, e na França, dos jacobinos. Antes, ao longo de nossa história, os novos setores emergentes de nosso país (diversas frações burguesas originadas dos renovados períodos de modernização, setores médios, novas seitas religiosas, intelectuais) ao invés de servirem como elementos de ruptura em relação às antigas classes dirigentes se constituíram em sujeitos convergentes às mesmas: assim, triste vaticínio do antigo mestre, a sociedade brasileira acabara evoluindo por *circuitos fechados*.

De qualquer maneira, dessa última reflexão encontramos os próprios busílis que animam o presente artigo. Ou seja, uma vez considerando-se as seculares dificuldades de nosso país em forjar a associação virtuosa entre modernização econômica e democratização social, nos perguntamos: quais foram os mitos e utopias que animaram o longo ciclo de modernização da sociedade brasileira que se prolongou da década de 1930 à de 1970? Até que ponto os problemas derivados do capitalismo à brasileira, de algum modo, não seriam identificáveis desde as antigas teorizações provenientes de nossa elite intelectual em sua angústia em prol de um país moderno? Seria factível que viéssemos a construir propostas alternativas de

desenvolvimento mantendo as reflexões sobre o modelo de relações raciais praticado no Brasil à margem de todo o debate? Enfim, essas são as perguntas mestras da atual contribuição.

## 2. Economia e relações raciais: apontamentos gerais de vínculos<sup>3</sup>

Uma superficial leitura dos temas que, afinal, são tratados pela teoria econômica quiçá sugira a desautorização da associação entre o tema do desenvolvimento econômico e o das relações raciais. No caso da teoria neoclássica, a mera definição da economia como a ciência que trata da alocação eficiente de recursos escassos com finalidades alternativas, já a colocaria distante de um assunto que nem sempre é passível de ser compreendido mediante o puro plano das ações estratégicas no aspecto material e financeiro (aqui, evidentemente, importando para o debate o conceito clássico do sociólogo Max Weber 1996 [1922]), englobando em grande medida aspectos: históricos, culturais, psicológicos e, mesmo, psiquiátricos. A teoria marxista, por outro lado, que aparentemente poderia ser mais aberta para semelhante inflexão, igualmente mostrou-se hegemonicamente refratária para àquela sorte de estudos, tendo em vista a primazia existente no interior dessa tradição das contradições estruturais do sistema capitalista, ou seja, as crises geradas pelo próprio sistema econômico e as contradições entre o capital e o trabalho. Assim, para além da historiografia econômica, o aporte marxista vem denotando pouco interesse no estudo de assuntos reportados às relações entre grupos étnicos e raciais; questões essas tidas por vários autores como epifenomênicas. Finalmente, no seio de outras vertentes – *keynesiana*, *schumpeteriana*, *neo-ricardiana* e mesmo a *cepalina* -, a existência de inflexões que remetam aquele tema é virtualmente nulo.

Não obstante, seria um equívoco desprezarmos os estudos existentes no seio do pensamento econômico que puseram em tela a problemática das relações raciais. Mais uma vez vamos nos

---

<sup>3</sup> Esse artigo foi escrito em uma fase anterior à qual o autor viria a tomar contato com obras, especialmente provenientes do meio acadêmico dos EUA, que refletiram sobre o tema, e as sequelas, da discriminação racial na vida econômica. Temos a intenção de futuramente produzirmos um novo documento aprofundando essa discussão, igualmente comentando essa produção que engloba nomes como, por exemplo, Gary Becker, Kenneth Arrow e Glenn Loury.



deter em alguns exemplos das duas das principais correntes de pensamento em economia: as tradições neoclássica e marxista.

No caso da corrente marginalista, ainda que não hegemônica, existem diversos estudos que trataram do tema da discriminação, inclusive étnica e racial, no mercado de trabalho e no acesso aos serviços públicos. Essas leituras se filiam à teoria do capital humano e, quando da interpretação dos principais determinantes das desigualdades sociais ou salariais, apesar de em geral conferirem maior importância à posse de capitais pessoais como a escolaridade ou os anos de experiência na profissão, acabam igualmente reconhecendo o peso dos determinantes discriminatórios sobre as trajetórias ocupacionais e de remuneração dos indivíduos vinculados às coletividades usualmente discriminadas como as mulheres, negros, indígenas e demais grupos étnicos (Ehrenberg & Smith, 2000 [1994]). No Brasil, o pioneiro dessa sorte de interpretação foi Nelson do Valle Silva (1980, 1992), posteriormente acompanhado por autores como Soares (2000).

Do mesmo modo, ao se analisar a tradição marxista, encontramos diversos autores que entenderam o racismo e a discriminação racial como estruturais ao sistema capitalista: Oliver Cox, Jean P Sartre, Franz Fannon, Herbert Blaumer, Paul Baran e Paul Sweezy. Resgatando a contribuição de intelectuais marxistas brasileiros também podemos mencionar Leôncio Basbaum e Florestan Fernandes (Buonicore, 2005). De resto, a necessidade de uma reflexão mais detida sobre o papel do racismo no interior das sociedades capitalistas torna-se uma imperiosa exigência, no mínimo por ser essa à ideologia mestra do colonialismo e do imperialismo. Como menciona Eric Hobsbawm (1988 [1977], p.135), argumentando sobre a expansão do sistema capitalista pelo mundo na segunda metade do século XIX: *“(n)a ‘luta pela existência’ que forneceu a metáfora básica do pensamento econômico, político, social e biológico do mundo burguês, somente os ‘mais capazes’ sobreviveriam, sendo sua ‘capacitação’ comprovada não apenas pela sobrevivência mas também pela dominação”*.

Para além desse conjunto de contribuições, é igualmente relevante tentarmos entender as influências da concepção racialista, proveniente da antropologia física, no interior das ciências

econômicas. Na verdade, por motivos de algum modo já apresentados acima, raramente as diversas linhagens do pensamento clássico deixam transparecer àquela sorte de influências. De todo modo, quando é factível identificarmos os seus elos, acabamos nos deparando com evidências de caráter um pouco mais desconcertante.

Sem a pretensão de esgotar o assunto nesse breve espaço, podemos começar citando o mestre da tradição neoclássica, Stanley Jevons, que em seu *“A Teoria da Economia Política”*, refletindo sobre afinal quem seria o indivíduo gabaritado ao cálculo econômico racional, não teve maiores pudores ao colocar à margem dessa possibilidade os africanos e seus descendentes. Assim, após refletir sobre o problema do *trade-off* entre o lazer e o labor, tendo em vista as recompensas monetárias e materiais envolvidas nesta escolha, o economista nos revela: *“(é) evidente que problemas deste tipo dependem muito da índole da raça. Pessoas de temperamento enérgico acham o trabalho menos penoso que seus camaradas e, se elas são dotadas de sensibilidade variada e profunda, nunca cessa seu desejo de novas aquisições. Um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses, e detesta mais o trabalho; seus esforços, portanto, param logo. Um pobre selvagem se contentaria em recolher os frutos quase gratuitos da Natureza, se fossem suficientes para dar-lhe sustento; é apenas a necessidade física que leva ao esforço. O homem rico na sociedade moderna está aparentemente suprido com tudo que ele pode desejar e, no entanto, freqüentemente trabalha por mais sem cessar”* (Jevons, 1983 [1871], p.116).

Dessa passagem, rara, raríssima, em se tratando de um texto na área da economia, podemos depreender uma importante possibilidade analítica contida na tradição utilitarista. Ou seja, se é bem verdade que a ética hedonista, fundada no cálculo microeconômico e no *ethos* da competência individual, proclama a relevância da ação estratégica voltada às finalidades, cabe salientar que tal capacidade seria ingenuamente ineficaz aos geneticamente inferiores, esses se contentando em viver, alegremente, recolhendo os frutos gratuitos da natureza. É realmente difícil saber até que ponto tal compreensão era acompanhada pelos demais autores da tradição marginalista, muito embora não seja surpresa o fato de que aquele ideário racializado não

estivesse longe do pensamento científico médio da segunda metade do século XIX (Schwarcz, 1993).

Quando estudamos a tradição marxista, de fato não chegamos a encontrar nenhuma formulação semelhante àquela mencionada há pouco proveniente do marginalista Stanley Jevons. Pelo contrário, no Capítulo XXIV do Livro I de *“O Capital”*, quando tratou do tema da acumulação primitiva de capital, Marx deixou evidente sua condenação ao processo espoliativo vivido pelos africanos, indígenas e outros povos no processo de formação do sistema capitalista. Todavia, a partir de algumas breves passagens podemos ver que mesmo o velho revolucionário alemão não se mostrou plenamente infenso aos termos provenientes da antropologia física. Assim, em sua obra maior, abordando o tema da produtividade e da intensidade do trabalho, o filósofo comentaria. *“Abstraindo-se a forma mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho do trabalho permanece ligada a condições naturais. Todas elas podem reduzidas à natureza do homem, como raça etc, e à Natureza que o rodeia”* (Marx, 1984 [1871], p.108)<sup>4</sup>. É importante salientar que Karl Marx não chegou a propriamente a reproduzir às concepções mais rudes dos antropólogos físicos acerca da diversidade dos tipos humanos. Porém, essa passagem não deixa de ser ilustrativa, sugerindo as influências, mesmo para aquele autor, daquele modo, racista, de entendimento, que acaba por associar as pessoas de diferentes aparências às distintas capacidades físicas e intelectuais.

Essas breves passagens visam tão-somente mostrar que as relações entre o pensamento econômico e as teorizações provenientes do campo da antropologia (física e cultural),

---

<sup>4</sup> Na continuidade daquele trecho Marx (Idem:108-109) ainda salientaria *“(n)ão é o clima tropical com sua exuberante vegetação, mas a zona temperada, a pátria do capital. Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sim sua diferenciação, a multiplicidade de seus produtos naturais que constitui a base natural da divisão social do trabalho e estimula o homem, pela mudança das condições naturais, dentro das quais ele reside, à multiplicação de suas próprias necessidades, capacidades, meios de trabalho e modo de trabalho. A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de administrá-la, começando por apropriá-la ou dominá-la mediante obras feitas pela mão do homem, desempenha papel decisivo na história da indústria”*. Na verdade esse trecho não deixa de ser igualmente desconcertante trazendo para o interior da obra máxima do revolucionário alemão uma inflexão determinista do ponto de vista geográfico, mormente pensando-se as questões referentes ao desenvolvimento econômico. Essa passagem mais uma vez ilustra as influências que o discurso científico europeu da segunda metade do século XIX, em seus aspectos positivos e negativos, tinha sobre Marx e seu companheiro Engels. Definitivamente, essas passagens não nos parecem meros detalhes na obra desses autores.

especialmente no âmbito dos estudos sobre relações raciais, podem ser mais fortes do que tradicionalmente se costuma supor.

Dessa forma, podemos ver que se é verdade que o tema das relações raciais não foi debatido à exaustão no interior dos escritos dos autores vinculados às distintas correntes de pensamento econômico, por outra via, tais possibilidades analíticas não somente existem, como ainda demandam um amplo esforço no sentido de um pleno aprofundamento. Do mesmo modo, essa questão ganha um colorido especial no pensamento econômico dos países periféricos ao sistema capitalista mundial, especialmente a América Latina, e o Brasil.

Nessa área geográfica do Mundo, as reflexões acerca da relação entre a antropologia física e cultural e o pensamento econômico, ou, mais precisamente, o desenvolvimento socioeconômico; também estiveram presentes, conquanto, mais uma vez, nem sempre seus termos tenham sido devidamente explicitados. Para que possamos, portanto, entender como esse debate foi sendo processado em nosso contexto, devemos necessariamente voltar a alguns autores clássicos do pensamento social brasileiro, mormente os identificados com a matriz identificada como culturalista.

### 3. Interpretações do culturalismo brasileiro sobre as relações raciais

Talvez como em nenhum outro lugar do Mundo, em nosso país, o pensamento antropológico culturalista tenha sido mobilizado instrumentalmente, por nossa elite política e intelectual, a favor do desenvolvimento econômico nacional e a construção do *nation-building* brasileiro (Peirano, 1981). Para que possamos entender como esse processo foi sendo construído é razoável que resgatemos os argumentos originais de alguns pensadores da matriz culturalista brasileira.

O fato é que passado o secular período do escravismo, entre os anos 1890 e 1920, a elite brasileira, em termos ideológicos, se debateu com a angústia quanto às origens genéticas mestiças de nosso povo e de sua capacidade de servir de base para o tão sonhado

desenvolvimento econômico, político e cultural. Em outras palavras, balizados na interpretação racista, posta as origens mestiçadas do povo brasileiro, seríamos definitivamente incapazes ao desenvolvimento e ao progresso. De fato, Roberto da DaMatta, apontou que até a década de 1930, década em que foi publicado *Casa-Grande & Senzala*, “se falava do Brasil através de uma linguagem paramédica” (1987, p.6).

Portanto, a linguagem paramédica usada para o entendimento dos problemas brasileiros, dialogava justamente com o paradigma originado no campo da antropologia física na Europa da segunda metade do século XIX, mas que até o final da Segunda Guerra Mundial ainda guardava certa primazia no interior das teorias sociais (Chor Maio, 1997). Um dos principais nomes dessa perspectiva em nosso país veio a ser o do médico maranhense, radicado na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues. Esse autor, cuja obra foi especialmente influente no período posterior a Abolição, teoricamente influenciado pela matriz discursiva hegemônica no ambiente intelectual europeu de meados do século XIX, passou a aplicar de forma sistemática o conhecimento do *racionalismo científico*<sup>5</sup> aos estudos da medicina social, da medicina legal, da criminologia e o estudo da cultura negra (Chor Maio, *op. cit.*, Schwarcz, 1995 [1993]; Correa, 1998, Silva Jr, 1998).

O aporte racista acredita que exista uma nítida diferenciação entre os seres humanos de aparências físicas distintas, agrupando-os em subespécies do *homo-sapiens*. Desse modo, essa corrente entende que, em conformidade com cada raça, é possível definir o caráter, a personalidade, bem como os atributos morais e culturais de cada indivíduo e de suas respectivas coletividades. Por esse motivo, no interior desta forma de percepção da realidade, haveria uma radical associação entre raça, etnia e cultura. Ou seja, os padrões culturais eram considerados função da etnia/raça e essa determinava, como lei de bronze, o modo de ser de cada indivíduo pertencente aos distintos grupos raciais. Estas raças, por sua vez, seriam hierarquizáveis de modo que, para cada estágio cultural e civilizatório alcançado por um povo, isto poderia ser visto como índice de sua capacidade mental, moral e física. A tradição social

---

<sup>5</sup> Defendida por autores como Gobineau, Spencer, Lapouge, Buckle, Agassiz, Le Play, Le Bon etc. A respeito deste autores ver a excelente síntese de Schwarcz, (1995 [1993]).

darwinista, assumida por Nina Rodrigues, tende a perceber as relações entre as raças baseadas em um natural processo de competição pelo usufruto dos recursos naturais. Assim, de acordo com este aporte, neste processo competitivo a raça superior, ou seja, a branca, sairia vitoriosa, o que a permitiria o comando sobre as demais (Correa, *op. cit.*; Schwarcz, *op. cit.*)<sup>6</sup>.

De acordo com essa concepção, as raças, caso mantidas separadas, não representariam um necessário fator de atraso, tendo em vista que, ao longo do tempo, no processo de competição natural, essas tenderiam a serem postas sob controle ou eliminadas. Mas, para que isso pudesse ocorrer, seria necessário que estes estoques remanescessem apartados, nos locais mais apropriados às suas distintas naturezas. Segundo este mesmo ideário, o tipo híbrido seria naturalmente degenerado e inconfiável, incorporando a pior das qualidades das raças das duas pessoas que o teria gerado. Comparando ao mundo animal, na concepção racialista, seria como se o mestiço, humano, fosse semelhante ao cachorro vira-lata, digamos fruto do cruzamento de um poodle com um doberman. Ora nesse último caso, podemos ter um bicho de comportamento por vezes dócil, como o primeiro, ou bravo, como o segundo. Todavia, como saber qual será o comportamento padrão desse animal? Como poderíamos prever seus atos?

Assim, voltando ao mundo dos humanos, dada à pronunciada taxa de mestiçagem presente no seio da população brasileira, Nina Rodrigues nutria grande pessimismo em relação ao futuro de nosso país. Tal processo, ao olhar do médico maranhense, faria com que estoques raciais inferiores contaminassem o sangue europeu que corria nas veias dos brasileiros brancos. A população brasileira, então, estaria fadada à inevitável degenerescência biológica, moral e psicológica. Assim, ao longo da segunda metade do século XIX até a primeira década do XX, os estudos dos médicos ligados à tradição de Nina Rodrigues, deixaram de voltar-se estritamente

---

<sup>6</sup> Nina Rodrigues chegou a alimentar certa simpatia por algumas expressões artísticas provenientes da cultura afrodescendente, identificando nas mesmas uma arte genuína. Quer dizer, genuína para os padrões de um grupo considerado racialmente inferior e incapacitado para atingir níveis mais sofisticados de complexidade mental, emocional e artística: “(o)s frutos da Arte negra não poderiam mais do que documentar, em peças de tal valor etnográfico uma fase do desenvolvimento da cultura artística. E, medidas por este padrão, revelam uma fase relativamente avançada da evolução do espírito humano. É já a escultura em toda a sua evolução, mesma na sua feição decorativa, do baixo-relevo à estatuária. As vestes são ainda grosseiras porque as ideias não tem a precisa nitidez; os sentimento e a concepção estão ainda pouco definidos; mas no fundo já se encontra a gema que reclama polimento e lapidação” (NINA RODRIGUES: 1932 [1977], p.169-170).

para as doenças nelas mesmas, passando a se direcionar para aquilo que julgavam ser os seus vetores, ou seja, os indivíduos das raças de baixo escol genético, especialmente, os erráticos mestiços (SCHWARCZ, *op. cit.*, CORREA, *op. cit.*).

Por este motivo, a proposta de Nina Rodrigues trilhou no sentido de aproximar a medicina da criminologia, naquilo que veio a formar o campo da medicina legal. E dada a importância desse personagem no interior dos estudos criminológicos em nosso país não se deve desdenhar a influência que o mesmo teve no seio de nossa elite. Tal como observou Schwarcz (op cit:211): *“(e)ra por meio da medicina legal que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidade de ‘uma ciencia brasileira’ que se detivesse nos casos de degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento, em seu alerta à ‘imperfeição da hereditariedade mista’”*.

Ao longo do século XX as interpretações sobre as múltiplas diferenças entre os seres humanos passaram por uma importante transição. Assim, as explicações que recorriam às determinações biológicas foram sendo paulatinamente substituídas no plano teórico por vetores psicológicos e culturais. Na tradição culturalista brasileira, um dos mais íclicos autores representante dessa nova concepção veio a ser o médico e antropólogo alagoano Arthur Ramos.

Na trajetória do pensamento social brasileiro o nome de Arthur Ramos ficou indelevelmente ligado à chamada *Escola Nina Rodrigues* de estudos sobre os padrões culturais dos negros. De todo modo, é importante salientar que Ramos, na análise dos males que afligiam a população brasileira, ao contrário do médico maranhense, propôs a mudança do conceito de raça para cultura como matriz explicativa básica do nosso modo de ser coletivo: *“(s)e substituirmos na obra de Nina Rodrigues, os termos biológicos de RAÇA E MESTIÇAMENTO pelas noções de CULTURA E ACULTURAÇÃO, as suas concepções adquirirão completa e perfeita atualidade”* (Ramos, 1962 [?], p.57).

Analisando-se de forma comparada ao aporte de Nina Rodrigues, podemos encontrar alguns avanços na perspectiva de Arthur Ramos. O principal: ter relido os problemas nacionais à luz do

referencial cultural e não mais biológico. Assim, ao contrário das mazelas provenientes dos genes, que seriam supostamente eternos, os provenientes da cultura seriam alteráveis mediante processos que gerassem a mudança de antigos hábitos sociais herdados. De todo modo, denegando fortemente o caráter progressista de sua interpretação, na leitura de Arthur Ramos, a via por excelência para a modernidade por parte de nosso país passava pela chave da aculturação. Qual o problema desse tipo de leitura?

Ramos, operando com um conceito de cultura ancorado nos instrumentos teóricos do psicólogo francês Levy Bruhl, considerava as coletividades indígenas e, especialmente, negras, seriam portadoras de uma mentalidade pré-lógica. Assim, o argumento do médico baiano apenas reproduzia, com argumentos culturais, aquilo que o economista Jevons afirmava, fundamentado na genética. Ou seja, a influência cultural herdada dos aportes culturais não europeus gerava uma permanente incapacidade coletiva para ação estratégica voltada à obtenção de finalidades: *“(a) nossa mentalidade coletiva não está ainda preparada para compreender a verdadeira noção de causalidade. Acha-se impregnada de elementos místicos pré-lógicos, herdados na maior parte da magia e da religião negro-fetichistas, transportadas da África para cá”* (Ramos, 1988 [1934], p.297).

Dessa forma de entendimento podemos depreender que, enquanto povo, portaríamos uma enorme incapacidade de incorporarmos coletivamente o modo cartesiano, lógico dedutivo, de pensamento. Dito em outras palavras, se para Nina Rodrigues o problema nacional brasileiro residiria em nossas origens raciais e no cruzamento entre essas, para Arthur Ramos, o óbice ao nosso progresso estaria reportado às formas culturais originais (pré-lógicas) de formação de nosso povo, provenientes dos *stocks* negros e indígenas (e mestiços resultantes) ainda marcantes no nosso modo de ser. Por conseguinte, a via por excelência para o progresso deveria passar pela radical reconstrução dos nossos hábitos coletivos, tidos como refratários ao progresso econômico e político. Assim, considerava-se que os indelévels traços formadores de nossos hábitos, originários das culturas inferiores, negras e indígenas, seriam desprezíveis nessa eventual futura formação. Em suma, caso persistíssemos em ser o que sempre teríamos sido (lascivos, lúdicos, fetichistas), estaríamos impossibilitados ao desenvolvimento. Portanto, a



mestiçagem somente poderia ser deixada de ser vista como um problema dentro da chave aculturativa, onde ocorreria a plena incorporação do modo de ser tipicamente racional do mundo ocidental.

#### 4. Democracia racial: uma revolução freyriana?

Antônio Cândido, em artigo muito significativo, aponta que *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda e; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr; formaram a tríade fundamental que alimentou o sopro de radicalismo intelectual que eclodiu no período posterior à Revolução de 1930. Deste modo, segundo o autor, para todas as pessoas de sua geração “os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento de condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal” (Candido, 1995 [1967], p.11).

Outro autor que não deixa dúvida quanto a importância do legado de Gilberto Freyre para o moderno modo identitário do brasileiro vem a ser Hermano Vianna. Assim o pesquisador, filosofando sobre aquilo que supõe ser o mistério do samba, relata que: “(o) mistério da mestiçagem (incluindo a valorização do samba como música mestiça) tem, para os estudos sobre o pensamento brasileiro, a mesma importância e a mesma obscuridade do mistério do samba para a história da música popular no Brasil. Como pôde um fenômeno, a mestiçagem, até então considerada a causa principal de todos os males nacionais (via teoria da degeneração), ‘de repente’ aparecer transformado, sobretudo a partir do sucesso incontestável e inquestionável de Casa-grande & senzala, em 1933, na garantia de nossa superioridade cultural e mesmo de nossa superioridade de ‘civilização tropicalista’?” (Vianna, 1995, p.31).

Tendo em vista tão significativos relatos, não há motivos para duvidarmos da importância da matriz culturalista, e, especial, de Gilberto Freyre, na constituição do moderno projeto de país.

Portanto, não há como se entender esse último aspecto sem que entremos no mérito das principais formulações do sócio-antropólogo pernambucano.

Além do antropólogo alemão Franz Boas, a grande inspiração do sociólogo pernambucano fora o jurista sergipano Sílvio Romero, esse, contemporâneo a Nina Rodrigues. Assim como a Escola Nina Rodrigues fora reivindicada por Arthur Ramos, a Escola do Recife, de Sílvio Romero, igualmente o foi por Gilberto Freyre. Na verdade, se desconsiderarmos as más apreciações do literato sergipano contra os indígenas e os negros, explicitamente citados como geneticamente inferiores aos brancos; talvez possamos afirmar que a obra de Freyre seja tão-somente um aprofundamento da obra de Romero.

Segundo Sílvio Romero, com o fim do tráfico de escravos, com a progressiva extinção dos silvícolas e com a mestiçagem; os brancos, estoque racial mais forte, progressivamente prevaleceriam demograficamente no Brasil. E justamente aqui reside a diferença de Romero, e, mais tarde, Freyre, em relação aos autores que viam a mestiçagem apenas como danação (genética e/ou cultural). Segundo Romero, o processo caldeador seria de fundamental importância para a adaptação aos trópicos dos descendentes de europeus. Assim, o processo civilizatório brasileiro teria como vencedores os brancos mestiçados e, justamente por isso, preparados, genética e culturalmente, para suportarem os rigores do meio tropical. Nos seus *Estudos Sobre a Poesia Popular no Brasil*, o literato sergipano apontava com as seguintes considerações essa sua visão de Brasil: *“a obra de transformações das raças entre nós ainda está longe de completa e de ter dado todos os seus resultados. Ainda existem os três povos distintos em face uns dos outros; ainda existem brancos, índios e negros puros. Só nos séculos que nos hão de seguir a assimilação se completará”*. Daí prossegue o pensador da realidade brasileira. *“O que se diz das raças deve-se repetir nas crenças e tradições. A extinção do tráfico africano cortando-nos um grande manancial de misérias, limitou a concorrência preta; a extinção gradual do caboclo vai também concentrando a fonte índia; o branco deve ficar dentro*

*em pouco com a preponderância absoluta no número, como já a tem nas idéias” (Romero, 1977 [1888], p.39).<sup>7</sup>*

Na interpretação de Sílvio Romero, portanto, os euro-descendentes brasileiros, sem perder seus atributos originais incorporariam o legado dos outros grupos raciais, absorvendo suas melhores qualidades. Lograriam combinar a potencialidade intelectual e moral dos caucasianos e a resistência física dos ameríndios e dos negros. Do mesmo modo, os brasileiros brancos, necessariamente mestiçados, igualmente herdariam e depurariam a tradição cultural desses dois últimos contingentes, utilizando-a como um meio de construção de sua própria identidade. Essa visão de Romero foi fundamentalmente seguida pela obra de Freyre (Skidmore, 1976 [1974]).<sup>8</sup>

De todo modo, há um caráter inovador do culturalismo de Freyre, seja em relação à obra de Arthur Ramos, seja mesmo em relação ao seu antigo mestre, Sílvio Romero. A inovação reside no fato de ter valorizado as matrizes genéticas e os hábitos culturais originários que formavam o povo brasileiro (resultantes daquilo que, para Paulo Prado, formavam três raças tristes: lusitanos, indígenas e negros), sem perder tempo com pundonores reacionários de ordem étnico-racial. Dessa forma, antes que o repúdio ou a vergonha, o brasileiro deveria se orgulhar de suas origens. Com a força de expressão que lhe é peculiar, Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, afirmou que *todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro traz na alma, quando não na alma e no corpo a sombra ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro*. No caso da influência negra, esta se faria sentir nos mais significativos momentos da vida colonial: *“(n)a ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no*

---

<sup>7</sup> Para uma interpretação sintética da obra máxima de Sílvio Romero, *“História da Literatura Brasileira”*, ver Abdalla (2000).

<sup>8</sup> Fazendo-se justiça a Freyre, cabe salientar que a perspectiva de que o brasileiro do futuro seria fundamentalmente branco era compartilhada por amplos setores da intelectualidade brasileira (Cf. Skidmore, *op. cit.*). Tal como diria, em uma obra escrita em pleno otimismo de meados da década de 1950, sobre o futuro racial da população brasileira, o prestigiado educador Fernando de Azevedo: *“(a) admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco, como pelo progresso constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa – cidadela de raça branca -, antes que passe a outras mãos, o facho de civilização ocidental que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa, - a da atmosfera de sua própria civilização” (AZEVEDO, 1963 [1955], p.79-80).*

*andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso companheiro de brinquedo” (Freyre, 1998 [1933], p.283).*

Cabe frisar que durante muito tempo a obra de Gilberto Freyre foi lida dentro da chave da escravidão benigna, onde senhores e escravos confraternizariam, nos diversos momentos da vida social. De fato, em diversas passagens, contidas em seus escritos, o sociólogo pernambucano favorece esse tipo de interpretação. De todo modo, a esse respeito, podemos igualmente mencionar o estudo de Ricardo Benzaquém de Araújo, que analisando os estudos de Freyre publicados na década de 1930, trouxe uma contribuição muito importante demonstrando que os termos apresentados pelo mestre da tradição culturalista eram mais complexos que usualmente se supunha. *“Nesse sentido, a degradação contida na convivência com aquelas desmedidas entidades está longe de ter um significado apenas negativo, envolvendo também a familiaridade, festividade e, abundância. Ora, o relativo elogio que Gilberto fez à loucura em Casa Grande & Senzala garante que a hybris também esteja presente no que rebaixa quanto no que redime a vida social; na violência e no despotismo; do mesmo modo que na intimidade e na confraternização. Assim, ainda que imprimisse uma marca prejudicial na natureza tropical; coalhando-a de vermes, no regime alimentar da colônia, tornando-a vítima do maior desequilíbrio que se possa imaginar, e na própria atividade sexual, transformando-a através da sífilis que ela propagava e do sadismo que era exercido, em um vínculo de sofrimento, deformação e morte, o domínio do excesso vai permitir que a afirmação daqueles antagonismos seja perfeitamente compatível com um grau quase inusitado de proximidade, recobrando de um colorido, de um ethos particular a senhorial experiência da casa-grande” (Benzaquém de Araújo, 1994, p.72-73).*

Dessa interpretação podemos compreender de forma mais aguda, não apenas o modo pelo qual Freyre entendia o passado brasileiro, mas também o seu futuro. Males de origem todos os povos os teriam. O passado colonial brasileiro guardaria consigo as mazelas derivadas da má alimentação, do familismo, do compadrismo e mesmo da violência sádica (gosto de mandar dar surras, a depravação sexual, o sadismo contra os moleques escravos e demais subordinados) praticada pelos senhores brancos. Mas, por outro lado, no discurso daquele autor, o passado colonial brasileiro – pela plasticidade, mobilidade e miscibilidade dos portugueses, além das licenciosidades permitidas pelo catolicismo tal como já vinha sendo praticado em Portugal - nos teria legado zonas de intimidade (mesmo que frequentemente violentas e sádicas), entre escravizadores e escravizados, que as demais experiências colonizadoras de origem holandesa ou inglesa não teriam admitido. Do ponto de vista das relações raciais, haveria, por parte dos senhores brancos, antes o gosto pelo domínio – especialmente o sexual -, do que a repulsa racial. Assim, além da miscigenação, que continha consigo a redução das distâncias sociais entre os extremos da pirâmide social, mormente pela via da mestiçagem, a civilização brasileira teria incorporado importantes aspectos sincréticos no plano racial e cultural.

A preservação de tal perspectiva seria fundamental quando do processo de modernização do Brasil. Com sua grande capacidade de adaptação, nosso país – cujo destino-manifesto era ser uma *Europa Tropical* - poderia dar lições ao mundo de um *Terceiro Tempo Social* (termo esse empregado pelo autor em *Ordem & Progresso*). Isto é, nem o modorrento dos tempos do Império. Nem a frieza típica da razão instrumental ascética no plano das relações humanas e sociais, em especial o conflito racial. Para tanto, defendia Freyre, era importante a preservação, no seio da modernidade, dos principais hábitos sociais herdados, lentamente temperados, ao longo do período colonial no interior da sociedade comandada pelos aristocratas rurais.

Destarte, o modelo luso-tropicalista seria uma experiência alternativa ao modelo anglo-saxão de colonização, permitindo uma via própria de modernização da vida social. Por um lado, nos países colonizados por puritanos, e o exemplo norte-americano nesse caso torna-se obrigatório, a vida social teria sido absolutamente dominada técnica e pela ciência, acarretando um absoluto desencantamento do mundo (Weber, 1999 [1904]). Por outro lado, a rigidez ascética

dos puritanos, ao não construir zonas de aproximação entre os extremos da pirâmide social (mormente pela suposta recusa daqueles agentes ao contato sexual com as mulheres escravizadas), teria gerado uma sociedade abertamente racista, de grupos raciais bem delineados e identificáveis, incapaz de um convívio não categórico entre as pessoas de procedências genéticas distintas. Ou seja, não eram sociedades que conformassem uma *democracia étnica ou racial*.

De todo modo, frise-se que esses aspectos sincréticos e *democráticos* somente podem ser plenamente compreendidos no plano normativo, desde levemos em consideração que para Freyre as tradicionais hierarquias sócio-raciais jamais deveriam ser questionadas. Na verdade tal plano da discussão poucas vezes é mencionado. Todavia, tal omissão não deixa de ser sumamente questionável em se tratando da obra do sociólogo pernambucano: ou seja, democracia racial, que poderia trazer um relacionamento mais amistoso entre indivíduos portadores de marcas raciais diferentes somente se torna factível quando um dos pólos da relação aceita se sujeitar no interior de contatos, como indivíduos e coletividades, à relações notadamente assimétricas em termos econômicos, políticos e simbólicos (no caso, prestígio social). Voltaremos a esse tema mais abaixo quando formos comentar a produção culturalista contemporânea sobre as relações raciais brasileiras e aquilo que entendemos ser a Lenda da Modernidade Encantada.

Um outro aspecto bastante relevante do mito da democracia racial, tal como proposta por Freyre e demais autores culturalistas reside no debate sobre a dinâmica da mobilidade social presente nesse tipo de sociedade. Guimarães (2002, p.152) entende que Gilberto Freyre opõe o modelo democrático sócio-racial à democracia política: "*Freyre forja a idéia de 'democracia social' ainda nos anos 1930, contra o fato patente de ausência de democracia política, quer no Brasil ou em Portugal*". De fato, a nosso ver, é um inegável fato histórico a realidade de que Gilberto Freyre nem sempre foi um ardoroso defensor da democracia política. Assim, já nos anos 1950 as teses luso-tropicalistas do autor foram seriamente criticadas como um modo elegante de apoio à ditadura de Salazar, em Portugal, e de defesa do já carcomido império colonial lusitano (Medeiros, 1984). Do mesmo modo, é fato notório o apoio do sociólogo

pernambucano, assim como muitos da geração regionalista, ao golpe militar de 1964 e ao truculento regime político que dali se seguiu por vinte anos. Entretanto, vale notar, que quando Freyre escreveu suas obras consideradas mais significativas, ao longo dos anos 1930 e 1940, este autor esteve efetivamente engajado na luta contra o Estado Novo e contra os regimes nazi-fascistas que imperaram na Europa central e mediterrânea (Marinho, 2002).

Desse modo, talvez seja mais razoável dizer que Freyre tenha sido um autor primordialmente preocupado com a dimensão social da democracia sendo a dimensão da democracia política, realidade à qual o autor não logrou ter uma coerência em especial ao longo de sua trajetória, um aspecto secundário em sua formulação. Isto não quer dizer que o sociólogo visse o plano da política com desdém. Decerto seu projeto de modernização conservadora do país, em alguma medida, também dependeria da presença do Estado portador de uma estratégia nacional coerente a este objetivo. Frisamos, contudo, que a visão de Freyre sobre a democracia étnica brasileira somente pode ser plenamente compreendida quando a comparamos com um outro modelo de democracia social que era representado pelos EUA.

Na época que Freyre escreveu seus primeiros clássicos, o país do *Tio Sam* vivia uma profunda ambivalência que levaria, nos anos 1940, Gunnar Myrdal (1944) a organizar o igualmente clássico *An American Dilemma*. O dilema americano era representado pelo fato de que muito embora fosse a terra por excelência da igualdade jurídica, da livre iniciativa e da mobilidade social dos indivíduos, aquele país, de forma concomitante, mantinha os negros e indígenas, bem como todos os seus descendentes (mesmo os miscigenados de tez razoavelmente caucasiana), independentemente de seus méritos e qualidades, vivendo completamente apartados, dentro de um quadro que não poucos autores chegaram a ver uma variante da sociedade de castas, tal qual praticada na Índia (Park, 1950). Deste modo, se era verdade que as estruturas sociais norte-americanas não eram rígidas, igualmente era verdadeiro que tal processo não integrava de forma absoluta os contingentes racialmente subordinados e seus filhos, mas, somente, os descendentes dos europeus.

Neste sentido, ao olhar de Gilberto Freyre, o modelo brasileiro de relações raciais nos teria configurado uma vantagem sobre o padrão anglo-saxão de colonização. Nossas estruturas sociais podiam ser duras, hierarquizadas e as raças, imersas nas clivagens de classes, podiam vir a ter padrões de vida muito diferenciados. Mas elas, a princípio, seriam permeáveis aos descendentes dos antigos escravos e indígenas, desde que estes portassem qualidades e méritos: *“na edição de 1879, de Brazil and the Brazilians, o ver. James C. Fletcher destacava o fato, um tanto escandaloso para os anglo-americanos, de, pela Constituição do Império brasileiro, a cor ou a raça não ser nem direta nem indiretamente base de direitos civis. Daí, uma vez livre, o indivíduo preto ou pardo poder atingir pela energia ou pelo talento posições a que a sua raça, nos Estados Unidos, não lhe permitia chegar, por maior que fosse o seu talento ou sua energia ou sua virtude”* (Freyre, 2000 [1956], p.27). Ou seja, neste estrito plano, nossa estrutura social seria mais meritocrática que a americana. Por isso, seria racial, ou etnicamente, democrática. Nos EUA tal linha de cor seria simplesmente intransponível, ou seja, sua forma exemplar de democracia social, que tanto encantara entre outros Tocqueville, apresentaria esta chaga que, no fundo, representaria os próprios limites do sonho americano.

A conclusão mais importante deste debate reside no fato de que, se a democracia étnica, tal qual vislumbrada por Freyre, tinha na presumível tolerância entre pessoas de cores distintas o seu motor dinâmico, a sua maior realização residia justamente no fato de que tal arranjo social era favorável ao processo de mobilidade social dos descendentes dos negros com os brancos, isto é, os mestiços.

Baseado nesses termos, podemos ver que o culturalismo de Freyre, valorizando a especificidade cultural brasileira e a mestiçagem, acabou tendo um papel estratégico em termos da construção de um ambiente ideológico e cultural propício ao desenvolvimento econômico e institucional do Brasil tal como veio se dando desde a década de 1930. O desenvolvimentista Darc Costa, explicitando um termo usualmente ignorado pelos demais autores ligados à essa vertente, é cristalino ao apontar a íntima associação entre a concepção nacional-desenvolvimentista e as concepções democrático-raciais: *“(a) mágica da mestiçagem é a propriedade que nós temos de deter diferentes graus de morenidade. Esta é uma valiosa qualidade do Brasil. Sobre esse tema,*



*sobrepunhando o pessimismo das gerações anteriores, que se julgavam condenadas ao malogro, pela sua condição de partícipes de um país sem futuro, em decorrência do caráter mestiço de sua população, vem, ao longo de todo este século XX, se sucedendo desde a descoberta antropológica de nosso país, feita, principalmente, com FREYRE (caixa alta daquele autor), um orgulho, uma confiança e um arrebatamento expresso pela certeza das vantagens que a completa mestiçagem proporciona, na arena mundial, ao povo brasileiro. Fez-se com FREYRE a descoberta, nesta parte do mundo, que não há raças capazes ou incapazes de civilização. Mais do que isso, fez-se a constatação que toda trama da história resulta de um processo de fusão e que o Brasil é em si próprio o próprio espírito divino da fusão criadora” (Costa, 2003, p.59).*

Desse otimismo, realmente, logrou-se forjar um discurso tipicamente nacionalista que muitas vezes, na contramão das intenções do próprio Gilberto Freyre – conservador e tradicionalista confesso -; acabou gerando movimentos sociais de enorme poder de radicalidade, tal como ocorreu na primeira metade da década de 1960<sup>9</sup>, nas lutas pelas *Reformas de Base*. Todavia, sem querer desmerecer as influências que esse autor - e mais que o autor, a própria tradição culturalista -, trouxe para o nosso pensamento progressista, é um fato que lido desde a perspectiva dos problemas vivenciados pela nossa sociedade nos dias atuais, é importante matizarmos diversos aspectos apresentados naquele discurso. Portanto, o que nos perguntamos é: tendo em vista os enormes abismos sócio-raciais atualmente existentes em nosso país, até que ponto aquela mensagem pode ser considerada como efetivamente progressista?

## 5. Desdobrando os termos do mito

Do ponto de vista acadêmico, e quiçá, político, não nos parceria equivocado apontar o principal oponente de Gilberto Freyre e de toda a tradição culturalista, tenha sido sociólogo paulista

---

<sup>9</sup> As influências de Gilberto Freyre sobre autores de evidentes vínculos com à esquerda brasileira nos anos 1960 (Antônio Callado, Antônio Cândido, Carlos D. Andrade, José Honório Rodrigues entre outros), pode ser visto na coletânea *“Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte (ensaio sobre o autor de Casa Grande & Senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil – comemorativo do 25º aniversário da publicação desse seu livro)”* de 1962.

Florestan Fernandes. Na obra de Florestan, vemos que o entendimento das relações raciais no Brasil, no passado e no presente, foi compreendido de forma totalmente invertida.

Primeiramente o autor, parte da concepção de que o preconceito e a discriminação racial foram gerados no nosso passado escravista. Recuperando os termos da Escola de Chicago, todo preconceito e discriminação são formas de preservação de distâncias sociais (Pierson, 1965 [1945]; Park 1950). Destarte, era no mundo escravista -, umbilicalmente assimétrico, coisificado e violento (em termos sociais e raciais) -, que estas formas de pensar e de agir faziam sentido. Por outro lado, a efetiva igualação nas condições de vida das pessoas dos distintos grupos de cor no Brasil dependeria do avanço da própria ordem competitiva, sistema este que tenderia a tornar anômalas as formas de domínio social fundadas em parâmetros não racionais. Todavia, o processo de modernização brasileira trouxera consigo antes uma possibilidade do que a efetiva realização de uma democracia racial tendo em vista que nosso modelo de desenvolvimento havia remanescido dependente e periférico. Portanto, a preservação das desigualdades raciais, as regras de etiqueta e os mitos ideológicos existentes nesta seara (*preconceito de não ter preconceito e o próprio mito da democracia racial*), eram solidários com o próprio estágio do subdesenvolvimento de nosso país (Fernandes, 1978 a [1964a], 1978b [1964b]).

Por este conjunto de motivos a mensagem de Florestan Fernandes era duplamente contrária à interpretação de Gilberto Freyre sobre as relações raciais brasileiras. Por um lado, para Florestan, a modernização evidenciava - denotando seu caráter anômalo e grotesco - a histórica presença do preconceito e da discriminação que se voltava contra os negros em nossa sociedade. Ainda que o autor reconhecesse em determinadas passagens que a chegada dos imigrantes, em alguns casos, trouxera consigo novas modalidades discriminatórias, para Florestan, a discriminação sobre os negros (à brasileira) era fundamentalmente filha dos hábitos culturais da antiga elite luso-brasileira de origem escravocrata. Em suma, ao contrário de Freyre que tendia a identificar o preconceito racial como estranhas às nossas melhores tradições culturais, Florestan o associava justamente com a tradição. Por outro lado, para Florestan, não eram apenas as condutas e atitudes raciais da velha aristocracia agrária (não somente, porém, máxime, a nordestina) que deveriam ser definitivamente aposentadas. Na verdade, o conjunto

da obra proveniente daquele estamento social merecia ter o mesmo destino, pois a sua influência e preponderância sobre à vida nacional, era, ela mesma, o motivo da perpetuação do modelo periférico e dependente que tolhia à plena emergência da ordem competitiva.

A concepção estrutural-funcionalista, não obstante as suas importantes contribuições iniciais entre os anos 1950 e 1960, especialmente através dos estudos de Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, não acabou dando pleno curso às investigações sobre o tema das relações raciais. Assim, se é verdade que tal aporte passou a entender de um modo mais crítico as formas de relacionamentos entre brancos e negros em nosso meio - tanto no passado escravista, quanto na ordem competitiva do presente -, por outro ângulo, é igualmente notório que a partir daqueles estudos, as reflexões que se seguiram no interior do pensamento social brasileiro deixaram de perceber este assunto como de maior importância dentro da reflexão acerca da construção das desigualdades sociais em nosso país.

Destarte, no interior da razão estrutural-funcionalista, especialmente nos estudos balizados na teoria da marginalidade, foi gerada uma desnecessária associação entre a reflexão sobre as relações raciais e as matrizes teórico-metodológicas que tradicionalmente vinham informando a realização destes estudos. Assim, por um lado, o culturalismo - e os Estudos de Comunidade -, passaram a ser vistos como uma ideologia encobridora da efetiva realidade das relações de exploração e sujeição, tanto da classe trabalhadora (outrora escrava, nos dias atuais, operária) como de nosso país (outrora pelo colonialismo, nos dias atuais pelo imperialismo). Por outro lado, a própria temática do contato racial entre brancos e negros, em sendo muito importante na agenda de reflexões da Escola de Chicago, igualmente passava a ser considerada como mero epifenômeno da ordem social (Ianni, 1966). Desta forma, era como se as teorias mais usuais de estudos sobre um determinado tema (no caso, os contatos raciais), lidas como ideológicas, tivessem que necessariamente condenar como irrelevante o próprio assunto - e, o que é pior, as próprias pessoas - a ser investigado.

Não obstante, talvez como uma acusação do duro golpe teórico empregado por Florestan e seus discípulos, após os anos 1950 a produção teórica do campo culturalista no Brasil se encaminhou

no rumo de uma maior especialização no seu campo de pesquisas. Assim, tal linha de reflexão tendeu a voltar-se mais diretamente para os estudos etnográficos sobre diversos aspectos da cultura negra tais como: carnaval, festas, malandragem, nacionalização e desafricanização de elementos da cultura popular, religiões afrobrasileiras, festas populares, movimento *funk*, samba, capoeira etc. (Schwarcz, 1999, p.297).

Independentemente da importância e seriedade destas contribuições, não deixa de ser interessante perceber que, no interior daquele conjunto de estudos, os temas reportados à presença do preconceito de raça/cor, da convergência entre as linhas de classe e cor e demais aspectos do *mundo do sistema*, tenham praticamente desaparecido como eixo de preocupação temático. Como traço de curiosidade, vale lembrar que a produção culturalista entre os anos 1930 e 1950 era mais ambiciosa a este respeito, buscando desenvolver seus estudos, de fato levando em consideração os aspectos mais estritamente culturais da vida social (plano das festas, vida religiosa, manifestações artísticas etc), porém, sem nunca deixar de lado o conjunto de demais aspectos atinentes à organização da sociedade como um todo. Neste sentido, por mais solertes que tenham sido os argumentos apresentados por Lilia Schwarcz acerca dos estudos culturalistas que vieram a lume a partir da década de 1980 - *enfaticamente o lado circunstancial da identidade* -, é inequívoco que tais enfoques, no que tange aos temas da estratificação e da mobilidade social, em se abstendo de produzir novos estudos referentes a esta questão (preciosa para culturalistas notáveis como Freyre e Pierson) acabaram deixando o campo livre para as outras interpretações provenientes da razão oposta à culturalista, que foram as provenientes da matriz funcionalista e estruturalista (especialmente a de fundamentação marxista).

De qualquer maneira, a partir dos anos 1990 como que chegamos a um terceiro momento de estudos culturalistas sobre as relações raciais brasileiras. Por um lado cabe salientar que estas contribuições são importantes, pois implicam a retomada de um antigo debate que de certo modo havia ficado em compasso de espera entre a segunda metade dos anos 1960 e o final da década de 1970. Assim, a formulação culturalista contemporânea terminou encontrando no plano do simbólico as chaves de compreensão – e de posituação – do modelo brasileiro de

relações raciais. Tal como pode ser depreendido da argumentação Lilia Schwarcz: *“(a)ssim como não é possível negar o racismo – que no Brasil se afirma por uma hierarquia muito internalizada e não exclusivamente pela divisão das classes sociais -, também não se pode abrir mão de falar das singularidades dessa sociedade misturada. Não me refiro apenas à mistura biológica, mas sobretudo à miscigenação dos costumes, da mistura e da religião”* (C.f. SCHWARCZ, 1999:179). Fry, igualmente destaca o fato de que no Brasil a democracia racial seja um ente inexistente: *“(o) Brasil vive ‘surto’ de particularismo dentro de seu universalismo constitucional e consentido; afinal como reza o ditado popular, ‘na prática a teoria é outra’. Mas nem por isso precisamos descartar a ‘democracia racial’ como ideologia falsa. Como mito, no sentido que os antropólogos empregam ao termo, é um conjunto de valores poderosos que fazem com que o Brasil seja o ‘Brasil’ para aproveitar a expressão de Roberto daMatta. Como tal, é seguramente nada desinteressante num mundo assolado pelos particularismos ‘raciais’, ‘étnicos’ e ‘sexuais’ que alhures produzem sofrimento e morte no pretense caminho da igualdade”* (Fry, 1995/96, p.134).

Assim, o que se pode depreender desta passagem de Lilia Schwarcz e de Peter Fry é que no Brasil efetivamente a democracia racial não passa de um mito. Todavia, destacam os autores, o mito guarda uma importância por ele mesmo, tendo em vista sinalizar um tipo de desejo coletivo, ausente de outras realidades onde a discriminação racial não faria questão de se manifestar de forma velada<sup>10</sup>. Ou antes, ocorreria no modelo brasileiro de relações raciais, um jogo de compensações onde, em alguns espaços e momentos, o racismo e a discriminação apareceriam de forma mais freqüente e, em outros espaços e momentos, onde tais manifestações estariam praticamente ausentes, valendo ali sim, o princípio da harmonia racial. Dito de outra maneira, considerando que toda sociedade se articula em torno de mitos de origem, o da democracia racial seria apenas um entre tantos outros (tal como o sonho americano de ascensão individual através do próprio esforço, ou dos franceses de viverem na terra da liberdade, igualdade e fraternidade etc). Destarte, neste modo de entendimento, o mito da democracia racial, dado seus pífios resultados em termos da efetiva igualação das

---

<sup>10</sup> Uma interpretação crítica deste discurso pode ser encontrada em Guimarães (1999).

condições de vida dos diferentes grupos de raça/cor, deixava de ser positivado pelos seus aspectos concretos e terminava sendo por aquilo que viriam a ser os seus desejos de um mundo livre de racismo, preconceito e da discriminação racial e de cor.

Percebe-se, portanto, que os cientistas sociais que apostam na validade do mito da democracia racial fazem um balanço entre os prós e contras do modelo de contatos raciais, chegando a conclusão de que, mesmo portando tantos problemas, o padrão de relações entre brancos e negros vigentes no Brasil deveria ser fundamentalmente preservado (Grin, 2001a, 2001b). Neste sentido, a questão passa a ser como entender os fundamentos desta conta de chegada realizada por aqueles autores naquilo que em nossa Tese de Doutorado (Paixão, 2005a) identificamos como sendo a Lenda da Modernidade Encantada.

No nosso estudo dos termos da Lenda da Modernidade Encantada foi possível entender que na visão culturalista haveria a crença de que o Brasil, mais do que qualquer país latino-americano, teria encontrado uma via alternativa para a promoção de seu processo de modernização que passaria pela preservação de áreas intocadas pelo funesto mundo do interesse material e político. Esta zona não interessada da vida social formaria uma espécie de refúgio ao desencantamento do mundo, termo este avançado originalmente por Max Weber. E essa preservação, de acordo com nossa hipótese, teria sido possível justamente pelo padrão brasileiro de relacionamentos raciais. Assim, se nos países mais desenvolvidos o progresso se fez acompanhar pelo distanciamento entre os racialmente diferentes, e a redução das relações humanas ao mero estágio instrumental, no caso brasileiro teria ocorrido a preservação de determinados espaços propícios à interação de brancos, negros e mestiços. Desta forma, naqueles dados locais, os contatos inter-raciais poderiam ocorrer sem maiores fricções, gerando um sentimento coletivo de desejo de paz inter-racial e de repulsa às formas abertas de racismo. Por este motivo, a argumentação culturalista contemporânea aponta serem impertinentes as políticas de promoção da igualdade racial. Isto porque tais políticas, em nome da promoção da equidade, poderiam por em risco os princípios da paz inter-racial vigentes em nosso meio. Todavia, estas considerações não esgotam os termos da *Lenda*.

O modelo brasileiro de relações raciais combina diálogo e intimidade entre as pessoas diferentes, contudo, desde a constante preservação de abissais desigualdades entre os grupos portadores das distintas marcas raciais. Assim, desde que as assimetrias não sejam postas em questão, as relações entre as pessoas de raças diferentes podem ser dar de forma amigável, amistosa, íntima e, dentro de certos espaços e momentos, mesmo anárquica. No instante que estas assimetrias são postas em questão a aparente paz se esvai como plumas. Porém o próprio sistema teria uma espécie de *no break* interno que evitaria que estes conflitos se extremassem. Este vem a ser as regras de etiquetas raciais, que *protegem* os negros e mestiços escuros que estejam em seu lugar, isto é, não estejam fazendo nada de comprometedor às estruturas raciais vigentes. Isto, em termos práticos, significa não estarem estas pessoas ocupando postos de trabalho bem remunerados ou prestigiados, explicitando ter ou almejando conquistar níveis educacionais mais avançados, exercendo funções públicas de maior responsabilidade ou tendo alguma forma ostensiva de aparição pública (salvo em áreas muito reservada como as artes, a religião e os esportes), que não sejam próprios para à sua condição racial (ou dito de outro modo, que não se coadunem com as marcas raciais portadas por este determinado indivíduo). Por outro lado, como um último recurso para impedir o prosseguimento de alguma contenda, existe uma espécie de licença para que os que portem as marcas raciais menos negróides (inclusive os *morenos*) possam usar o gás paralisante do insulto racial (*você sabe com quem está falando?*), restabelecendo – à la DaMatta (1997 [1978]) – os termos hierarquizados nos quais estas relações se fundamentam.

Portanto, da leitura das contribuições provenientes da visão culturalista contemporânea, antes que um resíduo negativo de um modo de relacionamento inter-racial essencialmente positivo, as desigualdades raciais não podem ser combatidas porque são partes intrínsecas e necessárias do próprio modelo. Tal como, falando do mundo cultural Ibérico, nos pondera Richard Morse. “(n)a Íbero-América, como vimos, o liberalismo forneceu uma racionalidade modernizante para a ascensão seletiva do talento empresarial e para vinculação das economias regionais com as do Ocidente capitalista. Sua crítica das estrutura corporativas, no entanto, não se expandiu a ponto

*de universalizar a mensagem do individualismo. Em versões locais o liberalismo era compatível com a hierarquia e a subordinação” (1988, p.93).*

Avançando na reflexão, não seria a rigor correto dizer que na Lenda da Modernidade Encantada, brancos (e mestiços-claros) e negros (e mestiços escuros) interagissem igualmente sob parâmetros não instrumentais. Os brancos entrariam nesta relação na condição de pólo dominante e enquanto tal interagiriam com os demais grupos reservando-se ao direito de saber de que forma esta interação iria ocorrer. Sabendo-se superiores aos negros (em termos econômicos, poder e de prestígio social), os brancos poderiam se abrir intermitentemente para relações desinteressadas com àquelas pessoas que afinal de contas subordinariam. No outro pólo se exigiria que os negros tivessem um comportamento complacente para com tal padrão. Na medida em que estes grupos não reivindicassem igualdade, mais uma vez em termos econômicos, poder e de prestígio social, as relações entre ambos os grupos poderiam transcorrer de forma amistosa nos momentos específicos das festividades, do lazer e da religião (as *áreas moles* do contato racial). Ou seja, as assimetrias é o preço que se paga pela paz. Assim, no interior deste ponto de vista, são as disparidades raciais que garantem a qualidade dos modos de interação entre brancos e negros no Brasil. Esta é a chave do entendimento da Lenda da Modernidade Encantada. Ou melhor, esse é o segredo do racismo à brasileira.

## 6. Relações raciais e desenvolvimento

Há uma hipótese contida no pensamento desenvolvimentista e modernista brasileiro segundo a qual o processo de crescimento da economia, desde que capitaneado pelo setor industrial e de serviços modernos, poderia carrear consigo, por livre e espontânea vontade, a resolução dos grandes problemas do país. Tal como relata César Benjamin (1994:23-24): *“(t)ivemos, até período recente, uma grande utopia, a da industrialização e do desenvolvimentismo. Ela conquistou os corações dos nossos pais, que experimentaram a sensação de que o Brasil era o país do futuro que estava sendo construído: daquele desenvolvimento industrial resultaria a superação do subdesenvolvimento e da pobreza”*. Ou seja, por esse ponto de vista, ao se



associar a industrialização à ruptura com os termos da antiga divisão internacional do trabalho, esta transição produtiva se faria acompanhar pela redução do peso relativo dos resquícios do antigo sistema colonial, tal como o latifúndio monocultor ou mesmo a dependência externa das praças internacionais. Assim, de acordo com tal hipótese, a modernização do país, por si só, poderia trazer a superação de nossas antigas mazelas sociais.

Por outro lado, conforme já vimos, o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial. Ou seja, o ideário mítico da mestiçagem, ou da morenidade, produto sincrético da fusão das três raças originárias formadora do povo brasileiro, acabou sendo utilizado instrumentalmente pelas elites brasileiras como um instrumento mobilizador do desenvolvimento e do progresso. Nesse sentido, tendo em vista o debate sobre as ações afirmativas nos dias atuais, parece que os autores mais fortemente vinculados à uma concepção desenvolvimentista elegeram as reivindicações do movimento negro como especialmente impróprias para o contexto nacional.

O mesmo César Benjamim, em outro artigo, deixa bastante nítido que *“(a) fusão de subgrupos humanos, acelerada na modernidade, foi mais radical no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo. Sociedade recente, nascemos no exato momento em que o reencontro se acelerou”*. Assim, o autor é enfático em apontar:

*“(c)omo resultado, não somos nem brancos, nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de constituir uma identidade baseada na “raça” é especialmente reacionária. A afirmação, que tantas vezes já ouvi, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de nosso esporte nacional favorito – falar mal de nós mesmos”. Daí, prossegue Benjamin: “(o)s elementos culturais e ideológicos racistas, que subsistem entre nós, não interromperam nem conseguirão interromper o processo de construção de uma sociedade mestiça, cuja unidade tem sido dada pela bela capacidade de criar e recriar uma cultura de síntese. Mesmo assim, aqueles elementos precisam ser combatidos. Mas definir quotas será o melhor caminho? Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está*

*a fronteira entre ambos? E os brancos pobres, que são muitos, como ficam?*  
(BENJAMIN, 2002, p.36-37).

Finalmente, o autor, em mais recente artigo aprofunda idéias anteriores apontando implicitamente sobre a agenda do movimento negro apontando que: *“(o) que vem acontecendo é a destruição da identidade, que é fundamental para qualquer sociedade. Nós temos sido golpeados na destruição de nossa idéia de Brasil. Não é substituição por outra idéia é a substituição por uma não idéia”* (Benjamin, 2006, p.10).

Os termos apresentados por César Benjamin são importantes, tendo em vista tratar-se de um intelectual que, com méritos, possui amplo reconhecimento de sua trajetória como pensador e militante. Assim, o estudo de seus argumentos mais recentes sobre aquele tema pode ser importante tendo em vista as reflexões ora feitas sobre os diálogos existentes entre o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e as relações raciais.

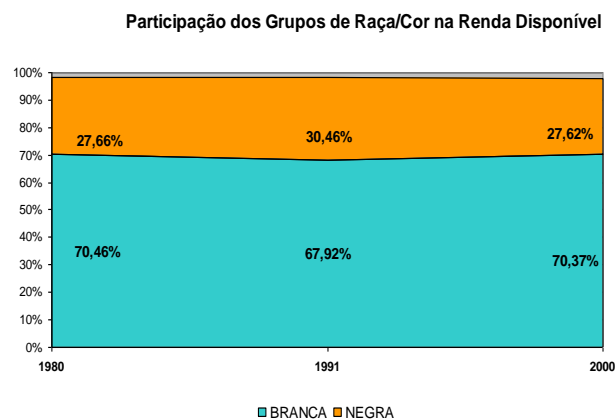
Assumir que o mito da democracia racial seja efetivamente uma idealização, que não encontra correspondência alguma na realidade, assume uma gravidade que o autor não parece não perceber. Uma coisa era, tal como Gilberto Freyre, entender que a democracia racial era uma realidade presente em nossa realidade passada e presente. Ora, nesse caso, o autor acreditava piamente em uma idéia e a seguiu, a despeito de tantas evidências empíricas em contrário. Contudo, outra coisa é saber, como Benjamin, que a democracia racial, tal como formulada pelos culturalistas clássicos, é ilusória e, ainda assim insistir em manter-se fiel a essa idealização mesmo sabendo ser a mesma falsa. Nesse caso, há uma troca entre um mito, portanto falso, e uma realidade de assimetrias, violências e privações, cruamente verdadeira, mormente para suas vítimas. De todo modo, a pergunta que nos fazemos é: se as empiricamente constatáveis desigualdades raciais, eternamente prorrogadas, não podem ter desdobramentos no plano normativo, porque que uma realidade inexistente (uma mentira em suma) o pode? Seria porque as idealizações democrático-raciais apontam para um mundo equânime entre os diferentes? Ora, mas se isso é realidade porque tanta intolerância à adoção do princípio da igualdade racial?

Por que esse princípio acaba sendo entendido como potencialmente demolidor da paz racial brasileira? Enfim, como acreditar que a democracia racial possa ser considerada uma *meta a ser alcançada*, se os mesmos autores que formulam esta sentença, normativamente, discordam da validade da adoção de medidas que possam justamente levar ao alcance da meta?

É muito importante que prestemos atenção à glorificação que autores como César Benjamin e Darc Costa vêm fazendo a obra de Freyre e ao mito da democracia racial. Recuperando o que já debatemos sobre a Lenda da Modernidade Encantada, sabemos que o modelo brasileiro de relações raciais consagra o princípio do convívio entre pessoas de marcas raciais diferentes, porém, desde que algemadas aos grilhões das hierarquias raciais. Portanto, um modelo de desenvolvimento que se funde nessa sorte de utopia, necessariamente acabará gerando como produto final, aquilo que já estava previsto em sua origem mítica, isto é: desigualdades raciais, e, por conseguinte sociais.

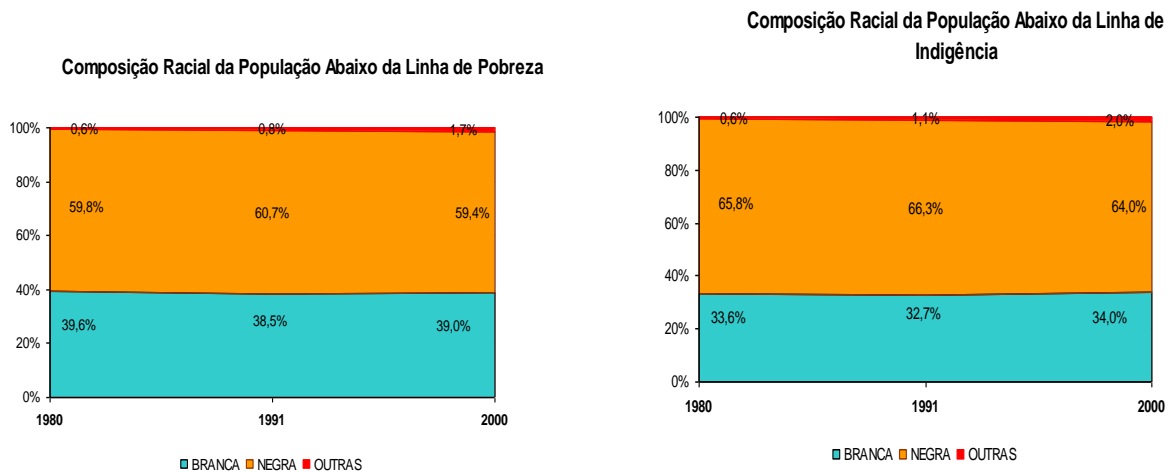
No espaço disponível não teremos como apresentar uma longa listagem de indicadores sociais que retratam as disparidades raciais no Brasil contemporâneo. Assim, nos limitaremos a algumas poucas evidências empíricas. Por intermédio do Gráfico 1 podemos ver que a participação dos negros e negras na formação da renda disponível ao longo do período compreendido entre 1980 e 2000 permaneceu praticamente a mesma, correspondendo a não mais que 30% da formação da renda disponível das famílias.

**Gráfico 1** - Fonte, microdados do Censo 2000. Tabulações Observatório Afrobrasileiro / LAESER



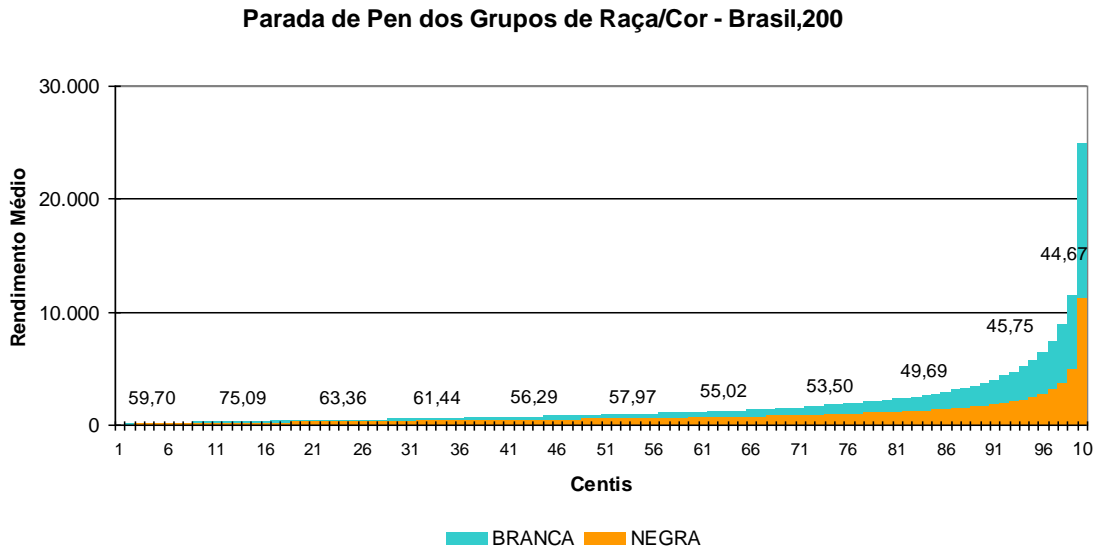
No que tange à evolução dos indicadores de pobreza e indigência desagregados por raça/cor, vemos que, ao longo do tempo, eles invariavelmente se apresentam mais impactantes sobre os negros e negras. Assim, de acordo com os dados contidos nos Gráficos 2 e 3 vê-se que entre os intervalos censitários de 1980 e 2000, a presença negra no interior da população abaixo da linha de pobreza permaneceu em torno de 60%; e no interior da população abaixo da linha de indigência no entorno de 65%.

**Gráficos 2 e 3** - Fonte, microdados do Censo 2000. Tabulações LAESER / IE / UFRJ



Quando analisamos os centis de rendimento dos grupos de raça cor (enfileiradas em ordem crescente, tal qual o formato de uma *Parada de Pen*), podemos ver, no Gráfico 4, que, no ano 2000, em todas as cem faixas desagregadas dos rendimentos de todas as fontes; a remuneração média dos afrodescendentes chegava a no máximo 75% da remuneração média dos brancos. Ou antes, eram justamente nos centis de rendimento mais elevados que os percentuais da remuneração média mensal dos negros tendiam a ser maiores. Assim, se no primeiro centil, o rendimento médio dos negros chegava a 60% dos brancos, no último centil (centésimo mais rico), esta mesma proporção caía para 44,7%.

**Gráfico 4 - Fonte, microdados do Censo 2000. Tabulações – LAESER / IE/ UFRJ**



Finalmente, a partir da Tabela 1, podemos ver que os Índices de Desenvolvimento Humano de pretos, pardos, negros (soma de pretos e pardos) e indígenas, em 2013, apareciam nitidamente inferiores do que o mesmo Índice dos brancos e dos amarelos. Assim, caso formassem países diferenciados o hiato de brancos (IDH elevado) e negros (IDH médio) em termos do ranking internacional do IDH seria superior a 37 posições.

**Tabela 1 – IDH dos grupos de raça/cor Brasil, 2000**

**Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população brasileira, desagregada pelos grupos de cor ou raça, Brasil, 2013**

| Índice de Rendimento | Índice de Longevidade | Índice de Educação | IDH | Posição ranking PNUD | País de Referência |
|----------------------|-----------------------|--------------------|-----|----------------------|--------------------|
|----------------------|-----------------------|--------------------|-----|----------------------|--------------------|

|                 |       |       |       |       |     |                                     |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-----|-------------------------------------|
| Branços         | 0,735 | 0,865 | 0,705 | 0,765 | 66  | Sérvia /<br>Antígua<br>e<br>Barbuda |
| Pretos & Pardos | 0,645 | 0,836 | 0,609 | 0,690 | 103 | Tailândia                           |
| Total           | 0,696 | 0,849 | 0,658 | 0,730 | 85  |                                     |

**Nota:** População total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

**Fonte:** IBGE, microdados PNAD 2011 (para o índice de rendimento e o índice de educação); IBGE, microdados Censo Demográfico 2010 (para o índice de longevidade).

Metodologia adaptada a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 do PNUD. Tabulação LAESER.

Desse modo, no nosso entendimento, se torna impossível pensarmos a construção de um novo projeto de nação que não coloque essa realidade social em questão. Tornar as assimetrias raciais como um dado natural da realidade é o mesmo que dizer que jamais teremos a efetiva capacidade de forjarmos uma nação de iguais.

## 7. Sobre as Identidades Raciais no Brasil

Não deixa de ser interessante reportar as idealizações existentes do padrão brasileiro de relações raciais, supostamente tão democrático, com o próprio modelo de desenvolvimento que adotamos em nosso país, a partir dos anos 1930 (e que se aprofundou a partir de 1964). Ou seja, não é um mito a realidade de que o Brasil é um país onde nos dias atuais ocorrem mais de 40 mil homicídios por ano, onde o Índice de Gini da distribuição dos rendimentos se aproxima de 0,60 e onde as relações trabalhistas, entre gêneros e do homem com o meio ambiente são marcadas pelo seu caráter reconhecidamente brutal e espoliador. Assim, o epíteto de selvagem é um tanto comum quando tentamos definir o tipo de modelo econômico capitalista que temos em vigor dentro do Brasil.

De qualquer maneira, desses dois termos podemos constatar que vivemos em meio a um pitoresco paradoxo: no plano racial somos um modelo para o mundo. Já no aspecto social nos destacamos por nossa selvageria. Enfim, a pergunta que emerge é se já não estaria na hora de problematizarmos essa instigante assimetria?

Primeiramente, nos permitamos uma reflexão sobre uma questão metafísica, mas de vital importância em todo esse debate: afinal quem são os negros e os brancos em nosso país? Como é que podemos ousar nominar alguém de branco ou negro se os estudos mais recentes, provenientes do campo da genética, mostram justamente que raças biológicas inexistem (Pena *et alli*, 2000)? Como é que conseguiremos defini-los com essa elevada taxa de mestiçagem presente no nosso povo?

Começando pelos estudos provenientes do campo da genética, não existem motivos para discordância quanto ao fato de realmente que as raças enquanto realidade biológica são entes inexistentes. Por conseguinte, na contramão dos antigos autores racistas da segunda metade do século XIX, as aptidões físicas, mentais e psíquicas de cada pessoa não pode ser determinadas por motivos raciais. Contudo, essa concordância está longe de esgotar a problemática ora tratada. Assim, se é bem verdade que as diferenças genéticas existentes entre pessoas de procedências distintas são mínimas, por outra via, tal fato não deve implicar no desconhecimento de que esses mesmos indivíduos de origens diversificadas sejam efetivamente diferentes do ponto de vista físico. Isto é, se é bem verdade que raças não existem, as aparências físicas entre grupos de seres humanos efetivamente existem. Desse modo, os diversos tipos de seres humanos possuem vários tipos de cabelos, tonalidades de cor de pele, alturas, formatos faciais e de olhos entre outras características. Não nos cabe entrar no mérito das origens dessas diferentes formas humanas, ainda que seja mais ou menos evidente que nos seus respectivos *marcos zero*, tais diferenças tenham sido geradas por algum mecanismo adaptativo ao meio, dadas as diversas condições ecológicas onde o *homo sapiens* foi se adaptando. Finalmente, esses diferentes tipos humanos, postos em diferentes contextos físicos e sociais, acabaram gerando modos de existência bem diferenciados, o que gerou diversas formas culturais em termos dos tipos de mitos religiosos, idiomas, culinária, modos de

vestimenta, organização da família, etc. De todo modo, vale frisar que essas distinções culturais não podem ou devem ser vistas como sinônimas de um conceito físico de etnia, antes sendo gerada pelos contextos sociais.

Não obstante, na sua longa trajetória pelo mundo, os seres humanos sempre produziram processos de auto-identificação em termos coletivos. O processo de formação de identidades em grande medida se associou com determinadas características identificáveis no plano cultural. Por sua vez, tais processos acabaram gerando correspondentes processos de hetero-classificação, onde as demais coletividades, de forma mais ou menos amistosa, foram identificadas como *o outro*. De todo modo, nem sempre esses processos diferenciadores se relacionaram com a mobilização de aspectos físicos visíveis. Por exemplo, Aristóteles, em “*A Política*”, conseguia identificar como escravos naturais os bárbaros, seres naturalmente incapacitados ao exercício da vida ética e ao convívio em sociedades políticas. Todavia, esses bárbaros, para o antigo filósofo, eram fundamentalmente pessoas de peles claras, então vivendo no próprio continente europeu (em suma, eram os nórdicos dolicocefalos dos delírios de Oliveira Viana).

Por outro lado, a associação entre o tipo inferior e os atributos físicos discrepantes (cor de peles, tipos de cabelos, etc) parece ter recebido grande impulso a partir do período das Grandes Navegações quando os europeus do oeste se lançaram na empresa de subjugar os demais povos. A partir desse momento, no seio das sociedades européias ocidentais, viria a ocorrer um grande debate acerca das características naturais e espirituais dos povos da África e das Américas, tidos como essencialmente diferentes das gentes originárias do continente europeu. Tal processo, apesar do recuo parcial ocorrido com a emergência do Iluminismo, ganharia grande impulso no século XIX e a constituição da antropologia física enquanto campo do conhecimento. A partir daí um argumento supostamente científico acabaria dando uma roupagem teórica a um argumento que não passava de uma justificativa do processo de subjugação de alguns povos por outros (Stolcke, 1991).



Portanto, se é bem verdade que raça inexistente enquanto realidade biológica, do ponto de vista da estrutura física corpórea de cada pessoa (ou grupo de pessoas), tais diferenciações efetivamente existem. Que ao longo da história da humanidade, especialmente nos últimos 500 anos, tais formas tenham servido para a constituição das ideologias e mistificações mais estapafúrdias, com trágicas seqüelas para os grupos e indivíduos identificados pelos mais fortes como *inferiores*, isso não pode implicar que essa mesma história seja irreal. Em suma, raças não existem, mas os tipos físicos, com toda carga de valoração hierarquizadora que esses contêm, sim. Essas formas mentais de associações inequivocamente, estão ancoradas no interior de uma ideologia racial, ou racializada, mais ou menos explícita ou implícita. Somente dentro desses parâmetros é que podemos compreender essa, de resto, estranha, associação psicológica entre cores de peles e tipos de rostos com distintas capacidades físicas, psíquicas e intelectuais (Guimarães, 1999). Por isso, posto que a realidade biológica das raças é uma inverdade, identificamos esses diferentes tipos físicos como sendo *marcas raciais*, essas palpáveis. Plenamente identificáveis (Paixão, 2005a).

Na verdade, esse conjunto de reflexões forma uma derivação de Oracy Nogueira (1998 [1955]), em seu estudo clássico sobre o modelo brasileiro de relações raciais. Esse autor identificou os padrões de contato existentes entre brancos e negros em nosso país de *preconceito racial de marca*. Isto é, no caso brasileiro a probabilidade de um indivíduo vir a sofrer algum tipo de atitude hostil, motivada por razões relacionadas à raça, era função da intensidade das marcas raciais. Já nos EUA, vigoraria uma outra modalidade, classificada por aquele sociólogo de *preconceito racial de origem*. Ou seja, ao contrário do Brasil onde o mestiço, dependendo da intensidade das marcas raciais poderia ser aceito socialmente como branco (ou não negro, ou não preto) naquele país, o mestiço, seria automaticamente relegado ao grupo discriminado. A tal perfil Marvin Harris (1967 [1964]) classificaria como sendo regras de hipodescendência. De qualquer maneira, na verdade, mesmo nos EUA, as aparências raciais são bastante relevantes, seja por conta da maior probabilidade de ascensão social de um afrodescendente mestiçado de tez mais clara, seja por conta da possibilidade, já bastante comentada na literatura, do *passing*, ou seja, de um descendente mestiçado de africano (o que outrora se chamaria de octarão)

poder se passar por branco em um local onde a comunidade (branca) desconhecesse sua origem.

Outro autor que traz contribuições interessantes para esse debate é Harold Hoetink (1971 [1967]). Desse modo, segundo a contribuição desse autor, no padrão de colonização das Américas vigoraria o princípio das *normas de imagem somática (normatic somatic image)*. Ou seja, as chances de mobilidade ascendente de uma determinada pessoa aumentariam ou diminuiriam de acordo com o grau de proximidade de seu biótipo com o formato humano caucasiano, considerado padrão e que, assim, gozaria de maior prestígio social. Tal padrão seria válido em todas as Américas, com a diferença de que nos EUA a zona de aceitação do mestiço, mesmo o tez caucasiana, por parte dos brancos seria extremamente diminuta, ao contrário da América Latina, onde esse tipo de indivíduo tenderia a ser mesmo valorizado, mormente no plano estético.

De todo modo, qual a implicação desses modelos quando o argumento se volta para aspectos estruturais como desenvolvimento e desigualdades sociais? Conforme já possível apontar, o mito da democracia racial possui dois pilares de sustentação: a convivência harmoniosa entre pessoas de aparências, ou marcas raciais distintas, e a mobilidade social do mestiço, essa supostamente ausente nos países originados da colonização flamenga ou anglo-saxã. Por outro lado, esse modelo democrático-racial portaria qualidades únicas em termos internacionais, representando o cerne da própria identidade nacional brasileira rumo ao desenvolvimento econômico e social. Como podemos então associar essas características com o modelo de desenvolvimento econômico e social vigente no Brasil?

No Brasil são brancos e negros aquelas pessoas com aparências físicas suficientemente marcantes, marcas raciais (especialmente traços faciais, cores de olhos e tipos de cabelos), para serem identificados enquanto tais. Os mestiços de todos os tipos não fogem a esse princípio básico, sendo identificados pelo somatório dos seus traços fenotípicos. Essa conceitualização não deve implicar no desconhecimento dos tantos aspectos situacionais envolvidos (região do país ou local social onde uma determinada pessoa se encontra, roupas que veste, modo de se

expressar etc) que podem tornar esse sistema classificatório maleável. De todo modo, recuperando o conceito de Lívio Sansone (1995) acerca das *zonas duras* e *moles* das relações raciais, quando essas diferentes pessoas se encontram em espaços como as agências de emprego, escolas e universidades, contato com o aparato policial, na mídia e publicidade, contato com o aparato policial ou judiciário, nos momentos eleitorais – ou seja, nas *zonas duras* – suas maiores ou menores probabilidades de sucesso acabam sendo determinadas pela intensidade das marcas raciais (caucasiana ou africanóide).

Tal compreensão não significa aceitar acriticamente o ideário que entende que o contínuo dos fenótipos dos brasileiros cria uma incontável possibilidade classificatória de modo a tornar tudo em uma grande confusão de formas e cores. Antes, tão-somente o que se reconhece é que os mestiços de tez mais clara, mesmo os que portem visível ou reconhecida ascendência pessoal não europeia, poderão ter possibilidades de ascensão social semelhantes aos brancos não miscigenados e serem aceitos enquanto pessoas brancas. Ou reconstituindo o termo original de Carl Degler (1976 [1971]), em nosso país há uma efetiva válvula de escape para os mestiços claros (ou morenos-claros). Já para os demais (falando de forma genérica, os que se auto-declaram pretos e pardos aos pesquisadores das pesquisas demográficas oficiais), tais probabilidades de mobilidade social tenderão a ser fundamentalmente menores, comparativamente aos mais claros, independentemente da intensidade das respectivas marcas raciais. Essa assertiva não implica em afirmar que exista no Brasil uma nítida ou rígida linha de cor, mas, sim, que a partir de um determinado ponto – de difícil exata mensuração, mas inequivocamente existente –, gerado pela combinação de aspectos físicos, locais e situacionais, a possibilidade de sucesso no plano educacional, profissional e pessoal de uma pessoa portadora de marcas raciais mais intensivamente negróides tenderão a se reduzir correspondentemente.

Essa compreensão, igualmente não implica na ignorância quanto ao fato de que atualmente a maioria das pessoas negras não se reconhecem enquanto tal. A esse respeito cabe salientar que ao contrário de determinadas interpretações, que tendem a enxergar nessas dificuldades o próprio sucesso da democracia racial à brasileira, no nosso entendimento, tais formas de auto-

classificação representam o próprio sucesso do tipo de racismo que se pratica no Brasil. Ou seja, o peso da opressão que se abate sobre os negros é tão grande que muitos desses preferem não se reconhecer enquanto tais, preferindo identificar-se com denominações mais suaves e que, pretensamente, poderiam lhe abrir caminhos de mobilidade e realização social e pessoal no interior de uma sociedade notadamente intolerante aos negros. Assim, se a maior dificuldade dos negros em se assumirem como tal pudesse representar algum índice de nossa democracia racial, o que dizer dos brancos que não apresentam a menor dificuldade para assumirem sua identidade? Por qual motivo então existiria tamanha discrepância em termos das probabilidades de assunção de sua própria forma física entre pessoas de tez mais clara e mais escura?

Ainda dentro desse debate que fique nítido que não existe por parte do autor dessas linhas nenhuma intenção de impor a quem quer que seja identidades raciais ou étnicas. A esse respeito, assumimos aspectos da reflexão de Taylor (1976) que, em defesa da perspectiva do reconhecimento cultural, aponta que tal possibilidade não pode ser imposta aos indivíduos. Portanto, não temos motivos para discordar daqueles que apontam que a identidade é antes um direito do que um dever a ser imposto de fora, seja à cada pessoa, seja mesmo às coletividades. Não obstante, é preciso entender esse processo de forma dinâmica, assim evitando-se o formalismo que aquelas considerações podem conter. Destarte, dentro dessa reflexão, somos obrigados a apontar que pouco adianta para uma pessoa identificada com um contingente usualmente discriminado (negros, indígenas, judeus etc) se recusar a se reconhecer enquanto tal se os agentes discriminadores, dominantes na sociedade, insistem em lhe hetero-classificar desse modo. Esse parece ser o caso dos que se auto-declaram pardos no Brasil. De fato, é um direito que cabe a cada um que se vê dessa forma que se expresse desse modo. Mas, por outra via, é um dever do pesquisador apontar que tais mecanismos não alteram fundamentalmente sua situação de vida que, em grande medida, tende a se aproximar das condições vigentes entre as pessoas de tez mais escuras, que se auto-declaram pretas nas

pesquisas demográficas oficiais<sup>11</sup>. Com isso, a unificação de pretos e pardos dentro de um único epíteto, negros, não pode ser entendido como uma violação do princípio do direito à própria identidade. Isso porquê nesse caso, essa identidade é imposta, se não tanto pelos militantes ou pesquisadores vinculados ao movimento negro, mas, sim, pela sociedade racista envolvente.

Do mesmo modo, não há o menor motivo para dissociarmos esses aspectos do tema da produção das políticas sociais. Assim, se é bem verdade que as estratégias do poder público no Brasil raramente assumiram uma perspectiva abertamente racista, por outro lado, os efeitos de suas ações não deixaram de apresentar efeitos bastante perversos do ponto de vista das disparidades raciais. Tal processo assumiu pelo menos as seguintes formas: i) escolha desigual, por parte das autoridades competentes, das áreas habitadas primordialmente por brancos e negros para fins de investimentos em serviços públicos (rede escolar e hospitalar, serviços públicos coletivos como coleta do lixo, abastecimento de água potável e rede de esgoto); ii) postura leniente diante das práticas racialmente preconceituosas e discriminatórias no interior das agências públicas fornecedoras desses serviços; iii) por uma ação seletiva do aparato judicial e policial junto aos afrodescendentes, seja pela via passiva, através da oferta mais precária dos serviços de segurança pública (policiamento ostensivo, iluminação de ruas, acesso aos serviços jurídicos, controle da ação dos grupos de extermínios e quadrilhas organizadas) e ativa, mediante a ação racialmente seletiva da ação judiciária, carcerária e policial, com especial drásticos efeitos sobre a população negra, mormente a jovem do sexo masculino.

Sobre essas práticas do poder público, que autores como Lopes (2005) classificam de racismo institucional, ainda há um amplo espaço para reflexões no meio acadêmico brasileiro, muito embora de antemão seja factível perceber que suas seqüelas para a questão das desigualdades

---

<sup>11</sup> Em nossa Tese de Doutorado (PAIXÃO, 2005) tivemos a oportunidade de debater que não eram exatamente em todos os indicadores sociais que os dados de pretos e pardos, no plano nacional, tendiam a convergir. Assim, em diversos indicadores relacionados aos padrões demográficos, causas de mortalidade, perfil da nupcialidade entre as mulheres, vitimização por agentes policiais e adesão às religiões de matrizes afrobrasileiras foram encontradas significativas diferenciações nos indicadores daqueles dois grupos. Assim, em alguns aspectos da vida social, muitas vezes as intensidades das marcas raciais pode acarretar em diferenciações nos indicadores dos pretos comparativamente aos pardos. Não obstante, essa questão não será debatida no presente artigo por não comprometer o eixo fundamental do argumento ora exposto. Ou seja, nos indicadores sobre a qualidade de vida (acesso ao mercado de trabalho, escolarização, intensidade da pobreza e indigência), os dados daqueles dois grupos de cor tendiam a se aproximar.

raciais, foram tão ou mais nefastas do que as práticas mais abertamente racistas adotadas até os anos 1960, nos EUA ou até a década de 1990, na África do Sul.

Ademais, para os autores que imaginam que a via da mestiçagem possa ser uma causa eficiente no sentido da produção da igualdade racial, cremos que algumas considerações adicionais precisam ser feitas.

Quando o pensamento culturalista moderno consagrou o princípio da mestiçagem, evidentemente o mesmo acabaria valorizando o legado das três raças formadoras do povo de nosso país. Entretanto, essa consagração não diz tudo acerca dos papéis sociais que cada um dos brasileiros teria no país do futuro. Aliás, não diz tudo, salvo terem considerado que todos já seríamos mestiços. Mas isso não é verdade. Já tivemos a oportunidade de mencionar que em nosso país existem critérios locais de classificação racial. Todavia, não dissemos – e não há sociólogo, antropólogo ou qualquer cientista social sério nesse país que não reconheça isto – que não existam sistemas de classificações raciais em nosso país. E nessa diferença reside todo o problema. Portanto, em existindo pessoas classificáveis como brancas, negras e mestiças (ora mais claras sendo enquadradas como brancas sociais, ora mais escuras sendo enquadradas como negras sociais), o que se trata é justamente saber o papel social que cada uma delas desempenhará. Para os mestiços mais claros (talvez enquadráveis negros nos EUA, mas passáveis por brancas no democrático-racial Brasil), esse lugar já é conhecido. Mas e para os negros (e mestiços de tez mais escura e os indígenas)? O papel social que será reservado a esses coletivos?

Assim, a solução da mestiçagem parece pouco efetiva tendo em vista que o problema não reside na dúvida sobre qual o destino que os negros brasileiros terão quando deixarem de ser o que são virando, finalmente, mestiços, isto é, negros com marcas raciais extremamente atenuadas. Antes, o problema reside em quando é que pessoas de aparências distintas, ou portadoras de marcas raciais diferentes, poderão conviver no interior de uma sociedade na qual essas dessemelhanças não serão causas eficientes de determinação de trajetórias individuais em termos educacionais, profissionais e pessoais.

Ou seja, aceitar que a igualdade entre as pessoas terá de depender de um processo de homogeneização física entre elas, do ponto de vista da intensidade racial, é o mesmo que aceitar que somos intrinsecamente incapazes de gerar uma sociedade igualitária para os cidadãos diversificados tais como elas são. Tal como o brasileiro o é. Por isso que ao projeto assimilador da mestiçagem, somente progressista de forma aparente, propomos um novo horizonte utópico fundado no princípio da diversidade.

### **8. Em busca de um novo projeto de nação**

Durante boa parte do século XX, a essência da agenda do movimento negro brasileiro residiu nas denúncias sobre as constantes práticas preconceituosas e discriminatórias que os afrodescendentes vinham enfrentando no Brasil. Posteriormente aos anos 1980, essa agenda passou por diversas transformações, ampliando-se tematicamente (lutas das mulheres negras contra a discriminação agravada, quilombolas, rappers e jovens da periferia, líderes religiosos em defesa dos cultos afro-brasileiros, militantes da área da saúde e da educação etc), bem como, passando a produzir propostas mais propositivas, tais como as ações afirmativas, as reparações e, a busca de políticas de promoção da igualdade racial. Enfim, de acordo com nossa hipótese, a próxima fronteira do movimento negro deverá ser, além da ampliação do seu arco de aliados no interior da sociedade civil brasileira, o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social implantado em nosso país desde a Independência. Portanto, os desafios do presente momento encontram-se em produzir constantes exercícios de um agir estratégico, em termos econômicos e políticos, de modo a gabaritar os afrodescendentes brasileiros a serem um ator de fundamental relevância em termos dos debates acerca dos futuros projetos de nação.

Por outro lado, é de fundamental importância precisarmos o sentido da ação desse ator social, movimento negro. Quando mencionamos essa frente de lutas, não estamos querendo isolar o debate a esse estrito ator. Na verdade, caso incorrêssemos nesse tipo de concepção, muito possivelmente estaríamos reproduzindo o irônico termo forjado por Guerreiro Ramos (1995

[1957]), da *patologia do branco brasileiro* que, em termos sintéticos, denunciava a intelectualidade desse país por sua postura elitista e distante diante dos negros desse país, tratando-os como se fossem alheios à nacionalidade brasileira. Assim, a fina ironia do velho Guerreiro residia justamente em mostrar as inversões que ocorriam entre uma elite branca que, ao estudar a cultura dos negros brasileiros, falava como estrangeira sobre o povo, majoritariamente afrodescendente, como se esse fosse o estrangeiro. Desse modo, aquele segmento dava-se ao luxo de falar sobre a etnia negra ou sobre os problemas dos negros, como se essa questão não fosse ela mesma candentemente nacional, envolvendo todos os brasileiros, inclusive os brancos.

Pelo contrário, das lições do movimento feminista, que nos ensinou o significado da categoria gênero, devemos aprender que o que está em jogo são os papéis sociais exercidos pelas pessoas das distintas aparências, ou marcas, raciais em nossa sociedade. Portanto o que se deseja é uma positiva politização dessas funções sociais, as questionando em múltiplos sentidos. Assim, da mesma forma que o processo de construção de uma identidade negra em grande medida se deu em função de uma pré-existente identidade branca (C.f. BENTO, 2003), as transformações que deverão ocorrer nos papéis sociais dos negros em nossa sociedade deverão, necessariamente, vir acompanhadas de mudanças nos papéis sociais exercidas pelas pessoas brancas. Deste modo, o esforço deve ser pela constituição de amplas maiorias, formadas por pessoas portadoras de todas as marcas raciais, no sentido da mudança daqueles padrões. Isso em nada minimiza a importância do movimento negro, que por motivos mais ou menos óbvios, deverá ter a dianteira de todo esse processo. Antes, tal perspectiva amplia as responsabilidades desse movimento e dos seus aliados que, destarte, passam, a ter a imperiosa incumbência de pensar o tema do desenvolvimento desde a chave primordial da democracia e da justiça social, que deve beneficiar os brasileiros de todas as aparências fenotípicas.

Portanto, não podemos concordar com os argumentos daqueles que apontam que a agenda do movimento negro estaria virtualmente propondo uma não idéia para substituir a moderna idéia de Brasil. Pelo contrário, nesse momento ocorre uma disputa contra-hegemônica de perspectivas de projetos de país. De um lado estão os autores que entendem que as



disparidades raciais são inquestionáveis e que, portanto, postergam a efetiva igualação entre os brasileiros para quando todos forem fisicamente um tanto semelhantes: ou seja, para nunca. Por outro lado, cresce no nosso país um movimento democrático de grande poder de radicalidade, anunciando no horizonte a perspectiva de um país mais fraterno, no qual as oportunidades e direitos sociais serão acessíveis por todos independentemente das características físicas de cada qual.

De resto, a causa das ações afirmativas é bastante conhecida em nosso país. Decerto existe atualmente um amplo consenso no interior de nossa sociedade acerca da validade de medidas corretivas como as filas para deficientes nos bancos e do estímulo para o acesso de mulheres nas chapas para cargos eletivos nos Partidos Políticos. Ou o próprio BNDES, que corretamente financiando a indústria nacional com juros diferenciados para que ela possa fazer frente à competição das firmas estrangeiras, mais bem estruturadas em termos econômicos e tecnológicos, acabou sendo o maior instrumento produtor de políticas de ação afirmativa em nosso país. Em suma, já faz algum tempo que o princípio norteador das políticas de discriminação positiva já está bastante consolidado em nosso país. Na verdade, o que precisamos é aplicar esse conceito, já sobejamente conhecido, para a causa da equidade racial, essa, tendo em vista a dimensão insidiosa do racismo à brasileira, remanescendo por ser plenamente aceito.

Mas, em suma, por que esse projeto de país, sonhado desde os imemoriais tempos das senzalas, aldeias e quilombos, deveria despertar a repulsa de alguma corrente progressista de nosso país: não seria esse um justo combate?

## 9. Referências

- ABDALA JR, Benjamin (2002). “Sílvio Romero: História da literatura brasileira”. In MOTA, Lourenço. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, vol. 2. São Paulo: SENAC (pp. 191-218).
- AMADO, Gilberto *et. alli* (1962). *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Ensaio sobre o autor de Casa Grande & Senzala e sua influência na moderna cultura do Brasil – comemorativo do 25º aniversário da publicação desse seu livro). Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- ARISTÓTELES (1997 [?]). *A política*. Brasília: Ed. UnB. 3ª ed. (trad. Mário G Cury).
- AZEVEDO, Fernando (1963). *A cultura brasileira*. Brasília: Ed. UnB. 4ª ed.
- BENTO, Maria (2003). “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In CARONE, Iray & BENTO, Maria (Org). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes.
- BENJAMIN, César (1994). “Decifra-me ou te devoro”. In SADER, Emir (Org.). *Idéias para uma estratégia de esquerda à crise brasileira*. (pp. 9-32).
- \_\_\_\_\_. (2002). *O bom combate*. Rio de Janeiro: Contraponto (artigo “Tortuosos caminhos”, pp. 33-37).
- \_\_\_\_\_. (2006). *Construindo uma idéia de Brasil*. Rio de Janeiro. Jornal dos Economistas, nº 203, jun. (pp. 8-10).
- BENZAQUÉM DE ARAÚJO, Ricardo (1994). *Guerra e paz: Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- BUONICORE, Augusto (2005). *Reflexões sobre o marxismo e a questão racial*. Revista Espaço Acadêmico, nº 53, out (24p).
- CÂNDIDO, Antônio (1984). *A revolução de 1930 e a cultura*. Novos Estudos nº 4, abril (pp. 27-36).
- CHOR MAIO, Marcos (1997). *A história do projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ (tese de doutorado em ciência política). 346 p.
- CORRÊA, Mariza (1998). *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF.
- COSTA, Darc (2003). *Estratégia nacional: a cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Aristeu Souza.

DAMATTA, Roberto (1987b). **A originalidade de Gilberto Freyre**. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 24, 2º semestre (pp. 3-10).

\_\_\_\_\_. (1997 [1978]). **Carnaval, malandros e heróis para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco. 6ª Ed.

DEGLER, Carl (1976 [1971]). **Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil (trad. Fanny Wrobel).

EHRENBERG, Ronald & SMITH, Robert (2000 [1994]). **A moderna economia do trabalho**. São Paulo: Makron Books (trad. Sidney Stancatti).

FERNANDES, Florestan (1976). **Circuito fechado**. São Paulo: HUCITEC

\_\_\_\_\_. (1978a [1964]). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. Vol.1.

\_\_\_\_\_. (1978b [1964]). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. Vol.2.

\_\_\_\_\_. (2000 [1974]). **A revolução burguesa no Brasil**. Intérpretes do Brasil, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar (pp. 1489-1863).

FREYRE, Gilberto (1998 [1933]). **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro / São Paulo: Record. 34ª ed.

\_\_\_\_\_. (2000 [1957]). **Ordem & progresso**. Intérpretes do Brasil, vol. 3 Rio de Janeiro: Nova Aguilar (pp. 8-898).

FURTADO, Celso (1974). **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUERREIRO RAMOS, Alberto (1995 [1957]). **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

GUIMARÃES, Antonio (1999). **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed 34.

\_\_\_\_\_. (2002). **Classes sociais, raças e democracia**. São Paulo: Ed 34.

HARRIS, Marvin (1967 [1964]). **Padrões raciais nas Américas**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira (trad. Maria Luiza Nogueira).

HOBBSAWM, Eric (1988 [1977]). **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed. (trad. Luciano Costa Neto).

HOETINK, Harold (1971 [1967]). **Caribbean race relations: a study of two variants**. London / Oxford / New York: Oxford University Press (traduzido do alemão para o inglês por Eva Hooykaas).

IANNI, Octavio (1966). **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JEVONS, Stanley (1983 [1871]). **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural (coleção os Economistas) (trad. Claudia Morais).

LOPES, Fernanda (2005). “Experiências desiguais em nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil”. In **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: FUNASA (pp. 9-48).

MARINHO, Ricardo (2002). **Gilberto Freyre político**. Rio de Janeiro: IUPERJ (dissertação de mestrado em sociologia). 303 p.

MARX, Karl (1848 [1871]). **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume 2. São Paulo: Nova Cultural (trad. Flávio Kothe).

MEDEIROS, Maria (1984). **O elogio da dominação: relendo Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Achiamé.

MORSE, Richard (1988). **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras.

MYRDAL, Gunnar (1944). **An American dilemma: the Negro problem and the modern democracy**. New York / London: Harper & Brothers Publishers.

NINA RODRIGUES, Raimundo (1977 [1933]). **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional (coleção brasileira vol. 9). 5ª ed.

NOGUEIRA, Oracy (1998 [1955]). **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetinga**. São Paulo: EdUSP. GRIN, 2001a, 2001b.

PAIXÃO, Marcelo (2005a). **Crítica da razão culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil**. IUPERJ: Tese de Doutorado. 435 p.

\_\_\_\_\_. (2005b). “Nada haver ou tudo a ver? Diálogos entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil”. In SICSÚ, João, PAULA, Luiz & RENAULT, Michel (Orgs). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional com equidade social**. Baurueri: Manole Editorial / Rio de Janeiro / Fundação Konrad Adenauer (pp. 301-325).

PARK, Robert (1950). **Race and culture - essays in the sociology of contemporary man**. New York: The Free Press; London: Macmillan Limited.

PEIRANO, Mariza (1981). **The anthropology of the anthropology: the Brazilian case**. Massachusetts: Harvard University (doctor thesis in the subject of anthropology). 277 p.

PIERSON, Donald (1965 [1945]). **Teoria e pesquisa em sociologia**. São Paulo: Melhoramentos (biblioteca de educação).

RAMOS, Arthur (1962 [?]). *Introdução à antropologia brasileira: os contatos raciais e culturais*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. 3º vol., 3ª ed.

\_\_\_\_\_. (1988 [1934]). *O negro brasileiro*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.

ROMERO, Sílvio (1977 [1888]). *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

SANSONE, Lívio (1995). *O local e o global na Bahia contemporânea*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, ano 10, outubro (pp. 65-84).

SCHWARCZ, Lilia (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1999). "Questão racial e etnicidade". In MICELI, Sérgio (Org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: CAPES (pp. 267-315 e anexos).

SILVA JR, Hédio (1998). "Crônica da culpa anunciada". In OLIVEIRA, Dijaci; GERALDES, Elen; LIMA, Ricardo & SANTOS, Sales (Orgs). *A cor do medo*. Brasília: Ed UnB / MNDH.

SKIDMORE, Thomas (1976 [1974]). *Preto no branco: raça e nacionalidade do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (trad. Raul S Barbosa).

SOARES, Sergei (2000). *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA (texto para discussão nº 769).

STOLCKE, Verena (1991). *Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?* Estudos Afro-Asiáticos (20), jun (pp. 101-119).

TAYLOR, Charles (1992). "La política del reconocimiento". In GUTMAN, Amy (ed.). *El multiculturalismo y "la política del reconocimiento"*. México: Fondo de Cultura Económica. (pp. 43-107).

VALLE SILVA, Nelson (1980). *O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico 10 (1), Abril (p.p. 21-44).

\_\_\_\_\_. (1992). *Racial discrimination in income. International Seminar: Labor Market Roots of Poverty and Inequality in Brazil*. Rio de Janeiro (paper presented on seminar). 30 p.

VIANNA, Hermano (2004 [1995]). *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor / Ed. UFRJ.

WEBER, Max (1996 [1922]). *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

\_\_\_\_\_. (1999 [1904]). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais (trad. M Irene Szmrecsányi & Tamás Szmrecsányi).

## Memória da Insurreição do Queimado (1845-1850) Serra-ES: a precursora da Lei nº 10.639/2003

## Memoria de la Insurrección del Queimado (1845-1850) Serra-ES: el precursor de la Ley 10.639/2003

## Memory of the Queimado Uprising (1845-1850) Serra-ES: the precursor of Law 10.639/2003

Recebido em 16-12-2014

Aceito para publicação em 06-07-2015

Guanair Oliveira da Cunha<sup>1</sup>

**Resumo:** Trata da Memória da Insurreição do Queimado (1845-1850), Serra-ES, como marca precursora da resistência negra no Espírito Santo, apontando pistas para a discussão histórica da cultura afro-brasileira do passado para o presente e dialogando com a implementação curricular da Lei nº 10.639/2003. Problematisa como a memória de Queimados pode contribuir para os processos de implementação da Lei nº 10.639/2003 no presente. Entendemos que há um diálogo entre o presente e o passado da Cultura Afro-Brasileira e Capixaba, por meio das políticas educacionais de combate ao racismo e à discriminação racial, desenvolvidas no Espírito Santo, principalmente na Escola Estadual "Hildebrando Lucas".

**Palavras-chave:** Racismo; Cultura afro-brasileira; Insurreição do Queimado; Memória.

**Resumen:** Se ocupa de la Memoria de la Insurrección del Queimado (1845-1850), Serra-ES, como una marca precursora de la resistencia del negro en el Espírito Santo, que señalan pistas para la discusión histórica de la cultura Afro-brasileña desde el pasado hasta el presente y propone un diálogo con la implementación del plan de estudios de la Ley 10.639/2003. Discute cómo la Memoria del Queimado puede contribuir a los procesos de aplicación de la Ley Nº 10.639/2003 en la actualidad. Entendemos que hay un diálogo entre el presente y el pasado de la cultura Afro-brasileña y Capixaba, a través de políticas educativas para combatir el racismo y la discriminación racial, desarrollado en el Espírito Santo, sobre todo en la escuela "Hildebrando Lucas."

**Palabras clave:** El racismo; Cultura afro-brasileña; Insurrección del Queimado; Memoria.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Filosofia na E.E.E.E.FM. "Hildebrando Lucas". Membro do Grupo de Pesquisa do Observatório da Educação e Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFES). Vitória, Brasil. E-mail: [guanair.cunha@bol.com.br](mailto:guanair.cunha@bol.com.br)

**Abstract:** This is the Memory of the Queimado Uprising (1845-1850), Serra-ES, as mark a precursor of black resistance in the Espírito Santo, pointing clues to the historical discussion of the Afro-Brazilian culture from the past to the present, and dialoguing with the curricular implementation of Law no. 10,639/2003. Discusses how the Memory of Queimado may contribute to the processes of implementation of Law no. 10,639 /2003 at present. We believe that there is a dialog between the present and the past of the Culture Afro-Brazilian and Capixaba, by means of educational policies to combat racism and racial discrimination, developed in the Espírito Santo, especially in the School "Hildebrando Lucas".

**Keywords:** Racism; Afro-brazilian culture; Uprising of Queimado; Memory.

Início este estudo a partir de minhas experiências como professor de filosofia do Ensino Médio, na Modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), da E.E.E.F.M. "Hildebrando Lucas", localizada em Maruípe, Vitória, Espírito Santo. Essa escola vem desenvolvendo um trabalho anual e sistemático que se refere, especificamente, ao "Calendário escolar de 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra" (Art. 79 B da Nova LDB 9394/1996, como uma parte estabelecida pela Lei nº 10.639/2003). Esse trabalho escolar vem sendo executado da seguinte forma: a) estudos e pesquisas feitos pelos alunos e orientados pelos professores; b) apresentação de trabalhos em grupos pelos alunos; c) exposição de materiais didático-pedagógicos nos espaços escolares sobre a temática, dentre outras ações.

Por outro lado, percebe-se que essa atividade desenvolvida pela Escola "Hildebrando Lucas" continua incompleta, quando trabalha de forma parcial a proposta de implementação da Lei nº 10.639/2003 que institui, no Art. 26-A da Lei 9.394/1996, a obrigatoriedade, nos currículos escolares em todos os níveis de ensino, do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (redação dada pela complementação e atualização da Lei nº 11.645/2008). Nesse sentido, torna-se necessário expor a seguinte questão de forma problematizada: Quais são as propostas político-pedagógicas que essa escola poderá desenvolver para a implementação total da Lei nº 10.639/2003?

Como forma de suprir essa carência, este artigo dialoga com minha pesquisa, em andamento, de Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Ele tem como propósito a tentativa de investigar a implementação da globalidade da Lei nº 10.639/2003 em relação aos Artigos 26-A e 79-B da LDB 9.394/96 nos currículos das escolas

públicas do Espírito Santo, principalmente no da Escola “Hildebrando Lucas”. Além disso, também propõe trazer para o debate a discussão sobre a história da cultura afro-brasileira, a partir da Memória da Insurreição do Queimado (1845-1850), ocorrida no município de Serra, Espírito Santo, na educação escolar capixaba.

A escolha da Escola “Hildebrando Lucas” como *locus* de pesquisa se deu pela minha vinculação direta como professor da instituição de ensino, pois conheço mais de perto a realidade político-pedagógica, bem como seus desafios, e também pela sua representatividade afrodescendente, pois das 456 matrículas registradas nos turnos matutino e vespertino, cerca 76% de alunos se autodeclararam negros e pardos, segundo os dados da pesquisa ainda extraoficial do Observatório da Educação (OBEDUC - UFES), de 2013.

O curso de extensão, intitulado “Teorias Sociais das Relações Raciais e Educação”, o qual deu origem aos artigos deste Dossiê, ministrado pelo Prof. Sérgio Santos, oferecido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFES e realizado no decorrer do ano de 2013, foi de fundamental importância para os processos de discussão e aprofundamentos das questões teóricas raciais brasileiras e das políticas educacionais, principalmente as referente à implementação da Lei nº 10.639/2003. O estudo e pesquisa dessas teorias raciais trouxeram grande contribuição para este artigo ao adentrar de forma mais profunda nessa pesquisa, principalmente em se tratando da busca de uma análise sócio-histórica e educacional da cultura afro-brasileira de forma crítica e reflexiva.

Justifica-se o investimento nessa temática apresentada, por se tratar de um estudo inédito, ousado e inovador por propor a discussão sobre a Memória da Insurreição do Queimado como marca precursora de resistência da cultura Afro-Brasileira e, principalmente, Afro-Capixaba para a implementação da Lei 10.639/2003.

Ao tomarmos a história da cultura afro-brasileira a partir da Memória da Insurreição do Queimado, verifica-se sua importante contribuição político-econômica e cultural para a história deste país, principalmente pela coragem e resistência dos negros escravizados no enfrentamento do poder imperial da época, meados do século XIX, e pela colocação em xeque das questões das desigualdades raciais e educacionais do Espírito Santo. Dessa forma, a pretensão deste estudo é trazer a Memória dessa Insurreição como marca precursora das



lutas afro-capixabas pelas liberdades e igualdades de direitos para ser discutida e analisada mediante o contexto social, histórico, político-pedagógico e educacional, a partir dos currículos escolares das escolas públicas estaduais do Espírito Santo.

Para pensar as questões políticas educacionais do presente, a partir da retomada da Memória da Insurreição do Queimado, ocorrida no século XIX, faz-se necessário nos apropriarmos da concepção de memória em Jacques Le Goff (1990, p.423), pois:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Também é necessário buscarmos a compreensão do passado pelo presente ou vice-versa, como proposto por Marc Bloch (2001, p.65), já que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.

Metodologicamente, enveredamos pelos caminhos escolhidos a partir das pistas indiciárias de Carlo Ginzburg (1989, p.177): “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, pistas – que permitem decifrá-la”. Aproximamos-nos, também, do autor Walter Benjamin (1994, p.225), porque ele propõe escovar “a história a contrapelo”, quando faz sérias críticas a conceitos de cultura, barbárie e história. Paulo Freire (1992), com o método em construção da educação popular por meio das preposições “com” e não “para” ou “sobre”, nos permite certa aproximação da pedagogia libertadora, dando voz e vez aos sujeitos desta pesquisa, como no caso dos entrevistados posteriormente.

Ao adentrarmos especificamente na Memória da Insurreição do Queimado, faz-se necessário retomar essa parte da história que se encontra registrada em vários documentos oficiais do estado, em jornais da época e, principalmente, nos trabalhos de Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1999), primeiro autor a descrever, em 1884 (35 anos após o ocorrido), uma análise documental sobre esse fato. Outros autores também abordaram os aspectos históricos e culturais da Memória de Queimados, como Maria Stella Novaes (2010), Vilma

Paraíso Ferreira de Almada (1984), Cleber da Silva Maciel (1994), Luiz Guilherme Santos Neves (1999), Lavínia Coutinho Cardoso (2008), Teodorico Boa Morte (2011), Isabela Basílio de Souza Zon (2013) etc.

A história da Insurreição do Queimado, narrada por vários escritores, começa a ser escrita e contada a partir do acontecido na antiga região da Freguesia de São José do Queimado, localizada aproximadamente a 20 km da Sede do município de Serra, na época, Distrito do município de Vitória. Somente a partir de 1943, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 15.177, tal região passou para o município de Serra, segundo Boa Morte (2011, p.63). Essa região concentrava grande quantidade de fazendas e engenhos, que se utilizavam dos trabalhos escravos, e era considerada, na época, uma enorme potência agrícola e econômica do estado. O nome Queimado, provavelmente, surgiu devido às constantes queimadas utilizadas na época para limpeza e preparação do solo para plantios.

Segundo Neves (1999), o acontecimento teve início no primeiro domingo de agosto de 1845, com o lançamento da pedra fundamental da Igreja do Queimado. A cerimônia religiosa foi presidida pelo Frade Gregório de Bené que fez um discurso abstrato e universalista com objetivos evidentes de unir as forças político-econômicas e religiosas para a construção da igreja, inclusive contando com a mão de obra escrava, mas sem levar em consideração as desigualdades sociorraciais da época (Neves, 1999, p.28).

Nesse sentido, várias hipóteses de promessas foram levantadas em relação às cartas de alforrias para negros escravizados, esperadas para o dia do padroeiro São José, 19 de março de 1849, data de inauguração da Igreja. Reuniões, organizações e expectativas foram criadas por parte dos negros escravizados na esperança das sonhadas cartas de liberdade. Segundo Rosa (1999), cerca de duzentos ou mais escravos foram para o evento festivo. No entanto, nada do esperado aconteceu, o que provocou grande decepção e revolta nos negros presentes. O padre Bené não assumiu as promessas, o que deu início a grande batalha dos negros escravizados da região. Percorrendo as fazendas e os engenhos, exigiam as cartas de alforria ora prometidas. Assim, as forças da polícia militar do estado entraram em ação para reprimir a Insurreição. Segundo Boa Morte (2011), meses após o ocorrido, no dia 30 de maio de 1849, aconteceu o julgamento dos insurretos, resultando em cinco condenados à pena de morte, vinte e cinco condenações a açoites e seis absolvições. Pelo menos outros cinco

morreram na cadeia, durante a caçada policial, por maus-tratos ou por doenças. Dos condenados à morte, dois foram enforcados, Chico Prego e João da Viúva. Elisiário fugiu junto com quatro companheiros e não foram recapturados.

A Insurreição do Queimado, segundo os historiadores capixabas, pode ser considerada como a maior revolta e resistência negra do Espírito Santo. De forma comparativa, aproxima-se das revoltas do Quilombo dos Palmares, situada nos Estados de Pernambuco e Alagoas, contra o sistema escravocrata brasileiro nos fins do século XVII, que culminou com a morte de seu principal líder, Zumbi, em 1694. Foi considerada pelo historiador Cáceres (1993) como a mais importante revolta de escravos ocorrida no Brasil e a segunda mais importante das Américas, só perdendo para a revolta escrava do Haiti, em 1793, quando os cativos haitianos tomaram o poder e expulsaram os colonizadores franceses. Assim, estima-se que a rebelião dos escravos haitianos resultou na morte de 100.000 negros e 24.000 brancos (Cáceres, 1993).

Atualmente, existem várias organizações e representações sociais no Espírito Santo, no município de Serra, especificamente, que vêm tentando buscar por meio de projetos o resgate da Memória dessa Insurreição do Queimado. As ações são voltadas para a restauração das ruínas da Igreja e do cemitério que ainda restam e para o mapeamento do Sítio Histórico e Cultural desse local. É o caso, também, dos movimentos negros capixabas, o Fórum Permanente Chico Prego, Caminhadas Noturnas, Celebrações religiosas de matrizes africanas etc.

Diante do breve relato histórico da Insurreição do Queimado neste artigo, torna-se necessário expor as próximas etapas da pesquisa de campo, que serão realizadas por meio de coletas e análises de dados, como documentos escritos (arquivos públicos), referências bibliográficas, entrevistas de sujeitos dos movimentos negros, educadores e lideranças comunitárias, imagens fotográficas, que funcionarão como disparadores de memórias tanto do passado quanto do presente e como forma de melhor resgatar a memória nos diferentes tempos e espaços.

## Relações Raciais Brasileiras

Este artigo sobre o resgate da Memória da Insurreição do Queimado como uma marca precursora da resistência negra no Espírito Santo aponta caminhos (pistas) e também traz a discussão da importância histórica da cultura afro-brasileira do passado para o presente, dialogando com as questões políticas e educacionais das escolas públicas do estado, no que diz respeito à implementação curricular da Lei nº 10.639/2003.

Portanto, para os propósitos deste estudo, ou seja, trazer uma educação das relações étnico-raciais antirracista, faz-se necessário buscar um olhar mais qualificado e crítico das práticas sociais que foram se constituindo na história brasileira, principalmente em relação às questões dos marcos civilizatórios que foram se configurando em diferentes formas racistas discriminatórias na realidade social.

A história brasileira foi se constituindo historicamente sobre três marcos civilizatórios: as diversas etnias de nativos indígenas, os colonizadores brancos portugueses do continente europeu que aqui chegaram e os negros trazidos pelos portugueses dos países do continente africano. No entanto, mesmo reconhecendo que a nossa história foi formada por essas três culturas e povos de diferentes etnias, não significa dizer que aconteceu de forma tranquila, sem conflitos e sem exploração. Nesse caso, podemos identificar na história do Brasil que o marco civilizatório europeu sempre prevaleceu em relação aos privilégios materiais e simbólicos diante dos demais.

Esses processos históricos de imposição da “civilização” europeia sobre as indígenas, africanas e asiáticas podem ser identificados e reproduzidos tanto no passado quanto no presente em diferentes espaços e tempos na sociedade brasileira, como a dominação político-econômica, a exploração do trabalho escravo por quase quatro séculos, a doutrinação católica judaico-cristã, a educação escolar, primeiramente dada pelos Jesuítas de maneira generalista e abstrata de fundo religioso que atendia apenas a uma pequena parte de brancos e de famílias mais abastadas e, posteriormente, laica de fundamentação tradicional clássica distante da realidade, em que era negado aos negros escravizados, livres ou libertos o direito de se matricular nas escolas públicas do Império brasileiro. Conforme a Lei nº 01 de 1837 e o Decreto nº 15 de 1839 sobre a Instrução Primária da Província do Rio

de Janeiro, o Art. 3º dizia que: “São proibidos de frequentar as Escolas públicas: os escravos, os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Mesmo diante das proibições dos negros de se matricularem nas escolas públicas imperiais brasileiras, Marcus Vinícius Fonseca (2009) nos traz algumas pistas, quando trata das iniciativas que foram tomadas pelos afro-brasileiros como forma de protestos, resistências e reivindicações pelo direito à educação escolar. Há um relato marcante de um caso ocorrido na Província do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, quando o professor negro, Pretextato dos Passos e Silva, reivindica escolas para seus alunos também negros que sofriam preconceitos pelos professores brancos. Conforme relata Fonseca (2009, p.100),

Nos anos de 1850, o referido professor enviou uma série de documentos ao Inspetor de Instrução Primária e Secundária do Rio de Janeiro, alegando que as crianças de cor eram discriminadas nas aulas dos professores brancos. O que justificava a existência de sua escola era o fato de que nela as crianças negras não eram submetidas a este tipo de constrangimento por ser ele também negro.

Outras pistas e sinais podem ser entendidos mais adiante a partir das três primeiras décadas do século XX, por meio das iniciativas da imprensa negra brasileira ao propor escolas com cursos de alfabetização para os filhos daqueles que trabalhassem durante o dia. Como aponta o jornal “O Progresso”, segundo Gonçalves e Silva (2000, p.142),

Em 1930, o jornal registrava a existência de uma escola, na cidade de São Paulo, mantida pelo clube 13 de maio dos Homens Pretos. Esta escola oferecia cursos para os filhos dos associados bem como cuidava da “alfabetização daqueles que trabalham durante o dia” (O Progresso, 28/09/1930, p.4).

Ao retomar a concepção de “civilização” trazida pelos europeus para as Américas e África, a partir do século XVIII, observa-se que esse conceito civilizatório chega ao Brasil com os portugueses, de certa forma, carregado de valores políticos-culturais e ideológicos, marcados por uma perspectiva comparativa (superioridade X inferioridade) com as demais

culturas e etnias diversificadas, como a dos indígenas e depois a dos afro-brasileiros. Conforme a concepção de Taylor, (apud. SILVA, 2011, p.20):

O substantivo “civilização” surge na França por volta de 1770; designa certo grau de desenvolvimento, ou seja, o conjunto de aquisições técnicas, sociais e intelectuais que o progresso da razão teria permitido acumular.

Essa concepção civilizacional europeia influenciou, por meio das ciências positivistas, dois grandes intelectuais brasileiros no final do século XIX e início do XX. Oliveira Vianna e Nina Rodrigues justificaram, em seus postulados teóricos, a superioridade racial dos brancos sobre os índios e negros brasileiros. Segundo Vianna (1956, p.158),

[...] a nossa civilização é obra exclusiva do branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor.

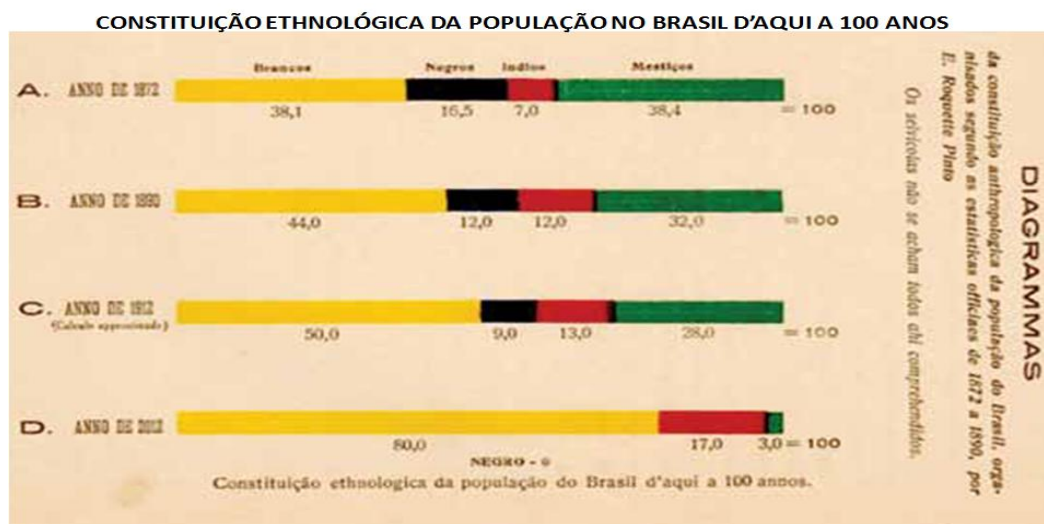
Nina Rodrigues, por sua vez, descreve suas análises científicas e ideológicas a respeito da classificação racial de superioridade dos brancos “civilizados”, denominados europeus, em comparação aos negros, considerados atrasados culturalmente.

Os notáveis progressos da civilização europeia deram aos brancos o domínio do mundo. Portanto, é impossível dar aos negros, assim como aos povos fracos e retardatários, lazes e delongas para a aquisição lenta e remota da emancipação social (RODRIGUES, 1977, p.238).

Enquanto de um lado existiam dois intelectuais brasileiros que defendiam e justificavam a segregação racial, isto é, a miscigenação tratada como problema social que levaria a degeneração da raça superior, no caso da branca em relação à negra e indígena; por outro, a partir das primeiras décadas do século XX, surgem mais dois escritores/cientistas e sociólogos brasileiros, João Batista Lacerda e Gilberto Freyre, que traziam a questão da miscigenação racial como uma solução para os “males” do país. Vão colocar em pauta,

posteriormente, toda a discussão a respeito do mito da “democracia racial” brasileira juntamente com a teoria do branqueamento das raças.

Lacerda foi enviado, em 1911, pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, para representar o Brasil no I Congresso Internacional das Raças, em Londres, Inglaterra. Naquele Congresso, Lacerda defendia a tese de que com os processos de miscigenação e imigração europeia para Brasil em ascensão ocorreria automaticamente uma inversão, ou seja, com o aumento de entrada dos brancos europeus no país e com a proibição dos negros de origem africana e dos asiáticos, por volta de cem anos não existiria mais negros e nem índios no território nacional. Conforme pode ser constatado nos dados estatísticos do Diagrama produzido por Edgar Roquette-Pinto, defendido e apresentado em Londres por Lacerda (1912, p.101):



ESTATÍSTICAS OFFICIAES DE 1872 A 1890, POR E. ROQUETTE PINTO

No caso de Gilberto Freyre, ele faz uma retomada da questão civilizatória entre a miscigenação racial dos brancos, negros e indígenas. Mesmo reconhecendo a existência das contradições, não trazia para o debate as questões das desigualdades raciais, tão evidentes na época e que continuam atualmente. Como se no Brasil existisse um modelo cultural multirracial e harmonioso que foi denominado, posteriormente, de “mito da democracia racial” brasileira. Conforme Freyre (2008, p.372),

Ao clima quente explicam em parte ter sido o negro da América portuguesa o maior e mais plástico colaborador do branco na obra da colonização agrária; o fato de haver até desempenhado entre os indígenas uma missão civilizadora no sentido europeizante.

A tentativa de passar uma boa imagem e não explicitar as desigualdades raciais entre as classes sociais brasileiras poderia levar à conclusão de que não haveria racismo. Clovis Moura (1998) vai chamar isso de “O mito do senhor bondoso de Freyre”. Já Carlos Hasenbalg (1982, p.84) vai referir-se à democracia racial, como ele mesmo explica: “A ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avanço grau de mistura racial da população do país o levou a formular a noção de democracia racial”.

Nesse caso, para desmistificar a questão do mito da “democracia racial” de Freyre, Abdias Nascimento (1982) propõe um choque traumático na realidade social brasileira quando ele próprio diz:

Nos dias que ocorrem, a situação racial no Brasil está obnubilada por tal crosta de estereotípias, clichês e condicionamentos estratificados que somente através de um choque traumático – grito patético de revolta – talvez fosse possível arrancar a consciência brasileira do hábito e do torpor (NASCIMENTO, 1982, p.62).

Essas tensões e os mecanismos de invisibilizá-las ou de até torná-las inexistentes são quotidianamente esboçadas, principalmente em processos de promoção de ações afirmativas no campo educacional, seja por meio das cotas raciais ou quando se está debatendo ou implementando a Lei 10.639 nas escolas: “tem racismo mesmo aqui na escola?”; “Agora tudo é racismo”; “O próprio negro é racista”; “O racismo virou moda agora”; “Os negros são os mais excluídos”; “Você não sofre racismo, como vai saber?”; “Somos todos miscigenados, somos todos são iguais” etc. Nesse sentido, se faz atual e relevante debater nos espaços educacionais a pseudo democracia racial e os processos causadores das desigualdades raciais, do racismo e do preconceito no contexto das relações raciais brasileiras e, principalmente, das escolas. Assim, debater o resgate da Memória de Queimados como mecanismo atual de superação do racismo na escola e de potencialização



positiva das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas urge como possibilidade emancipatória de reafirmação das diferenças, da diversidade, da pluralidade e da justiça social no sistema educacional brasileiro e capixaba.

### Considerações Finais

Nestas considerações finais, podemos levantar algumas questões para serem trabalhadas e desenvolvidas posteriormente neste estudo: Será que na sociedade brasileira, historicamente falando, em algum tempo do passado existiu ou existe no presente alguma igualdade racial entre brancos, negros e índios? Se existiu igualdade racial, por que em nos nossos currículos escolares ainda hoje as questões indígenas e afro-brasileiras continuam invisibilizadas? Qual a relevância da implementação da Lei nº 10.639/2003 e de sua complementação através da Lei nº 11.645/2008 para inclusão nos currículos escolares das questões históricas e culturais afro-brasileiras e indígenas? Por que as questões sobre a Insurreição do Queimado, ocorrida no município de Serra, continuam fora do ciclo de debate ou, de certa forma, desconhecidas das escolas públicas do Espírito Santo? Na tentativa de responder a essas questões é que procuraremos seguir dando continuidade a este trabalho.

Para fechamento deste artigo, terminamos com chave de ouro. Como forma de contemplar os propósitos de implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, reproduzo o pronunciamento de um líder indígena Yanomami, Davi Kopenawa (apud Queiroz, 2011, p.145), dado na cidade de Boa Vista, Roraima, em 12 de novembro de 2010:

Nós queremos tudo junto, tudo articulado, a defesa da nossa terra deve está articulada ao processo de escolarização dos nossos jovens para que eles aprendam e possam nos defender. Queremos que as escolas fortaleçam as nossas línguas, mas também ensinam os Yanomami a serem médicos, enfermeiros, professores, dentistas, pesquisadores. Também queremos continuar a nossa história, queremos que os jovens continuem interessados em ser xamãs, caçadores, pescadores, que saibam construir as suas casa e viver com os recursos da nossa floresta. A escola não é para virar branco!

## Referências

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de (1984). *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

BENJAMIN, Walter (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.

BLOCH, Marc (2001). *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOA MORTE, Teodorico (2011). *Insurreição do Queimado em poesia de cordel*. Vitória - Esp. Santo: Grafita.

BRASIL. *Lei nº 01, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839*, sobre a Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

\_\_\_\_\_. *Lei nº.11645, de 10 de março de 2008*. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática, História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

CÁCERES, Florival (1993). *História do Brasil*. São Paulo: Moderna.

CARDOSO, Lavínia Coutinho (2008). *Revolta negra na Freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845-1850)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

FONSECA, Marcus Vinícius (2009). *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

FREYRE, Gilberto (2008). *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.

FREIRE, Paulo (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GINZBURG, Carlo (1989). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (2000). *Movimento negro e educação*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados, ANPED.

HASENBALG, Carlos Alfredo (1982). “Raça, classe e mobilidade”. In: HASENBALG, Carlos Alfredo e GONZÁLEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero.

LACERDA, João Batista de (1912). **Relatório sobre o Primeiro Congresso Internacional das Raças**. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

LE GOFF, Jacques (1990). **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

MACIEL, Cleber da Silva (1994). **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES.

MOURA, Clóvis (1988). **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática.

NASCIMENTO, Abdias do (Org.) (1982). **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

NEVES, Luiz Guilherme Santos (1999). **O templo e a força**. Instituto histórico e geográfico do Espírito Santo e Cultural – ES.

NOVAES, Maria Sttela de (2010). **A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e folclore**. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Cultura.

OBSERVATÓRIO, Grupo de Pesquisa da Universidade Federal de Espírito Santo (OBEDUC-UFES) 2013.

QUEIROZ, Rubem Caixeta de (2011). “Educação e pensamento indígena: da alfabetização aos territórios etnoeducacionais”. In: **Relações étnico-raciais no Brasil**. Marcus Vinícius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva, Alexandra Borges Fernandes, (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições.

RODRIGUES, Raimundo Nina (1977). **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas (1999). **Insurreição do Queimado**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (2011). “Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil”. In: **Relações étnico-raciais no Brasil**. Marcus Vinícius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva, Alexandra Borges Fernandes, (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições.

VIANNA, Francisco José de Oliveira (1956). **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

ZON, Isabela Basílio de Souza (2013). **O templo e a força: a história de uma insurreição imaginada**. Vitória-ES: Pro Texto.

# Os problemas internos da África Central e Ocidental francófona<sup>1</sup> como entraves ao desenvolvimento econômico e social: uma visão crítica das elites africanas

## Los problemas internos de África Central y Occidental francófona como obstáculos al desarrollo económico y social: una visión crítica de las élites africanas<sup>2</sup>

### Internal problems in Francophone countries in West and Central Africa as a barrier to social and economic development: a critique of the African political elite

Recebido em 11-12-2014

Aceito para publicação em 30-10-2015

José Manuel Maroto Blanco<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste ensaio é refletir acerca do papel das elites corruptas da África Subsariana como autênticos entraves ao desenvolvimento, relacionando a sua posição de poder com a aprovação por parte das grandes potências do sistema capitalista global e a nula legitimidade de que gozam. A partir deste ensaio concluímos que a escassa iniciativa política que as elites demonstram em proporcionar desenvolvimento para os seus povos e o abandono de funções, definem-nas como cúmplices de um sistema internacional que marginaliza a maioria da população africana enquanto essas elites desfrutam das vantagens da sua posição.

**Palavras-chave:** África Subsariana; elite; desenvolvimento; corrupção.

---

<sup>1</sup> Para melhor entendimento, a África francófona compreende os seguintes países: Chade, R. C. A., Congo, Gabão, Camarões, Níger, Mali, Benim, Togo, Burkina Faso, Senegal, Costa do Marfim, e incluídos Guiné Equatorial e Guiné Bissau, da *zona do franco CFA*.

<sup>2</sup> Tradução espanhol-português: Nídia Joana Félix Nogueira, licenciada em Línguas e Relações Internacionais pela Universidade do Porto – em Porto, Portugal.

<sup>3</sup> Licenciado em História pela Universidade de Granada (UGR), estudante do Mestrado Oficial de Cooperação para o Desenvolvimento, Gestão Pública e das Organizações Não Governamentais (ONGs) da UGR, e do Mestrado próprio de Igualdade de Género pela Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM). Granada, Espanha. E-mail: [marotingo@gmail.com](mailto:marotingo@gmail.com)

**Resumen:** El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre el papel de las élites corruptas de África Subsahariana como auténticos frenos al desarrollo, relacionando su posición de poder con el beneplácito que otorgan a las grandes potencias del sistema capitalista global y la nula legitimidad de la que gozan. A partir de este ensayo concluimos que la escasa iniciativa política que las élites muestran en promocionar el desarrollo de sus pueblos y la dejación de funciones, las definen como cómplices de un sistema internacional que margina a la mayoría de la población africana mientras que ellos disfrutan de las ventajas de su posición.

**Palabras clave:** África Subsahariana; élite, desarrollo; corrupción.

**Abstract:** The aim of this paper is to reflect upon the role of a corrupt elite within Sub-Saharan Africa which supposes a real obstacle to its development. Connections are drawn between this elite's own illegitimate political dominance and the cooperation they continue to provide to dominant foreign corporate and political interests. It is argued that these factors directly contribute to their lack of any local political responsibility and to the scarce or inexistent policies they have initiated regarding local development and the welfare of their own people. The paper concludes that such political elites are directly implicated in an international system that marginalizes the majority of the African population in exchange for the short-term benefits to their own their political position.

**Keywords:** Africa Sub-saharan; elites; development; corruption.

## 1. Apresentação

Partindo de teorias dependentistas da Comissão Económico-social para a América Latina (CEPAL) e de alienação marxista sobre o desenvolvimento (entre os quais podemos destacar Samir Amin, C. Palloix, P. Baran e A. Enmanuel), nas quais o subdesenvolvimento é considerado produto da “formação e expansão do capitalismo mundial” e se vê como um fenómeno global que “está ligado às diferentes estruturas existentes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (Cerdá, 2005, p. 7), decidi aprofundar aspectos que se consideram, desde o enfoque neoinstitucionalista que Coastworth denominou de “Economia política do fracasso”, elementos chave na promoção do desenvolvimento (Castellano, 2012).

Entre os autores de referência devemos mencionar D. Acemoglu e J. Robinson (2012), que consideram que na época da colonização se desenvolveram dois tipos de instituições, as extrativas e as inclusivas, sendo estas últimas excludentes, usufruindo somente uma pequena parte da população dos benefícios económico-sociais geridos e perdurando mais além das independências. Nesse sentido, quero enfatizar o papel das elites africanas como

sustentadoras de instituições que não auxiliavam os seus povos e o seu inexistente interesse em ajudá-los para não pôr em perigo a sua posição privilegiada.

Por outro lado, tentarei mostrar deficiências que claramente podem melhorar e que, de uma ou de outra forma advém da má gestão das elites africanas. Estas, por um lado, não põem em questão os problemas estruturais dos países, nada fazendo para melhorar as economias dualistas onde a agricultura e a indústria se encontram em polos opostos, economias que se regem através de orientações internacionais em detrimento das necessidades dos seus povos que detêm uma economia débil pelo fato de serem monoprodutivos e monoexportadores. O “pacto colonial” continua vigente, em parte devido à condescendência das elites devassas e egoístas.

O objetivo deste trabalho não é o de retirar a importância das ingerências externas dos países do Norte que possam ter interesses econômicos e políticos em manter as suas relações de poder sobre estes países africanos do centro e ocidente do continente, como talvez seja o caso da França, as quais conheço e tenho denunciado em algumas publicações científicas anteriores (Maroto, 2014) mas sim, atender a outros fatores internos partindo da tese de que existe uma correspondência entre os países neoimperialistas e as elites ilegítimas dos países desta zona, com o fim de aprofundar este aspeto e de conhecer de maneira mais global e inter-relacionada a realidade desta zona de África. Tudo isto sendo sempre conscientes que muitos problemas como a corrupção, a pobreza ou a desigualdade que nos mostram fontes como Transparência Internacional ou o próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por sua vez, não se podem explicar desvalorizando o papel das grandes potências como legitimadoras destas elites corruptas e em nada representantes da vontade popular. Enalteço as palavras do investigador francês Serge Latouche (2007, p. 209) quando afirma que “ajudar à outra África (a não oficial) passa, sobretudo, por uma autolimitação das nossas sociedades do Norte, e por uma mudança profunda dos nossos modelos e um questionamento do desenvolvimento”.

## 2. Desenvolvimento do ensaio

Uma vez que a maioria dos países desta zona da África Subsariana “são produtos da colonização europeia” (Álvarez Cobelas, 2000, p. 157), deve referir-se que estes países sofreram um péssimo processo de descolonização, apresentando-se nos dias de hoje como sociedades civis débeis, onde a consciência do Estado-Nação é precária, não tendo sido realizado nenhum esforço para fortalecê-las. Há que se acrescentar que alguns setores das mesmas estão fortemente militarizados, impedindo estender a eficácia do governo estatal a todo o território, caracterizando os seus próprios países como “Estados falidos” (Álvarez Cobelas, 2000, p. 157-158) por esta mesma razão.

As respostas mais utilizadas pelas elites têm sido políticas depredadoras, que têm servido para manter o controle de certas zonas, mas que, por sua vez, colocam obstáculos ao desenvolvimento econômico, construindo uma base precária de rendas públicas, impedindo assim o fortalecimento do papel do Estado, e não promovendo o escasso interesse e a capacidade de informar as populações em matérias de saúde, o que prejudica gravemente o desenvolvimento do capital humano (Sebastián, 2013). É inconcebível, por exemplo, que Guiné Equatorial tenha a 45ª maior renda *per capita* e somente a 136ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou que Angola, apresentando o dobro da renda *per capita* do Vietnã, mantenha um nível de mortalidade infantil sete vezes maior do que o país asiático.

Perante a escassa democratização da informação, somente nos últimos anos o uso das novas tecnologias está modificando “los esquemas tanto de participación social y política como en el abanico de instrumentos de movilización” (Castel e Bajo, 2013, p. 91), ainda que o aceso livre à informação ainda sofra os caprichos do poder. Prova disso é que os países mais perigosos para exercer o jornalismo no mundo são Nigéria e Serra Leoa. Outro dos grandes problemas é a relação direta que existe entre os proprietários dos meios de comunicação e as elites políticas. Sendo paradigmático neste sentido, serve de exemplo a Costa do Marfim, onde o diário *Notre Voie* pertencia ao antigo presidente Laurent Gbagbo; o ministro do interior Ahmed Bakayoko possui 95% do editorial *Mayama et Production*; e os editoriais da

imprensa pró-Gbagbo do *Grupo Cyclone SARL* eram controladas pela segunda esposa do ex-mandatário Gbagbo Koudou e seu filho Al Rias David (Sendín, 2014).

Ademais, a ausência de um Estado social agrava-se pela ausência de um Estado de Direito definido. Por um lado, não se aposta nas economias populares, que devem ser um motor de mudança. No caso da África Ocidental devemos destacar também o papel importante das ‘tontinas’, sistema de poupança que tem como objetivo cobrir necessidades sociais, culturais ou econômicas de seus membros e que se baseia na confiança destes. Esta atividade, em que pese realizar-se à margem da economia formal, permite certa liquidez às famílias e acaba configurando-se como elemento capaz de gerar dinheiro real e de ser parte relevante no Produto Interno Bruto (PIB) dos países (Muakuku Rondo, 2003, p. 120-121).

Por outro lado não se trabalha pela coesão social que é “uma fonte de confiança e progresso” (Enghelard, 2003, p. 162-165), sobretudo quando nos últimos tempos a ideia de *autochtones* e *allogènes* está, segundo Gelchiere (2012), mais presente com todos os problemas sociais que transporta. Isto se acentua com a presença dos etnofascismos (Kabunda, 2009) em que um continente onde a emigração intra-africana é mais importante da que se realiza para o Ocidente e Médio Oriente (Chabal, 2011), supondo esta última, quando se dirige aos países ricos. Uma arma dos dirigentes africanos para pressionar esses mesmos países para que aumentem as suas ajudas para o desenvolvimento, encobrindo desta forma a injustiça dos seus altos níveis de vida frente aos das populações africanas, é a emigração. Não se pode descurar que a razão primordial destas emigrações radica num sistema global desigual (Kabunda, 2008).

Um exemplo é encontrando no Plano REVA (*Retour vers l’agriculture*) que se leva a cabo em Senegal e conta com ajuda da cooperação espanhola dentro de um enfoque de migração e desenvolvimento. Este plano tem como objetivo substituir o sistema agrícola do país, passando da subsistência para a exportação. Ele tem provocado êxodo rural e produzido contradições ambientais entre a teoria e a prática, pois é aplicado de cima para baixo, e não a partir de uma ótica local. Assim, prioriza-se a internacionalização das empresas que operam neste Plano. Os interesses das elites são vistos representados em maior medida que



os das populações e, neste contexto, a cooperação espanhola está inserida numa dinâmica clássica desenvolvimentista, na qual são poucas as empresas espanholas beneficiadas. Um trabalho muito interessante sobre o tema foi realizado por Eva Martínez e Juan Rivero (2010) no qual os autores manifestam grandes contradições destes projetos.

Nos ‘danificados’ Estados de Direito observa-se a mais dolorosa ausência de regras nos setores mais capitalizados da população. Exemplo disso é a exploração infantil que documenta, de maneira excepcional, Xaquín López (2008) na Nigéria e na Costa do Marfim, na qual participam familiares das crianças (meninos, neste caso) escravizadas e elites comerciais do Benim, Togo, Gana e Costa do Marfim, entre outros.

Outro ponto negativo apontado a estes chefes de estado é o abandono do controle público de serviços como a água e a defesa e extração de recursos petrolíferos e minerais a mãos estrangeiras agravando desta forma as desigualdades já existentes (Chabal, 2011). Esta situação acarreta graves consequências para o meio ambiente e estagna a já existente falta de interesse em encontrar soluções para os problemas estatais existentes. Tal fato tem repercussões gravíssimas na tentativa de elaboração de planos de desenvolvimento, quer sejam elaborados pela Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) quer por parte dos próprios Estados africanos. Como exemplos de planos de desenvolvimento mal efetuados temos o *Marco de Programación del País* (2013-2017) para a Guiné Equatorial e os dados do Banco Mundial para o mesmo país de 2004 sobre o uso da água potável que não estão atualizados.

O autor Albert Roca apresenta (ainda que não defenda) o argumento do aumento da corrupção como fator esclarecedor do ‘atraso africano’ e da permanência dos efeitos negativos da denominada ‘cultura do assistido’ em relação à ajuda oficial para o desenvolvimento, que provém dos denominados países ricos. Esta situação é equivalente à ‘cultura do projeto’ na América Latina e a dos ‘cultos cargos’ na Oceania, onde predomina a ajuda estrangeira para o desenvolvimento local, sem uma participação muitas vezes responsável e pró-ativa por parte dos países beneficiários, pondo em causa esta situação, as relações sociais autóctones existentes (Roca, 199, p. 205-256).

## QUADRO 1:

Índice de percepções de corrupção da transparência internacional:  
Espanha, Brasil e 4 países CEMAC e 4 UEMOA (África Subsariana)

|                    | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------------------|------|------|------|------|------|
| Espanha            | 61   | 62   | 65   | 59   | 60   |
| Brasil             | 37   | 38   | 43   | 42   | 43   |
| Camarões           | 22   | 25   | 26   | 25   | 27   |
| Guiné Equatorial   | 19   | 19   | 20   | 19   | -    |
| Gabão              | 28   | 30   | 35   | 34   | 37   |
| Rep. Centrafricana | 21   | 22   | 26   | 25   | 24   |
| Guiné Bissal       | 21   | 22   | 25   | 19   | 19   |
| Senegal            | 29   | 29   | 36   | 41   | 43   |
| Burkina Faso       | 31   | 30   | 38   | 38   | 38   |
| Costa do Marfim    | 22   | 22   | 29   | 27   | 32   |

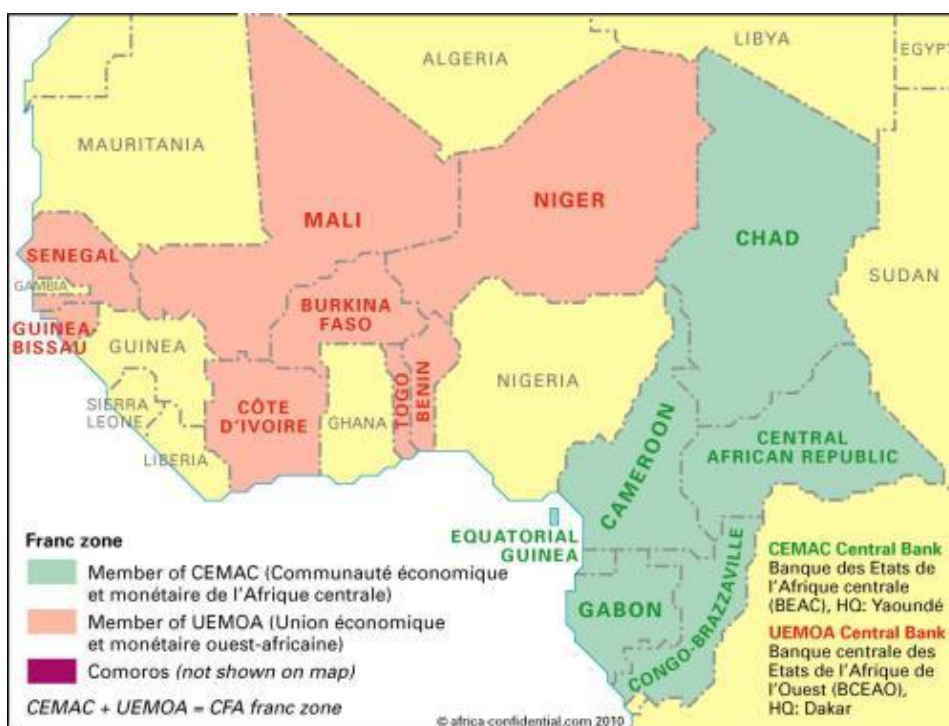
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Transparência Internacional.

Por outro lado, a pouca diversificação das suas economias, visto que todos estes países obtêm a maior parte dos seus ingressos da exportação de um número bastante limitado de produtos básicos e/ou petróleo (UNCTAD, 2008), coloca-os numa situação de dependência no que se refere às suas importações, o denominado *staple trap* (Engelhard, 2003). Além disso, as elites aceitam as formas neoliberais de desenvolvimento que lhes ditam desde o Norte, ignorando que os próprios países ricos, um dia, fizeram do protecionismo uma arma importantíssima para promover as suas economias nacionais (Chang, 2002). Esta estrutura econômica beneficia, não obstante, os círculos próximos aos ditadores. Estes possuem a maior parte das empresas importantes africanas e paraísos fiscais na Europa. Este é o caso da família Obiang, questão a ser abordada na continuação do trabalho, que foi investigada por parte de tribunais franceses e norte-americanos (Maroto, 2014).

Ao analisar os processos de integração econômica no Norte e no Sul, entendendo o Norte como o grupo de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Sul como os países equivocadamente chamados de 'menos desenvolvidos', foi utilizada uma análise comparativa entre a União Europeia e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), comprova-se que os segmentos utilizados nas últimas duas instituições foram distintos dos utilizados na primeira, já que estas duas últimas uniões são somente

monetárias e não econômicas. É importante dizer que os francos utilizados por estas duas instituições monetárias são controlados a partir do Tesouro Francês, o que impossibilita que os Estados da zona do franco possam alterar o preço da moeda e, assim sendo, aceitam a supervisão da França no provisionamento de dinheiro, detendo esta última um papel estrutural de destaque na elaboração da política da zona (Chabal, 2011). A priori, a questão que se coloca relaciona-se com os motivos que condicionam a construção de uma união monetária e econômica real que possa aumentar os fluxos comerciais e favorecer o desenvolvimento tal como refere à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED).

**MAPA 1:** Países membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)



Fonte: Disponível em: <https://frkonan.wordpress.com/2012/10/27/la-zone-franc-bilan-de-40-annes-de-croissance-mitigee/>

A resposta é que, por um lado, há quem afirme que os principais problemas para gerar desenvolvimento mediante a integração são as disparidades nacionais, a escassez de infraestruturas e a pouca complementaridade das economias, assim como a insegurança e instabilidade dos países (Expósito e Mohedano, 2004), enquanto outros autores consideram que as elites não têm vontade política de fazer com que os seus países deixem de ser atores marginais da globalização (Santamaría, 2007). Existem ainda argumentos que consideram como fatores importantes a prioridade dada ao Estado-Nação sobre as construções supranacionais, a ilegitimidade das elites como representantes da vontade popular, a existência de conflitos por interesses econômicos entre os próprios países membros ou entre países membros e fronteiriços (Gabão e Guiné Equatorial por temas petrolíferos na sua zona marítima; Nigéria e Camarões por temas fronteiriços ou guerras civis na República Centroafricana, por exemplo). Será importante referir que, no contexto apresentado, o estado francês não irá mudar sua postura de modo a substituir a sua relação vertical de domínio por uma mais igualitária (Kabunda, 2002). Esta situação dá-se de forma a permitir a manutenção dos seus privilégios nas trocas desiguais, como assegurou Samir Amin (2005). Outros enfatizam a escassez de trocas comerciais, que só entre membros da CEMAC chegou a ser apenas de 2% (Sodupe e Moure, 2009). Por sua vez, Peñas (2000, p. 73) considera importante a condicionalidade política das ajudas que tem tentado impor lógicas distintas às das sociedades africanas, e também as denúncias, como já assinalamos antes, dos danos das burguesias econômicas e políticas africanas educadas em França (Bayart, 1999).

Perante este panorama, no qual países como França dependem das matérias-primas das suas antigas colônias, propicia-se que sigam exercendo-se comportamentos neocoloniais (Fontana, 2014), onde a própria desigualdade aumenta entre os países e aos quais se somam os problemas ambientais (Oya, 2007), os 'micronacionalismos' e as políticas exteriores contra a cooperação Sul-Sul, assim como os solapamentos em diversas uniões econômicas (Kabunda, 2011). Subsequente a esta situação, as elites continuam a não demonstrar nenhum interesse em melhorar a recepção de investimentos diretos de outros atores como os dos países emergentes (Moyo, 2011), nem trabalhar seriamente na criação de um grande mercado africano que canalize os investimentos estrangeiros para a criação de emprego no próprio continente (Bodomo, 2011).

Como refere Kabunda (2009), os dirigentes, formados em realidades distintas às dos governantes, converteram-se em aliados dos “falsos amigos franceses” (Kabunda, 2009, p. 87-88) denominados por Hugué de ‘chefes de tribo’ da África Negra. Como consequência direta, os países da *Françafrique* continuam a estar, nesse sentido, dominados por elites ao serviço dos interesses estrangeiros em geral e franceses em particular. Falar de desenvolvimento igualitário em África pode parecer inútil, como bem pensavam os falecidos Sylvanus Olympio e Thomas Sankara, personagens importantes da construção do pensamento civil das sociedades do Togo e Burquina Faso.

### 3. Elites a serviço da desigualdade global do sistema capitalista

São numerosos os exemplos em que encontramos uma relação simbiótica entre o sistema neoliberal imperante e o benefício de algumas elites corruptas na África. Um exemplo paradigmático ao largo da história é encontrado durante a Guerra Fria, em que, por exemplo, a atual República Democrática do Congo foi governada por Mobutu Sese Seko, tendo este controlado cerca de 70% da riqueza do país, sendo responsável por 80% das dívidas contraídas pelo Estado. Os grandes bancos ocidentais, encarregados de resgatar os países endividados mediante enormes créditos se consolidaram como grandes aliados das elites locais. O fato dos bancos seguirem uma política de ‘não fazer perguntas’ ou, por exemplo, a escassa cooperação de bancos britânicos com a Nigéria para a recuperação deste país de um bilhão de dólares roubados por Sonny Abacha e depositados naqueles bancos, dão uma clara imagem a respeito do assunto (Allum *et al.*, 2010)

Os grandes resgates financeiros também provocaram, por exemplo, os conhecidos Planos de Ajuste Estrutural (PAE). Estes acabaram por impor reduções de gastos públicos, privatizações, retirada de subsídios à agricultura e às indústrias locais africanas (enquanto a União Européia, sem embargo, apóia com ajudas econômicas os seus agricultores, podendo competir desta forma no mercado) ou as chamadas de investimentos estrangeiros em setores nos quais os direitos trabalhistas não estão protegidos. Com tudo isto e a partir da má gestão das elites, assim como seus comportamentos despóticos, foi aberta a porta mais

feroz do capitalismo, com a aprovação das potências estrangeiras e a colocação das populações africanas em situações crônicas de injustiça e desigualdade (Allum, 2010).

Quanto às PAE's mencionadas, devemos assinalar que um de seus principais objetivos foi o de adaptar os países africanos às novas condições do modelo neoliberal. No entanto, apesar dos informes de instituições como o Banco Mundial terem sido tremendamente positivos em relação aos efeitos destas políticas, a sociedade civil e o mundo acadêmico não tardaram em criticá-las, sobretudo pelos impactos sociais negativos e o aumento da pobreza nos países (Colom, 2007, p. 16-17).

Além disso, devemos criticar, segundo a linha de Phillippe Hugon (2011), o prejuízo que as ajudas européias para a agricultura geram para os pequenos agricultores africanos. As ajudas européias têm por objetivo fechar as fronteiras aos produtos de fora da Europa e acabam deslocando os próprios africanos de seus mercados nacionais. Estamos diante de um caso flagrante de *dumping* ou concorrência desleal (UUNN, 2011, p. 2-9).

Por outro lado, informes como o da *Africa Progress Panel* (2013) consideram que, apesar da possibilidade dos recursos naturais do continente poderem gerar melhora nos níveis de vida da população, a evasão fiscal, a corrupção e a débil governança são desafios de grande alcance que muitas das ações imorais e pouco éticas de diversas empresas que operam no continente contam com a aprovação dos dirigentes desonestos em benefício próprio.

Neste contexto, até mesmo a Ajuda Oficial se configura como uma ferramenta de política externa dos países a respeito dos países do Sul, onde esta 'ajuda' é, entre outras coisas, negociada como contrapartida a obtenção de privilégios comerciais (Ovejero, 2008, p. 140-148). É incompreensível, por exemplo, que um país como a Guiné Equatorial, tendo uma elevada renda *per capita*, tenha sido priorizado nas ajudas bilaterais da Espanha.

#### 4. Guiné Equatorial e a família Obiang. A corrupção a serviço do capital estrangeiro e elitista

A Guiné Equatorial, com uma das mais altas rendas *per capita* do hemisfério sul, conta com 75% de sua população abaixo da linha da pobreza. Um dos grandes culpados desta situação é a família Obiang, que ostenta o poder no país africano desde o golpe de Estado ocorrido em 1979. Sua forma de governo foi denominada como ‘democratura’ com o intuito de definir um sistema político com aparência de democracia, mas um regime ditatorial e corrupto na prática (Liniger-Goumaz, 1992).

Mais ainda, Alicia Campos afirma que não existe no país liberdade de voto e ocorre até mesmo o falseamento dos censos (Campos, 2011), com a aprovação internacional. Enquanto entre 70% e 80% da população são pobres, os salários dos políticos chegam a somar 50.000 euros e um patrimônio que supera os 700 milhões de euros (Maroto, 2014, p. 180). O clã Obiang conta com imunidade política e aprovação. Prova disso é que “su dictador ha tenido el honor de que su nombre sea propuesto para bautizar un premio de la UNESCO” (Maroto, 2014, p. 179).

A extrema corrupção é uma das características do país subsaariano. Rosendo Ondo Masa (2015) chega a afirmar que “un perro en occidente tiene más derechos que un guineano en su propio país”, deixando patente que a causa é a existência de um governo gerido por analfabetos, corruptos e assassinos.

Um dos pontos mais interessantes a refletir em torno da corrupção e o sistema capitalista é a relação entre a cooperação e o setor de construção. Segundo a investigação do *International Herald Tribune* “la corrupción en el dominio de la construcción y de la ingeniería es un fenómeno típicamente occidental porque involucra a los principales inversionistas globales” (Deneult, 1997), com o que voltamos a lembrar a “responsabilidad invisible” dos interesses econômicos ocidentais. Mas não podemos nos esquecer da responsabilidade das elites da Guiné Equatorial, no sentido em que empreende o antropólogo Gustau Nerín (2011, p. 174). Nerín lembra a construção pelo governo, com recursos públicos, de hospitais privados acessíveis a somente uma minoria e acaba sendo

paga em parte pela cooperação estrangeira. Mansogo (2011), ativista pelos Direitos Humanos, passou quatro meses no cárcere por denunciar, entre outras coisas, que muitas clínicas públicas funcionam como se fossem privadas e baseadas em acordos externos do país ou em propostas pessoais do ditador. Estes são alguns dos acontecimentos ante os quais a comunidade internacional tem se calado permanentemente. Na verdade, enquanto estas linhas são escritas o filho de Obiang participa do Carnaval do Rio de Janeiro, apoiando a escola de samba Beija-Flor, que obteve o patrocínio de 10 milhões de reais junto ao governo da Guiné Equatorial (EFE, 2015).

Outro dos pontos importantes é a existência dos chamados ‘elefantes brancos’, que fazem referência, dentro de um mito birmano, a propriedades que apresentam desproporcionalidade entre o custo e a utilidade ou valor. Atualmente declaramos como ‘elefantes brancos’ quando referimos a grandes e caras construções que tem pouco valor prático, mas que requerem altas somas de dinheiro para sua manutenção. Tais estruturas não têm impacto na economia real, servindo para engordar os bolsos das elites com suculentos subornos e comissões. Segundo Fernando Abaga, para o caso concreto da Guiné Equatorial as obras de infraestrutura neste sentido tem algumas utilidades, conforme se apresenta:

- Busca de legitimidade política por parte das elites, tanto no âmbito interno como externo;
- Projeção do poder;
- Passar a impressão de que os recursos petrolíferos são destinados a atividades benéficas para o país.

No caso deste país subsaariano governando pelo ditador Teodoro Obiang Nguema, o mesmo autor destaca duas grandes obras de infraestrutura que podem ser chamadas de ‘elefantes brancos’:



- O porto de Malabo. Trata-se de um porto que estaria destinado única e exclusivamente à importação. A Guiné Equatorial importa tudo que consome e exporta tudo que produz, pois o petróleo (que compõe mais de 90% do valor das suas exportações) se exporta desde o alto mar. O porto não faz nada a não ser consolidar a divisão internacional do trabalho, estando a serviço das grandes multinacionais.

- A central hidrelétrica de Djibloo. A central pretende, segundo Abaga, cobrir as necessidades de toda a região continental, a antiga Rio Muni. Ainda, se propõe a exportar aos países vizinhos Camarões e Gabão. O pesquisador denuncia que não existe uma estrutura para a manutenção da central, a gestão é problemática e o governo se vê incapaz de lhe fazer boas intervenções. Ademais, é preciso ser familiar de Obiang ou membro ativo do PDGE (o partido dominante) para poder influir na construção, sendo desperdiçado capital humano qualificado. Por outro lado o autor também destaca que nem o Gabão e nem Camarões necessitam importar eletricidade e que apesar da magnífica obra, Guiné Equatorial consome atualmente apenas 52,438 kw/h por habitante, situando-se abaixo inclusive do Haiti (Abaga, 2010).

O caso de Guiné Equatorial é paradigmático de como as elites corruptas podem beneficiar-se enormemente dos sofrimentos de seu próprio povo e do capitalismo neoliberal. A família Obiang não foi eleita democraticamente e não representa a realidade que vive o povo de Guiné Equatorial, pelo que considero que uma real democratização do país pode acabar com uma família que não tem feito nada a não ser representar os interesses do capitalismo estrangeiro na Guiné Equatorial.

## 5. Considerações finais

Em suma, toda a proposta para o desenvolvimento africano deve passar por uma democratização do continente que se baseie nas próprias culturas africanas, ainda que esse segmento suponha já por si um questionamento da ordem mundial no continente africano.

“A luta Primeiro Mundo/Terceiro Mundo desenvolve-se não só entre nações, mas também no seio dessas mesmas nações, com relações (...) entre grupos dominantes e subalternos” (Sohat, 2008, p. 105).

Como refere Amartya Sen na sua obra ‘O valor da democracia’, a participação e a liberdade política são imprescindíveis à existência humana. O valor instrumental da democracia é a chave para “garantir responsabilidades e rendição de contas” (Sen, 2006, p. 77-78). É de importância vital para as sociedades pelo seu papel na formação de valores e o conhecimento das necessidades, direitos e obrigações dos cidadãos (Sen, 2006). Negar que estas capacidades se tenham desenvolvido na África Subsaariana antes da chegada dos conquistadores europeus é um tremendo erro.

## 6. Referências

ABAGA, Fernando (19 diciembre 2010). “...De las infraestructuras, los monumentos faraónicos y los elefantes blancos...”. *Guinea Ecuatorial*. <http://www.guinea-ecuatorial.net/ms/main.asp?cd=ni7596>

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James (2012). *Por qué fracasan los países: Los orígenes del poder, la prosperidad y la pobreza*. Barcelona: Deusto.

AFRICA PROGRESS PANEL. (2013). *Africa's natural resources could dramatically improve the lives of millions*. <http://app-cdn.acwupload.co.uk/wp-content/uploads/2013/08/2013PRESS RELEASE Equity in Extractives ENG.pdf>

ALLUM, Liz, LOWE, Barbara, MADEIRA, Bente, RICHARDS Dave e ROBINSON, Louise (2010). *¿Por qué África es tan pobre y Europa tan rica?* Vitoria-Gasteiz: Hegoa. Patnership for Change. [http://publ.hegoa.efaber.net/assets/pdfs/262/Africa\\_tan\\_po\\_bre\\_y\\_Europa\\_tan\\_ri\\_ca.pdf?1317214075](http://publ.hegoa.efaber.net/assets/pdfs/262/Africa_tan_po_bre_y_Europa_tan_ri_ca.pdf?1317214075)

ÁLVAREZ COBELAS, Juan (2000). “El África Subsahariana y el concepto del *Falling State*: sus consecuencias en el derecho internacional”. In: Peñas, Francisco Javier (ed). *África en el Sistema Internacional. Cinco siglos de frontera*. Madrid: La Catarata.

AMIN, Samir (2005). *El intercambio desigual*. Argentina: Ed. Garetto.

BAYART, Jean François (1999). *El Estado en África*. Barcelona: Bellaterra.

- BODOMO, Adams (2011). *La globalización de las inversiones en África*. Madrid: La Catarata.
- CAMPOS SERRANO, Alicia (2011). *“Petróleo y Estado postcolonial: transformaciones de la economía política en Guinea Ecuatorial, 1995-2010”. Implicaciones para la coherencia de políticas españolas*. Madrid: Fundación Carolina.
- CASTEL, Antoni y Bajo Erro, Carlos (2013). *Redes sociales para el cambio en África*. Madrid: La Catarata.
- CASTELLANO, Fernando (2012), “Economía política del desarrollo, análisis poscolonial y “malos samaritanos””, *Revista Problemas del Desarrollo*, n.169 (43), pp.27-50
- CERDÁ MORALES PADILLA, Soraya Sirikit (2005), “Aproximación teórica al desarrollo”, *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, n.20, pp.1-28. [Consulta: 1 de diciembre de 2014] <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/soraya.pdf>
- CHABAL, Patrick (2011). *África: la política de sufrir y reír*. Barcelona: Oozebap.
- CHANG, Ha-Joon (2002). *Retirar la escalera, La estrategia del desarrollo en perspectiva histórica*. Madrid: La Catarata.
- COLOM JAÉN, Artur (2007). “África en la economía mundial: del imperialismo al Ajuste Estructural y más allá”. In: Martínez Peinado, Javier y Sánchez Tabarés, Ramón (eds.). *El futuro imposible del capitalismo: ensayos en memoria de José María Vidal Villa*. Barcelona: Icaria Editorial.
- DENEULT, Alain (1997). *NEGRO CANADA. Saqueo, corrupción y criminalidad en África*. <http://www.rebellion.org/docs/149755.pdf>
- EFE (19 febrero 2015). “Un polémico desfile gana el Carnaval”. *Diario de Navarra*. [http://www.diariodenavarra.es/noticias/mas\\_actualidad/sociedad/2015/02/19/un\\_polemico\\_o\\_desfile\\_gana\\_carnaval\\_195921\\_1035.html](http://www.diariodenavarra.es/noticias/mas_actualidad/sociedad/2015/02/19/un_polemico_o_desfile_gana_carnaval_195921_1035.html)
- ENGELHARD, Philippe (2003). *África, ¿Espejo del mundo?* Madrid: Akal.
- EXPÓSITO, Pilar y MOHEDANO, Isabel (2004). “Procesos de integración en África”. *Estudios Económicos de Desarrollo Internacional. AEEADE*, n.4 (1), pp. 105-134
- FONTANA, Josep (2013). *Por el bien del Imperio. Una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Pasado y Presente.
- GESCHIERE, Peter (2012). *Política de la pertenencia: Brujería, autoctonía e intimidad*. México D.F.: Efe.

HUGON, Phillippe (2011). “Europa y África: relaciones y desafíos. Tendencias económicas”. **AFKAR/IDEAS**, Invierno de 2010/2011. [http://www.iemed.org/observa\\_tori/arees-danalisi/arxius-adjunts/afkar/afkar-ideas-28/24Hugonesp\\_lesaca.qxd.pdf](http://www.iemed.org/observa_tori/arees-danalisi/arxius-adjunts/afkar/afkar-ideas-28/24Hugonesp_lesaca.qxd.pdf)

KABUNDA, Mbuyi (2011). “Integración regional en África: ¿complementariedad o contradicción con la cooperación Sur-Sur?”. In: Kabunda, Mbuyi (coord.). **África y la cooperación con el Sur desde el Sur**. Madrid: La Catarata.

\_\_\_\_\_. (2009). “Sistemas y estructuras políticas del continente africano”. In: Sodupe, K., Kabunda, M., y Moure L., (Coords). **Africa Subsahariana. Perspectivas sobre el subcontinente en un mundo global**. Guipuzkoa: Editorial de la Universidad del País Vasco.

\_\_\_\_\_. (2008). “Inmigración y desarrollo: el caso africano”. In: Díaz J. A., (Coord.). **Migraciones y Codesarrollo**. Tenerife: Cooperación Canaria.

\_\_\_\_\_. (2002). “Integración regional en África: perspectivas para el siglo XXI”. In: Kabunda, M. (Coordinador). **África subsahariana ante el nuevo milenio**. Madrid: Ediciones Pirámide.

LATOUCHE, Serge (2007). **La otra África. Autogestión y apaño frente al mercado global**. Barcelona: Oozebap.

LINIGER-GOUMAZ, Max, (1992). **La démocratie: Dictature camuflé; démocratie truquée**. París: Editions L’Harmattan.

LÓPEZ, Xaquín, **Las fronteras se cruzan de noche**. Madrid: Foca. 2008.

MANSOGO ALO, Wenceslao, (6 julio 2011). “Un Sistema Sanitario Roto en Guinea Ecuatorial”. **EG Justice**. <http://www.egjustice.org/es/post/un-sistema-sanitario-roto-en-guinea-ecuatorial>

MAROTO BLANCO, José Manuel, “La Ayuda Oficial al Desarrollo española en Guinea Ecuatorial: un análisis crítico”, **Cuadernos Geográficos**, n.53 (1), pp.160-188. <http://revistas.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/view/1473/2442>

MARTÍNEZ, Eva y RIVERO, Juan (2010). “Luces y sombras en la vinculación del fenómeno migratorio y de las políticas de desarrollo: el caso del Plan REVA”. In: Revilla, M. e Suárez, I. (ed.). **Migración, crisis y conflicto en África Subsahariana**. Madrid: Fundación Carolina.

MARTÍNEZ CARRERAS, José U., (1983). **Introducción a la Historia Contemporánea. Desde 1917**. Madrid: Istmo.

MATEOS MARTÍN, Óscar (S.F.) **África, el continente maltratado. Guerra, expolio e intervención internacional en el África negra**. <http://www.fcp.uncu.edu.ar/upload/africa-martin.pdf>

MOYO, Dambisa (2011). **Cuando la ayuda es el problema. Hay otro camino para África**. Madrid: Fundación Faes.

ONDO MASA, Rosendo (10 febrero 2015). "Guinea: un Estado sin derecho". *Guinea Ecuatorial*. <http://www.guinea-ecuatorial.net/ms/main.asp?cd=ni9273>

OVEJERO BERNAL, Anastasio (2008). "Desigualdad, subdesarrollo y pobreza en la actual globalización ultraliberal". *Eikasia. Revista de Filosofía*, año III, n. 18. <http://www.revistadefilosofia.org/18-08.pdf>

OYA, Carlos (2007). "Crecimiento y desarrollo económico: ¿Una "dummy" africana?". In: Oya, C. y Santamaría, A. (Eds.). *Economía política del desarrollo en África*. Madrid: Ediciones Akal.

OYA, Carlos y SENDER, Jonh B. (2007). "Pobreza y empleo en África Subsahariana: Mitos y Realidades". In: Oya, C., y Santamaría, A., (eds.). *Economía política del desarrollo en África*. Madrid: Akal.

PEÑAS ESTEBAN, Francisco Javier (2000). "Diplomacia humanitaria, protectorados y política de cañoneras: África subsahariana, estatalidad, soberanía y tutela internacional". In: Peñas E., F. J. (ed.). *África en el sistema internacional. Cinco siglos de frontera*. Madrid: La Catarata.

ROCA ÁLVAREZ, Albert (1999). "La corrupción o el lado cultural del desarrollo: el paradigma equívoco del África negra". In: Bretón, V., García, F., y Roca, A., (eds). *Los límites del desarrollo. Modelos "rotos" y modelos "por construir" en América Latina y África*. Barcelona: Icaria.

RONDO IGAMBO, Muakuku (2003). *Pobreza, desarrollo y globalización en el sur del sur*. Barcelona: Ediciones Carena.

SANTAMARÍA, Antonio (2007). "Comercio, globalización e integración regional". In: Oya, C. y Santamaría, A. (Eds.). *Economía política del desarrollo en África*. Madrid: Ediciones Akal.

SEBASTIÁN, Carlos (2013). *Subdesarrollo y esperanza en África*. Barcelona: Gutenberg.

SEN, Amartya (2006). *El valor de la democracia*. Madrid: El Viejo Topo.

SENDÍN GUTIÉRREZ, José Carlos (2014). "Medios de comunicación y democratización en África". *Pueblos-Revista de Información y Debate*, n. 63. [www.revistaueblos.org/?p=18418](http://www.revistaueblos.org/?p=18418)

SODUPE, Kepa y MOURE, Leire (2009). "Una visión multidimensional del África Subsahariana". In: Sodupe, K., Kabunda, M., y Moure, L., (Eds). *África Subsahariana. Perspectivas sobre el Subcontinente en un Mundo Global*. Guipuzkoa: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

SOHAT Ella (2008). "Notas sobre lo postcolonial". In: Mezzadra, Sandro (Compilador). *Estudios Postcoloniales. Ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños.

UNCTAD (2008). *La transformación del panorama de los productos básicos en el siglo XXI*. Nota preparada por la secretaría de la UNCTAD. [http://unctad.org/es/docs/td428\\_sp.pdf](http://unctad.org/es/docs/td428_sp.pdf)

UUNN. Office of the United Nations High Commissioner to Human Rights. Special Procedures of the Human Rights Council. (2011). *The Common Agricultural Policy towards 2020: The role of the European Union in supporting the realization of the right to food*. [http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20110617\\_cap-reform-comment.pdf](http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/20110617_cap-reform-comment.pdf)

## Construções discursivas e visuais em torno da identidade roraimense

## Construcciones discursivas y visuales alrededor de la identidad roraimense

## Discursive and visual constructions around the roraimense identity

Recebido em 24-04-2015  
Aceito para publicação em 10-05-2015

Cristiane Bade Favreto<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo problematiza a construção discursiva e visual em torno da identidade roraimense, tendo como enfoque o apagamento das tradições indígenas. As fontes, portanto, que nortearam esta pesquisa são materiais sobre o patrimônio cultural, monumentos, registros fotográficos e fontes de imprensa. A metodologia empregada foi a Análise do Discurso, por meio de referências que se debruçam sobre a compreensão do fenômeno ideológico. No texto apresentamos as construções discursivas, apoiadas na “negação” da identidade cultural associada à identidade indígena. O estudo sobre o patrimônio cultural nessa região possibilita a ampliação das discussões e reflexões sobre a arte e a cultura no Estado, bem como promove a sensibilização, identificação, proteção e promoção do patrimônio.

**Palavras-chave:** identidade; memória; patrimônio cultural; discurso.

**Resumen:** El artículo aborda la construcción discursiva y visual en torno a la identidad de Roraima, centrándose el borrado de las tradiciones indígenas. Las fuentes, por lo que guiado esta investigación son materiales sobre el patrimonio cultural, monumentos, registros fotográficos y las fuentes de los

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora assistente do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Brasil. E-mail: [cristiane.bade@ufr.br](mailto:cristiane.bade@ufr.br)

medios de comunicación. La metodología utilizada fue el análisis del discurso, a través de las referencias que se centran en la comprensión del fenómeno ideológico. En el texto se presentan las construcciones discursivas, con el apoyo de la "negación" de la identidad cultural asociado a la identidad indígena. El estudio sobre el patrimonio cultural de esta región permite la expansión de las discusiones y reflexiones sobre el arte y la cultura en el estado, así como a aumentar conciencia, la identificación, la protección y promoción del patrimonio.

**Palabras clave:** identidad; memoria; patrimonio cultural; discurso.

**Abstract:** The article discusses the discursive and visual construction around the Roraima identity, focusing erasure of indigenous traditions. The sources, so that guided this research are materials on cultural heritage, monuments, photographic records and sources of media. The methodology used was the analysis of Speech, through references that focus on understanding the ideological phenomenon. In the text we present the discursive constructions, supported the "denial" of cultural identity associated with indigenous identity. The study on the cultural heritage in this region enables the expansion of the discussions and reflections on art and culture in the state, as well as raise awareness, identification, protection and promotion of heritage.

**Keywords:** identity; memory; cultural heritage; speech.

## 1. Introdução

Em Roraima, a negação e o preconceito à identidade indígena são práticas constantes, que ganham força em diversos veículos de comunicação e informação. Considerando esse cenário, buscamos neste texto analisar os discursos que reforçam o preconceito na região. Além disso, procuramos mostrar como esses sujeitos são raramente situados nos monumentos do Estado.

Entender como se dá a criação do imaginário social em referência ao patrimônio cultural também é uma das propostas de discussão desse texto. Para tanto, a investigação das disputas ideológicas no campo do patrimônio cultural será fundamental para entendermos essas questões. Nossa abordagem, no entanto, exige algumas discussões que permeiam a arte e o patrimônio cultural, pois estes campos evocam memórias conflituosas em torno da temática em questão.



Este artigo está estruturado em três seções. Na primeira parte fizemos uma discussão em torno da multiplicidade de culturas existentes em Roraima. Essa discussão é fundamental, pois a partir dela entendemos as formações identitárias do Estado.

Na seção 'Intensificam-se os preconceitos ao indígena', buscamos apresentar como alguns meios difusores de comunicação e informação vêm reafirmando o preconceito com a identidade indígena.

Em 'Os indígenas nos monumentos: disputas em torno da memória', buscamos destacar e analisar alguns monumentos, pois, ao serem destituídos de seu invólucro ideológico, perpetuam um passado constituído por coronéis e relega a um segundo plano a cultura indígena.

As análises sobre a identidade e patrimônio cultural em Roraima, deste modo, são de extrema importância, pois permitem compreender as práticas culturais e as relações de poder que envolvem as disputas por uma identidade/memória local. Além disso, parafraseando Sandra Pelegrini (2007), acreditamos que o patrimônio cultural é o lugar onde as memórias e identidades adquirem expressividade. São esses, portanto, os temas que procuraremos discutir no presente texto.

## **2. Roraima: um Estado de múltiplas culturas**

O Estado de Roraima, antes mesmo da ocupação europeia do final do século XVIII, era povoado por diversas etnias indígenas que possuíam uma estrutura social consolidadas. Após esse período, foi sendo ocupada por diversos colonos e posseiros de diferentes regiões.

A sociedade roraimense, desse modo, é constituída por uma significativa diversidade cultural, resultante da existência de diversas etnias indígenas na região e de diferentes

ocupações, como podemos observar nos estudos de Isolda Maciel Silveira, Marcelo Gatti (1988) e Carla Monteiro de Souza (2001).

O Estado de Roraima conta hoje com um percentual significativo de reservas indígenas, totalizando cerca de 104.018,00 km<sup>2</sup>, representando 46,37% da área do Estado<sup>2</sup>. Além de um expressivo percentual de reservas, Roraima conta com um elevado número de população indígena, chegando a 13% da população do Estado, segundo Marcos Antonio Braga de Freitas (2011). Como podemos observar grande parte da população é indígena. Contudo, o que constatamos em diversos veículos de comunicação e informação é um grande preconceito com tais sujeitos e a negação de sua identidade.

Existem ricas tradições indígenas, oriundas de diversas etnias existentes na região, que raramente são situadas na historiografia local e nacional. Em geral, os livros e pesquisas situam essa região da Amazônia no século XVIII, momento em que os portugueses penetraram no Rio Branco procurando o 'Eldorado'<sup>3</sup>.

A historiografia começa a tratar desse Estado com maior ênfase a partir de 1988, quando ele deixa de ser território da União e passa ser oficialmente um Estado federativo. Mas essa historiografia tem como foco os processos migratórios e o *boom* no garimpo, deixando de lado as significativas culturas indígenas.

A formação identitária do estado também é formada pelo extensivo fluxo migratório oriundo da década de 70. Os fluxos migratórios para o Estado, desde a década de 70, marcaram muito a história local, pois nesse contexto, várias famílias se estabeleceram na região, em especial, na década de 80, período do *boom* no garimpo.

---

<sup>2</sup> Cf.: <http://www.rr.gov.br>

<sup>3</sup> Para uma leitura do tema cf. OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2003. Tese de doutorado.

Os constantes fluxos migratórios, oriundos do *boom* no garimpo e das 'políticas paternalistas'<sup>4</sup>, atraíram para a região uma significativa população de nordestinos a partir da década de 70.

O estado de Roraima também é constituído por um número expressivo de pessoas de origem sulista, devido à existência de um forte processo migratório do sul para o norte, impulsionado pela modernização da região, como podemos observar no estudo de Carla Monteiro de Souza "(...) Roraima nos anos setenta e oitenta se configurou como uma frente de expansão promissora – e ainda nos dias de hoje é uma região subpovoada –, pode-se afirmar que houve e há expressiva participação gaúcha na composição da sociedade roraimense (...)" (Souza, 2001, p.92).

Diante desse novo cenário, várias famílias buscaram fortalecer o seu poderio econômico na região. Com a intensificação populacional e econômica, surgem novos líderes políticos. Os novos governantes, por sua vez, intensificaram suas posturas políticas, a partir da década de 70, com doações de terras da União e aberturas de rodovias na região.

Com as novas lideranças políticas na região, as disputas políticas intensificam-se. A fim de manter sua condição hegemônica *de* poder econômico e político no Estado, diferentes grupos disputam em torno do espaço de memória. Para entendermos como se (re)produz a memória, no caso patrimonial, destacamos o estudo de João Carlos Tedesco:

Entendemos ser a memória patrimonial uma construção social, da qual se disputam seus enunciados discursivos, sua atribuição de valor, suas práticas, que assegurem sua preservação e inviolabilidade. Existe um campo de disputas por significados e pela legitimação e hegemonia do mesmo inserido num campo entre classes, etnias e grupos em luta material e simbólica (TEDESCO, 2004, p.75-6).

---

<sup>4</sup> Para melhores esclarecimentos sobre o período de migração mencionado cf. SILVEIRA, Isolda Maciel; GATTI, Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 4, n. 1, p. 43-66, jul.1988.

Nesse novo cenário de disputa discursiva e visual, a cultura e identidade indígena passam a ser vítimas de preconceitos, quando por vezes é secundarizada na produção artística local, como veremos mais adiante.

### 3. Intensificam-se os preconceitos ao indígena

O preconceito e a negação da identidade indígena são constantemente evidenciados em pesquisas<sup>5</sup> locais. Mas não observamos nesses estudos, uma maior preocupação em analisar os meios que reforçam esse preconceito. Diante desse problema, buscamos analisar nessa seção, como os discursos ora criam, ora fortalecem o preconceito ao indígena e as suas tradições.

Um dos meios difusores de informação, que constantemente estimula os preconceitos, são os meios de comunicação de imprensa. As raras vezes em que esses veículos de informação se reportam aos indígenas, são em episódios de violência, como é o caso da reportagem a seguir:

Durante a segunda noite de folia, conforme a PM, houve apenas um início de tumulto na avenida, que foi contido rapidamente; o caso de uma jovem que passou mal por ingerir muita bebida alcoólica, mas foi levada ao hospital pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e um indígena que foi encaminhado à Casa de Saúde do Índio (Casai), após agredir uma menina (OLIVEIRA, 2014, p. 01).

Diante do exposto, é possível perceber que a reportagem busca sensacionalizar a figura do indígena, com matérias de cunho identitário e não pessoal, buscando chocar a sociedade e enfatizando um caso isolado de agressão.

---

<sup>5</sup> Uma das pesquisas acadêmicas que discutiu sobre o preconceito ao indígena no município de Boa Vista/RR, foi a de Priscila Delarmelina Salvat Cipriano. No trabalho, Priscila discute sobre o forte preconceito étnico para com os indígenas locais. Para melhores esclarecimentos sobre essa discussão, cf.: CIPRIANO, Priscila Delarmelina Salvat. ***O preconceito étnico no processo de formação identitário do indígena urbano de Boa***

Nesse caso, percebemos como a palavra “é um fenômeno ideológico por excelência” (Bakhtin, 2006, p.34) e transita entre os sistemas ideológicos. De acordo com Bakhtin, ela preenche a função ideológica:

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa (BAKHTIN, 2006, p. 35).

Outra reportagem, intitulada “Índigenas dormem em frente a bar no bairro São Vicente”, publicada na Folha Web (jornal de Boa Vista), busca fomentar o preconceito à figura do indígena. Na reportagem, o jornalista busca denegrir a imagem desses sujeitos, associando-os a desordeiros:

Em um bar localizado no bairro São Vicente, zona Oeste, na avenida Benjamin Constant, próximo à Cadeia Pública, a Folha flagrou duas pessoas com traços indígenas dormindo no chão. Um estava deitado no meio-fio e outro na porta do estabelecimento. O local já é bem conhecido pelos moradores da região por ser ponto de encontro de indígenas e também de usuários de drogas (FOLHA WEB, 13/01/2014).

Considerando esse contexto, podemos reafirmar que as identidades são construídas e reelaboradas no discurso, de acordo com cada realidade e com os interesses que estão em jogo, como muito bem ressaltou Hall (2009).

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas

específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma identidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2009, p.109).

Os meios discursivos, como já foram situados, buscam denegrir a imagem do indígena na região, já as produções artísticas buscam omitir a importância do indígena na formação histórica e identitária do Estado, como veremos na sequência.

#### 4. Os indígenas nos monumentos: disputas em torno da memória

Os monumentos evocam o passado de uma sociedade, no caso do estado de Roraima a disputa por esse passado é visualizada claramente. Raros são os monumentos que representam a figura do indígena<sup>6</sup>, e quando ele é representado é secundarizado.

Um dos monumentos que secundarizam o indígena na formação identitária roraimense é a obra ‘Monumento aos pioneiros’, esculpida em concreto pelo artista plástico Luiz Canará. O monumento é considerado um Cartão Postal da cidade. Ele foi construído na década de 90, como parte integrante do ‘Projeto Raízes’ (projeto que revitalizou o centro histórico de Boa Vista). Para Santos (2003), o monumento tentou representar a história de formação de Boa Vista (capital) e do Estado.

Um, é quando procura reproduzir o perfil do Monte Roraima, ponto mais elevado do Estado, marco de fronteiras entre Brasil, Venezuela e República Cooperativista da Guiana e, o outro, está no muro de arrimo, que procura lembrar o Forte São

---

<sup>6</sup> A representação dos povos indígenas na produção artística do estado está mais restrita a pintura em tela, nos trabalhos de artistas locais e no artesanato. Extrapolando o artesanato e as pinturas em tela, existem poucas obras que representam esses sujeitos. Existe no estado um grupo de artistas, de diferentes etnias indígenas de Roraima, (Amazoner Okaba, Bartô, Carmézia Emiliano, Isaías Miliano e Jaider Esbell) que vêm se articulando

Joaquim, construído pelos portugueses em 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, hoje em ruínas (SANTOS, 2003, p.74).

Os povos indígenas de Roraima, de modo geral, aparecem nos discursos como um elemento que não contribui para o 'progresso'. Um exemplo claro dessa representação de inferioridade do índio com os colonizadores do Estado pode ser visto no 'Monumento aos Pioneiros'. Essa obra, como observou Raimundo Nonato Gomes dos Santos (2003), é uma auto-representação histórica da elite local, que representa a sua relação de superioridade com relação aos povos indígenas.

IMAGEM 01: Monumento aos Pioneiros



**Fonte:** FAVRETO, Cristiane Bade. 'Monumento aos Pioneiros'. Data: 15/07/2014.

---

para dar visibilidade as suas obras (obras que dão destaque a riqueza das tradições indígenas). Desde 2.000, esse grupo está participando de eventos e edições de bienais em outros estados.

Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias.  
Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil - [revistasimbiotica@gmail.com](mailto:revistasimbiotica@gmail.com)

Na obra exposta podemos observar do lado esquerdo os seguintes elementos: a chegada de algumas famílias, uma canoa carregando uma família, algumas pessoas transportando seus pertences. No plano de fundo, o artista esculpiu elementos dos campos roraimenses e o Buriti, para representar a chegada dos colonizadores na região. O homem montado a cavalo sugere o predomínio do colonizador sobre o povo indígena, um símbolo que indica essa interpretação é a pata do cavalo sobre o ombro do Makunaima<sup>7</sup> (personagem esculpido em alto relevo). Atrás do Makunaima, o artista esculpiu um grupo de indígenas. Se observarmos bem a cena, notamos que o espaço destinado ao colonizador na obra é muito maior que o do indígena, elemento simbólico que sugere a dominação do colonizador na região.

Quanto ao contexto histórico de produção dessa obra, cabe situar a análise que Santos (2003) fez sobre o período. Em sua apreciação, o autor dá destaque ao momento conflituoso que Roraima vivenciava:

Entendemos que o momento em que foi produzida a obra é caracterizado pela relação entre a sociedade indígena e não-indígena construída ao longo da década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990. Como sabemos, trata-se de uma época de tensão, período de organização dos povos indígenas para lutar pelos seus direitos, anos de resistência destes grupos na tentativa de rever direitos que estavam perdendo, momento que as autoridades locais e nacionais batem cabeça e são obrigadas a dar respostas não só a sociedade brasileira, mas ao mundo. Estava em pauta a demarcação das terras indígenas, a indenização e retirada de fazendeiros das áreas reivindicadas, a explosão de pistas de pouso e retirada de garimpeiros dos territórios indígenas. Foi um período em que muitas vidas foram consumidas ou ameaçadas na construção da história deste Estado. (...) Entretanto, vemos neste quadro os indígenas com sua presença direta numa imagem construída pela elite local em um momento bastante significativo, pois se trata de uma ocasião em que a sociedade roraimense se volta para o seu passado e procura se reconhecer na sua própria história, e na representação que produziu, a presença indígena está garantida de forma bastante concreta (SANTOS, 2003, p.74).

---

<sup>7</sup> Makunaima é uma personagem da mitologia indígena



Considerando o cenário de disputa pela memória, destacamos outra pesquisa que discutiu o mesmo tema no Estado. Elisangela Martins, em 2011, apresentou um trabalho sobre as disputas pela memória, focando a praça central de Boa Vista e seu entorno. No referido texto, indicou vários monumentos que foram alvos de disputas, dentre os quais destacamos o monumento ao garimpeiro<sup>8</sup>. “A inquietação daqueles que se consideravam pioneiros com a instalação do *Garimpeiro* demonstra o reconhecimento do Centro Cívico como um espaço que se constituiria como um palco para garantir a memória do que teria sido o início de Roraima” (Martins, 2011, p.5).

No Estado de Roraima, as famílias com expressiva força política e econômica sempre buscam a hegemonização do passado e do futuro. Historicamente, essa situação é comum, como destacou Tedesco:

Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem-se monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas (TEDESCO, 2004, p.79).

Outro monumento que busca fomentar o poder de um político na região é o busto<sup>9</sup> do ex-governador de Roraima Ottomar de Souza Pinto<sup>10</sup>, que fica localizado na parte frontal do quartel do Comando Geral (QCG) da polícia militar. Como o quartel representa, para uma sociedade, símbolo de força, a figura representa exatamente isso para as pessoas.

Constantemente essa figura política é homenageada nos órgãos públicos. Uma dessas homenagens foi o hospital inaugurado em março de 2014 no município de Rorainópolis, que

---

<sup>8</sup> O monumento ao garimpeiro é uma estátua localizada na Praça do centro Cívico. A obra foi inaugurada em fins na década de 60 para homenagear os garimpeiros da região. É importante destacar que o garimpo não era uma atividade econômica muito forte nesse período.

<sup>9</sup> Ele foi inaugurado na ocasião em que a Polícia Militar de Roraima completou 34 anos de criação (26 de novembro de 2007) (FOLHA DE BOA VISTA, 07/11/2009). Nessa ocasião, o local passou a se chamar ‘Quartel de Comando Geral Governador Ottomar de Souza Pinto’.

<sup>10</sup> Sobre sua trajetória política cabe ressaltar que de 1979 a 1983 foi nomeado governador do então Território Federal de Roraima. De 1986 a 1990 foi deputado federal. Ottomar foi o primeiro governador eleito do Estado de Roraima (gestão 1991-1994). Em 1996 foi prefeito de Boa Vista. Em 2004 substituiu o então governador Francisco Flamarion Portela, cassado por crime eleitoral em sua campanha de 2002. Em 2006 ele é reeleito, falecendo em 2007 (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/12/2007).

fica no sul do Estado. Esse local passou a se chamar Hospital Regional Sul Ottomar de Souza Pinto. Essa exaltação, dada tanto a Ottomar como a outros colonizadores da região, tende a ocultar outros sujeitos que contribuíram para a formação identitária.

Grande parte da produção de monumentos que trata da constituição identitária de Roraima é constituída por diversas construções e exaltações ao ‘pioneirismo’ do colonizador – em especial das famílias que governaram o estado ou tiveram grande poder econômico. Tal orientação, por outro lado, minimiza, secundariza ou silencia outros sujeitos e práticas, dentre as quais destacamos a presença do índio. Em termos da escrita da história e produção monumental, ao ser dada ênfase à última ocupação como a fase do progresso, da civilização e da incorporação ao estado nacional e ao mercado, enaltecendo os desbravadores das matas, o passado é tratado de modo superficial.

É importante lembrar que os monumentos não possuem um sentido original e uma linguagem única. Eles ganharam múltiplos significados no curso de sua existência. No entanto, eles são usados para perpetuar poder.

Ao mesmo tempo em que muitos patrimônios são valorizados, em virtude do prestígio que propiciam a alguns grupos sociais no Estado, também podem ser identificados diversos patrimônios em estado de abandono, devido ao descaso do poder público e descuido da sociedade civil<sup>11</sup>.

Como podemos acompanhar existem claramente práticas do mecenato<sup>12</sup> em nosso Estado – ‘Monumento aos Pioneiros’, encomendado e construído para simbolizar o domínio das famílias que estavam no poder político; construções de busto e hospitais para legitimar o poder de algumas famílias locais –, muito próximo do que Caius Cilnius Mecenas fez na

---

<sup>11</sup> Cf. BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira; FALCÃO, Márcia Teixeira; SILVA, Georgia Patrícia da. **O caso e o descaso o patrimônio cultural da cidade de Boa Vista-RR**. CULTUR - Revista de Cultura e Turismo, ano 05 - nº 02 - Ago/2011. p. 61-75.

<sup>12</sup> Mecenato é uma atividade de incentivo, apoio e amparo a produção artística e científica. Ela teve início na antiguidade com Caius Cilnius Mecenas e intensificou-se no renascimento, com um amplo movimento de revalorização das artes pelas famílias aristocráticas, ricos mercadores e membros do clero como forma de expressão de seu status junto à sociedade.

antiguidade, ministro do imperador Caio Julio Augusto, para construir uma política de relacionamento entre governo e sociedade, procurando usar a arte para legitimar o seu poder.

Para termos uma ideia clara de como a cultura indígena não é valorizada na região, destacamos os bens culturais tombados (de natureza material) pela prefeitura municipal de Boa Vista:

**TABELA 01** - Bem materiais tombados pela prefeitura municipal

|   |
|---|
| Colégio Euclides da Cunha (confluência das ruas Inácio Magalhães e Bento Brasil)                                    |
| Prédio residencial e comercial (avenida Jaime Brasil, nº 142 – Centro)  |
| Casa das 12 Portas (avenida Jaime Brasil, nº 115 – Centro)  |
| Prédio residencial (avenida Jaime Brasil, nº 89 – Centro)   |
| Antiga Bandeirante (avenida Jaime Brasil, nº 71 – Centro)   |
| Depósito Bandeirante (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)             |
| Fábrica de Gelo (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)                  |
| Incra (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)                            |
| Secretaria Municipal de Educação (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe) |
| Centro de Artesanato (travessa Floriano Peixoto, no trecho da avenida Jaime Brasil ao Mercado do Peixe)             |
| Muro do Mercado na rua Floriano Peixoto (da avenida Jaime Brasil ao Porto de Cimento)                               |
| Prédio comercial - Meu Cantinho (rua Floriano Peixoto, nº 22 – Centro)  |
| Prédio residencial (rua Floriano Peixoto, nº 34 – Centro)   |
| Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 101 – Centro)   |
| Prédio comercial (rua Barreto Leite, nº 11 – Centro)  |
| Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 95 – Centro)  |
| Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 29 – Centro)  |
| Prédio residencial (rua Barreto Leite, nº 19 – Centro)  |
| Igreja de Nossa Senhora do Carmo (rua Floriano Peixoto, s/n – Centro)   |
| Igreja de São Francisco das Chagas (avenida Capitão Júlio Bezerra com avenida Major Williams – São Francisco)       |
| Prédio comercial (avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 697 – São Francisco)  |
| Prédio comercial (rua Bento Brasil, nº 72 – Centro)   |
| Hotel Euzébio's (rua Cecília Brasil, nº 1517 – Centro)  |
| Prelazia (rua Bento Brasil, s/n – Centro)   |

|  |
|--|
| Escola São José (rua Floriano Peixoto, nº 251 – Centro)                              |
| Associação Comercial de Roraima (avenida Jaime Brasil, nº 221 – Centro)              |
| Igreja de São Pedro (rua Miguel Luppe Martins, nº 360 – São Pedro)                   |
| Catedral Cristo Redentor (Praça do Centro Cívico s/n - Centro)                       |
| União Operária Beneficente (avenida Nossa Senhora da Consolata com rua Alfredo Cruz) |

**Fonte:** FETEC. Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista. Boa Vista: Gráfica Lóris, 2011, p. 66-67.

A listagem deixa claro que grande parte dos bens tombados, exceto o Centro de Artesanato, evoca a memória dos colonizadores não indígenas. Tampouco observamos interesse da sociedade civil e política em listar os bens imateriais do Estado que evoquem as tradições indígenas.

Considerando as representações artísticas e monumentos citados ao longo dessa seção, notamos que o indígena é um personagem secundário, por vezes silenciado, na história de Roraima. Acreditamos, desse modo, que essa falta de valorização das tradições indígenas, faz parte do projeto de uma Elite local que busca excluir o indígena da história oficial do Estado.

## 5. Considerações finais

A memória e a identidade de uma população se exteriorizam em objetos e fora deles. O estudo do patrimônio cultural, desse modo, nos forneceu um embasamento de como as formações identitárias se estabeleceram no Estado.

As disputas pela memória e identidade, como vimos ao longo do texto, se dão em diferentes níveis. Os conflitos por esse campo se tornam cada vez mais visíveis aqui no Estado, em especial, a disputa via níveis discursivos. A memória patrimonial, portanto, é uma construção social como afirmou Tedesco (2004):

Entendemos ser a memória patrimonial uma construção social, da qual se disputam seus enunciados discursivos, sua atribuição de valor, suas práticas, que assegurem sua preservação e inviolabilidade. Existe um campo de disputas por significados e pela legitimação e hegemonia do mesmo inserido num campo entre classes, etnias e grupos em luta material e simbólica (TEDESCO, 2004, p. 75-76).

Acompanhamos ao longo do texto que são raras as vezes em que os povos indígenas de Roraima são representados nos monumentos. As famílias com um expressivo poder econômico e político no Estado, através dos diferentes espaços de comunicação, buscam mostrar seu domínio sobre a cultura indígena. Faz-se necessária, portanto, como desafio acadêmico, uma discussão mais ampliada dos diferentes projetos da elite local que buscam reafirmar constantemente a sua superioridade na história local, a custo do silenciamento de outras culturas.

## 6. Referências

BAKHTIN, Mikhail (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec.

BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira; FALCÃO, Márcia Teixeira; SILVA, Georgia Patrícia da (2011). *O caso e o descaso o patrimônio cultural da cidade de Boa Vista-RR*. CULTUR - Revista de Cultura e Turismo, ano 05 - nº 02 - Ago. p.61-75.

CIPRIANO, Priscila Delarmelina Salvat (2014). *O preconceito étnico no processo de formação identitário do indígena urbano de Boa Vista-Roraima*. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Roraima, Curso de Psicologia. Boa Vista. 68 p.

FOLHA DE BOA VISTA (2009). *Polícia militar promoveu 176 oficiais e praças*. Ano XXXIV. Edição 5572. 07/11/2009. Disponível em: [http://www.folhabv.com.br/Noticia\\_Impressa.php?id=73816](http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=73816). Acesso em 15 /05/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO (2007). *Saiba mais sobre Ottomar de Sousa Pinto*. Folha online 11/12/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/12/353864-saiba-mais-sobre-ottomar-de-sousa-pinto.shtml>. Acesso em 15/05/2014.

FOLHA WEB (2014). *Indígenas dormem em frente a bar no bairro São Vicente*. Folha online 13/01/2014. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=163671>. Acesso em 07/06/2014.

FREITAS, Marcos Antonio Braga de (2011). **O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena**. Estudos R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 232, p. 599-615, set./dez.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA – FETEC (2011). **Inventário do patrimônio cultural de Boa Vista**. Boa Vista: Gráfica Lóris.

HALL, Stuart (2009). Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. p.232- 247.

MARTINS, Elisangela (2011). **Memórias de disputas e disputas pela memória na praça central de Boa Vista**, RR. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de (2003). **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese de doutorado. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. 378p.

OLIVEIRA, Valéria (2014). **Segundo dia da festa de carnaval em Boa Vista foi tranquilo, diz PM Valéria Oliveira**. G1 – Roraima: Notícias e vídeos da Rede Amazônica. 02/03/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/03/segundo-dia-da-festa-de-carnaval-em-boa-vista-foi-tranquilo-diz-pm.html>. Acesso em 15/03/2014.

PELEGRINI, Sandra C. A (2007). O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e memória**. Assis:Unesp/CEDAP.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos (2003). **Roraima: a construção de identidades políticas indígenas e não indígenas no final do século XX**. Dissertação de mestrado, UFRJ/IFCS/PPGHIS, 180p.

SILVEIRA, Isolda Maciel; GATTI, Marcelo (1988). **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 4, n. 1, p.43-66, jul.

SOUZA, Carla Monteiro de (2001). **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

TEDESCO, João Carlos (2004). **Nas Cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF.

## História de mediadores: a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos em Mirandiba/PE, Brasil

## História de mediadores: la implantación del Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en Mirandiba/PE, Brasil

## Story of mediators: the implementation of the Food Acquisition Program (PAA) in Mirandiba/PE, Brazil

Recebido em 11-02-2015  
Aceito para publicação em 21-10-2015

Xavier Faure<sup>1</sup>

**Resumo:** No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – política pública de compra dos produtos da agricultura familiar para o abastecimento de entidades públicas e civis – concretiza-se localmente em projetos circunscritos e contingentes, mediados por atores posicionados entre os governos e as comunidades rurais. Podemos indagar se as intervenções desses mediadores no Brasil rural manifestam formas de governança mais participativas, democráticas, ou uma sutil reconfiguração de práticas de “governança tradicional”, verticalizadas, individualizadas e clientelistas. Essa etnografia apresenta um estudo de caso de lideranças de uma ONG local que contribuíram para implantar o PAA no município de Mirandiba (Sertão de Pernambuco).

**Palavras-chaves:** mediador; política pública; agricultura familiar; desenvolvimento rural.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, campus I. Campina Grande, Brasil. E-mail: [xavfaure@hotmail.com](mailto:xavfaure@hotmail.com)

**Resumen:** En Brasil, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA)- política pública de compra de los productos de la agricultura familiar para el abastecimiento de entidades públicas y civiles- se centra localmente en proyectos circunscritos y contingentes, mediados por actores posicionados entre los gobiernos y las comunidades rurales. Podemos indagar si las intervenciones de estos mediadores en el Brasil rural manifiestan formas de gobernanza más participativas, democráticas, o una sutil reconfiguración de formas de “gobernanza tradicional”, verticalizadas, individualizadas y clientelares. Esta etnografía presente un estudio de caso de líderes de una ONG local que contribuyeron para implantar el PAA en el municipio de Mirandiba (Interior de Pernambuco).

**Palabras clave:** Mediador; política pública; agricultura familiar; desarrollo rural.

**Abstract:** In Brazil, the Food Acquisition Program (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) – public policy which aims at buying family farming products for the supply of public institutions and civil society – locally materializes into temporary and contingent projects, implemented by actors positioned between governments and rural communities. We may wonder whether the actions of these mediators in rural Brazil represent kinds of more participative, democratic governancies or a subtle reconfiguration of traditional, vertical, individual and clientelist practices. This ethnography presents a study case of local NGO leaders who contributed to deploy the PAA in the town of Mirandiba (Sertão de Pernambuco).

**Keywords :** Mediator; pulic policy; family farm; rural development.

## 1. Introdução

As políticas brasileiras de apoio à agricultura familiar<sup>2</sup>, que desde os anos 90 tendem a ser mais descentralizadas, necessitam, para sua concretização, da atuação de mediadores locais. Pertencendo ao mundo rural e agindo em Organizações Não Governamentais (ONG), cooperativas ou associações comunitárias, esses atores contribuem para a transferência de programas públicos cuja implantação requer iniciativas de entidades representativas dos

---

<sup>2</sup> A categoria ‘agricultor familiar’ remete a um público alvo definido para a intervenção pública, através de políticas nacionais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).



agricultores. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, obedece a essa lógica de participação: os representantes dos beneficiários montam um projeto a ser encaminhado para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que, a seguir, aprova ou não os pedidos apresentados.

Antes de apresentar de maneira mais detalhada o PAA, gostaríamos de sublinhar o que entendemos como mediador. Longe de uma definição ontológica do termo, pretendemos fazer uso de uma categorização pragmática, baseada não no que são esses atores, mas no que eles fazem, de maneira mais ou menos pontual e objetivada. O mediador, nesse sentido, seria um ator participando da circulação e alocação de fundos, bens ou serviços das esferas do poder público (ou de agências internacionais) para as esferas locais. Tal definição se aproximaria do conceito de *broker* (*courtier* em francês) amplamente difundidos na Antropologia Política e na Antropologia do Desenvolvimento<sup>3</sup>, as quais analisam, entre outros, as redes de atores, em contextos onde circulam recursos materiais e bens simbólicos<sup>4</sup>.

Outro ponto importante no recorte do objeto é que, na perspectiva adotada – empírica, local, etnográfica, centrada nos atores – o mediador é um ator individual e não coletivo. Individual porque cremos que a descrição das interações locais necessita “seguir de perto” a trajetória de personalidades transitando entre diferentes universos, organizações e sistemas de valores. Os indivíduos, aqui ambivalentes e contraditórios, escapam às categorizações e reificações; suas subjetividades e suas estratégias não se encaixariam numa identidade coletiva, a qual limitaria a percepção da complexidade dos processos de mediação.

Assim, nesse trabalho, o mediador seria uma personalidade, posicionada numa entidade investida de certo poder e que contribui para transferir localmente o PAA: sem essa contribuição, o programa não seria implantado, ou o seria de maneira diferente.

---

<sup>3</sup> Ver na literatura de língua inglesa: Bailey (1969); Boissevain (1974); Long (1994, 2001); e na literatura de língua francesa: Biershenk, Chauveau, Olivier de Sardan (2000); Mongbo (2000).

<sup>4</sup> Essa categorização não abarca todos os sentidos do termo “mediação”, em particular a ação de conciliação entre grupos diferenciados, a mediação cultural ou a mediação de saberes.

Criado em 2003, no âmbito do Programa 'Fome Zero', o PAA<sup>5</sup> tem como objetivo promover a segurança alimentar dos grupos atendidos por instituições que prestam assistência social e educativa, possibilitando, ao mesmo tempo, o aumento da renda dos agricultores familiares. Um objetivo mais estrutural é reforçar as organizações da agricultura familiar, como cooperativas e associações comunitárias, para que elas possam ser responsáveis pelo processo de mobilização e execução do PAA nas regiões rurais<sup>6</sup>.

Na modalidade de 'Compra com Doação Simultânea'<sup>7</sup>, o PAA compra sem licitação a produção dos agricultores familiares e a redistribui para entidades públicas (escolas, creches, hospitais) ou integrantes da sociedade civil (pastorais da criança, associações caritativas) atendendo a grupos considerados vulneráveis ou a crianças de regiões desfavorecidas. A concretização das ações, como foi dito anteriormente, é realizada através de pedidos de projeto: associações de agricultores, cooperativas e/ou sindicatos elaboram propostas que são instruídas em cada Estado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os projetos aprovados têm vigência de um ano, prolongáveis até atingir as metas de produção previstas. Cada agricultor dispõe de valor máximo de produção, que ao longo da existência do programa, passou de R\$ 2.500,00 a R\$ 8.000,00 entre 2002 a 2014. Uma vez concluído o projeto, é preciso elaborar uma nova proposta a ser instruída novamente pela Conab.

O PAA, transferido nos espaços rurais, remete a uma colaboração mediada entre grupos heterogêneos: o dos promotores e dos promovidos pela política, que vivem em universos mentais e pragmáticos diferentes. Portanto, pode-se perguntar de que forma as práticas de mediação contribuem para a defasagem entre a política idealizada, moldada pelos discursos normativos inscritos na esfera governamental e da sociedade civil e a política mais efetiva, moldada pelas lógicas dos atores nas esferas dos agricultores e de outras populações rurais.

A questão formulada levou-nos a fazer uma etnografia dos mediadores, acompanhando-os nas suas atividades para observar o seu papel no processo de reformulação do programa idealizado pelo governo. Nesse sentido, pode-se analisar como concepções locais de poder –

---

<sup>5</sup> O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) são responsáveis do financiamento do programa.

<sup>6</sup> Entidades públicas, como as prefeituras, ou órgãos de extensão rural, podem também mediar o programa.

<sup>7</sup> O PAA é operacionalizado em várias modalidades: 'Apoio a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar', 'Compra Direta da Agricultura Familiar', 'Incentivo a Produção e ao Consumo do Leite', 'Compra Institucional' e enfim 'Compra Com Doação Simultânea', esta última sendo estudada neste trabalho.

que orientam em parte a atuação dos mediadores e suas relações com os beneficiários – influem sobre a execução dos projetos. Em particular, pode-se pensar como as formas consideradas tradicionais de mediação ainda existentes no Brasil rural, hierarquizadas, personalizadas, patrimoniais, clientelistas, convivem com as novas formas, em tese mais participativas, coletivas e democráticas, promovidas pelas políticas.

Nesta etnografia, a mediação é estudada através do PAA realizado em Mirandiba<sup>8</sup>, município rural de 14.308 habitantes (IBGE, 2010) do sertão pernambucano, que foi o palco da implantação maciça desta política. A fase inicial do programa, de 2004 a 2006, será mais enfatizada, mas as mudanças ocorridas ao longo dos quatro projetos implantados no município entre 2005 e 2011 serão também evocadas.

O foco da análise alude às colaborações e confrontos de três personalidades no quadro da implantação do PAA: uma decisiva na mobilização preliminar dos agricultores, outra na montagem da proposta de projeto e a última ganhando influência na sua execução concreta.

Em um primeiro momento, faremos referência ao marco teórico acerca de mediação e dos mediadores (no mundo camponês, nas políticas de desenvolvimento rural, e num quadro mais geral, envolvendo circulação de recursos entre governos e populações locais). Num segundo momento, descreveremos a eclosão e os primeiros desdobramentos do PAA de Mirandiba, através da atuação de três dos seus principais mediadores.

## **2. O marco teórico: os *brokers* nas sociedades camponesas, nos projetos de desenvolvimento rural, e nas redes de circulação de recursos**

Os sociólogos e antropólogos das sociedades camponesas insistiram sobre as oportunidades que conferem a função de mediação no meio rural. Mendras (1995), na perspectiva da relação entre sociedade camponesa e ‘sociedade englobante’, evocou os papéis e as funções de intermediários das notabilidades camponesas: esses indivíduos, frequentando ao mesmo tempo o mundo urbano das instituições políticas e o mundo camponês, usufruem de sua

---

<sup>8</sup> De 2009 a 2013, o autor do presente estudo etnográfico trabalhou como voluntário internacional numa pequena ONG de Mirandiba, a ‘Associação Conviver no Sertão’, que coordenou o PAA junto com associações locais de agricultores. O autor não assumiu responsabilidades concretas no programa.

posição ao construir clientela formada por pessoas que deles dependem para ter acesso a serviços e recursos. Essa formação de grupos em situação de dívida requer do intermediário uma estratégia de construção de clientela cativa, de isolamento da sociedade camponesa; neste contexto, a mediação visa a fazer do mediador o único ator, possibilitando a relação dos camponeses com a ‘sociedade englobante’.

Na Antropologia Política, Boissevain (1974) considerou o mediador numa perspectiva mais interacionista, descrevendo-o como um empreendedor jogando consoante as normas e as redes de relações sociais. Para o referido autor, “a broker is a professional manipulator of people and information who brings about communication for profit” (Boissevain, 1974, p. 148). Em relação à Mendras (Op. Cit.) que identifica um mediador integrado num mundo bipolar (camponeses e sociedade englobante), Boissevain (1974) enfatiza a multipolaridade do espaço de interações, vendo o mediador como uma pessoa inserida num universo fragmentado, feito de teias e de múltiplos pontos nodais<sup>9</sup>. Nessa rede complexa, o empreendimento do mediador procede não de uma busca direta de lucro, mas de um objetivo de formação e fortalecimento de um capital social de relações e influência.

Contribuições significativas sobre as mediações nos projetos de desenvolvimento rural remetem aos trabalhos da Associação APAD<sup>10</sup> e, em particular, a uma coletânea dirigida por Bierschenk, Chauveau e Olivier de Sardan (2000) sobre os *courtiers en développement* – literalmente, os corretores de desenvolvimento, numa perspectiva semelhante à do *broker* de Boissevain (Op. Cit.). Os autores, referindo-se a contextos de países da África Ocidental, evocam a ‘lógica de descoberta’ dos *courtiers*, a qual os impele, sem intenção planejada, a aproveitar uma determinada posição, uma determinada competência ou um determinado capital de relações para aprender de maneira intuitiva as funções de *courtage* em projetos de desenvolvimento.

Ao longo desse processo, os mediadores devem demonstrar qualidades específicas. A primeira delas é dispor de sólidas competências retóricas, como falar a “linguagem do desenvolvimento” (Bierschenk; Chauveau; Olivier de sardan, 2000), que é a forma de discursos das agências internacionais e das ONGs. Além disso, a posição de interface do

<sup>9</sup> Boissevain realizou suas pesquisas em sociedades mediterrâneas e irlandesas, urbanas e rurais.

<sup>10</sup> *Association euro-africaine pour l’anthropologie du changement social et du développement.*

*courtier* o obriga a dominar a língua dos agricultores e a traduzir os discursos de um campo social para o outro.

A segunda qualidade é a de registro organizacional: o *courtier* deve ter uma determinada aptidão à gestão e coordenação de pessoas e recursos, à elaboração de projetos. Ademais ele precisa dispor de uma capacidade cenográfica, que consiste em saber montar uma vitrine (um projeto modelo, uma horta comunitária, um grupo de mulheres organizadas) capaz de seduzir financiadores e técnicos em visita de campo (Mongbo, 2000).

Outra influência deste artigo – a ‘escola’ de Wageningen<sup>11</sup> – defende uma perspectiva centrada nos atores inseridos no contexto de projetos de desenvolvimento rural em países considerados pobres ou emergentes. Um de seus autores, Long (1994), argumenta que:

(...) os atores sociais não são simplesmente vistos como categorias sociais desencarnadas (baseadas na classe ou outros critérios de classificação) ou como receptores passivos da intervenção, mas, sobretudo, como participantes ativos que tratam as informações e seguem estratégias nas suas relações, seja com os diversos atores locais, seja com as instituições e representantes exteriores (LONG, 1994, p. 5. Tradução livre do pesquisador).

Tal visão confere uma importância significativa aos mediadores, que, a partir de suas posições na interface entre o interior e o exterior das comunidades e grupos, mobilizam e acionam uma grande gama de discursos, informações e conhecimentos destinados a grupos variados. Por existir pela ação, os mediadores, no conceito de *agency* usado por Long (2001), dependem da emergência de outros grupos de atores que se engajam nos processos de mediação.

No Brasil, os mediadores são objeto de estudos sobre o aspecto políticos da mediação, em particular nos programas de desenvolvimento rural, reforma agrária e de promoção das comunidades negras e indígenas. Neves (2008) descreve os mediadores com sendo, em grande parte:

---

<sup>11</sup> Trata-se da Universidade Agrônômica de Wageningen (Hollanda).

(...) militantes políticos fundamentais no exercício de constituição, de consagração e de divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos” (NEVES, 2008, p.6).

Nessa perspectiva, a mediação, “(...) processo social e dialético (...)” (Neves, 2008, p.5), necessita da institucionalização de programas e atores visando à consagração de novas formas de organização da sociedade, teoricamente mais democráticas e igualitárias.

Em outro artigo, ‘O Associativismo e a Imposição do Agricultor Solidário’, centrado nas questões de ‘captação’ de programas e benefícios, Neves (2005) relata a dificuldade de construir um projeto coletivo e de longo prazo no quadro do movimento social de base. As associações, “(...) apêndices da ação do Estado (...)” (Neves, 2005, p. 5), por serem impostas na execução de políticas públicas, representam para os agricultores uma ferramenta de captação pontual e contextualizada de benefícios. Ao invés de ser a emanção de uma missão coletiva de agricultores promovendo seus direitos, a associação se manifesta, nas mediações com os órgãos públicos, pela atuação do seu representante, cuja função é buscar, num momento determinado e numa situação determinada, um benefício concreto do poder público, no sentido de redistribuí-lo aos associados. Essa liderança, interface entre o governo e os agricultores, é vista como “(...) o porta-voz que sabe correr atrás, que é capaz, por insistência, de furar barreiras para assegurar a transferência de bens (...)” (Neves, 2005, p.7).

Outro trabalho significativo, que também enfatiza a transferência e alocação de recursos materiais, é ‘O cotidiano da política’ de Karina Kuschnir (2000). Nesse livro, a autora acompanha mediadores políticos manejando informações e acesso (contatos estratégicos) como instrumento de redistribuição de determinados benefícios para seus eleitores. Numa perspectiva antropológica, preocupada com a subjetividade dos atores, Kuschnir (2000) realiza a etnografia de uma vereadora do Rio de Janeiro, analisando, através de sua trajetória de vida, as formas como transita entre universos distintos e faz transitar recursos entre as esferas do poder público e dos eleitores.

### 3. O quadro em que nasceu o PAA de Mirandiba: uma pequena ONG rural liderada por um mediador demonstrando um forte comprometimento com a causa dos agricultores

Foi uma ONG criada em Mirandiba, a Associação Conviver no Sertão (conhecida como 'Conviver'), que tornou possível a transferência local do PAA. Antes disso, o diretor da ONG tinha contribuído para preparar um quadro favorável às atividades do PAA, ao impulsionar uma dinâmica de mobilização dos agricultores.

Filho e neto de agricultores em Mirandiba, o diretor da 'Conviver', 'criado na roça', como ele mesmo afirma, não teve a oportunidade de estudar além do ensino fundamental, mas desenvolveu, na prática, competências para lidar com agricultores e órgãos governamentais. Envolvendo-se desde cedo nas atividades militantes de um movimento local impulsionado por Nelson Pereira de Carvalho, primeiro prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) eleito em Pernambuco em 1992, a pessoa que viria a se tornar o diretor da 'Conviver' distinguiu-se pelo seu engajamento, pelas suas qualidades de liderança e também pelo seu discernimento, conjugado a uma grande facilidade retórica, articulada nas questões da participação política dos pequenos agricultores.

Chamando a atenção de militantes e profissionais da sociedade civil regional e nacional, a liderança – que viria a ser diretor mais a frente – foi indicado por ser o representante dos agricultores na nova sede local da AS-PTA<sup>12</sup>, ONG nacional que iniciara projetos de convivência com o semi-árido<sup>13</sup> em parceria com o governo municipal (cuja gestão coordenada pelo prefeito petista era bastante inovadora<sup>14</sup>).

Quando a AS-PTA encerrou, em 2001, as suas atividades em Mirandiba, o coordenador local da ONG, junto com a nossa liderança e um agrônomo alemão (atuando na organização) mobilizou um grupo de 10 agricultores para criar uma entidade que daria continuidade aos

---

<sup>12</sup> A AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) tem em 2015 três escritórios no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Paraná.

<sup>13</sup> Na AS-PTA de Mirandiba, a 'convivência com o semiárido' materializava-se, de uma parte, em programas de melhoramento do acesso a água (cisternas de placas, por exemplo), e de outra, no apoio a auto-organização das comunidades rurais (fundos rotativos, fortalecimento das organizações de agricultores, incentivo a participação no conselho municipal de desenvolvimento).

<sup>14</sup> Essa gestão reformista consistia, em primeiro lugar, no apoio formal a participação local (criação de associações rurais e conselhos locais de desenvolvimento), e em segundo lugar, no acesso a projetos dos governos federais e estaduais, da sociedade civil, da cooperação internacional e da comunidade acadêmica.

trabalhos: a Associação Conviver no Sertão. E foi nessas circunstâncias que o nosso personagem se tornou de fato diretor da entidade recém-fundada.

Depois de longos meses de indecisões, em que o diretor mantinha as atividades de forma quase voluntária, a 'Conviver', em consequência das relações construídas pela AS-PTA de Mirandiba, iniciou em 2003 uma parceria com a *Actionaid*, ONG internacional que se desenvolvia no Brasil através da arrecadação de recursos proveniente do apadrinhamento de crianças<sup>15</sup>.

Firmada essa parceria, a 'Conviver' disporia de um orçamento anual para manutenção de um escritório e de uma equipe composta em 2005 por duas funcionárias e um funcionário, filhas e filho de agricultor (sendo um deles um jovem de 20 anos, que se tornaria o 'técnico'<sup>16</sup> desempenhando um papel importante na execução do PAA). O grupo montado, de formação de ensino médio, e pouco habituado ao trabalho de animação de uma ONG, formara uma equipe que se engajaria, de maneira autodidata, nos desafios da gestão de uma organização de apoio às comunidades rurais<sup>17</sup>. Pouco remunerada (um salário mínimo no máximo, e até menos), e bastante sujeita a autoridade paternal do diretor (que era tio das duas funcionárias femininas), essa equipe organizava as atividades ligadas à gestão do apadrinhamento de crianças (por exemplo, animação de pequenas oficinas nas comunidades rurais, durante as quais eram redigidas as correspondências das 'crianças apadrinhadas'). Enquanto os funcionários realizavam essas ações repetitivas, rotineiras, mas fundamentais – por assegurar a arrecadação de recursos da ONG – o diretor assumia as tarefas de maior prestígio, ligadas a gestão dos projetos direcionados as 'famílias apadrinhadas', os quais

---

<sup>15</sup> O apadrinhamento de crianças é um sistema de arrecadação de recursos, baseado num 'vínculo solidário' fortemente mediado entre um 'padrinho' (um doador, geralmente estrangeiro) e uma criança de uma região em 'situação de pobreza'. As doações são aplicadas em projetos de desenvolvimento na localidade onde vive a criança. Em torno deste dispositivo, efetua-se uma troca de correspondências entre o padrinho e a criança, conferindo, assim, mais visibilidade ao mundo a ser desenvolvido e ao impacto gerado pela ajuda do doador.

<sup>16</sup> Utilizamos as aspas porque o técnico aqui não tem formação profissional, o que não o impediu de adquirir, pela prática quotidiana, as qualidades associadas a esse tipo de funções.

<sup>17</sup> Esse ponto, enfatizando a aprendizagem intuitiva do trabalho de animação, indica que a 'Conviver' nunca atuou de modo fundamentado na zona rural. A equipe da pequena ONG, formada de pessoas do mundo rural, pouco remuneradas e sem formação profissional, não pode ser comparada com as equipes das ONGs mais abastadas, que apresentam um perfil que poderíamos chamar de 'militante', 'profissional' ou 'classe média'. Essas entidades, com seus quadros de funcionários especificamente formados, desempenham determinados tipos de intervenções moldadas por modelos normativos objetivados.



tiveram inicialmente como objetivo o acesso à água, o apoio à produção irrigada e o incentivo à pequena pecuária.

Durante esse período de lançamento do sistema de apadrinhamento de criança – chamado ‘vínculo solidário’ pelo financiador *Actionaid* – os recursos investidos nas comunidades eram ainda relativamente limitados (de R\$ 25.000 a R\$ 50.000 por ano). No entanto, eles conferiam a seu gestor, o diretor, a imagem de um chefe influente e dinâmico, capaz de imprimir uma lógica redistributiva a seu trabalho: os projetos implantados (poços, sistemas de irrigação, aquisição de cabritos e bodes) representavam, para as populações beneficiadas, o fruto dos esforços do diretor, cuja abnegação e influência eram empregadas em prol às famílias rurais.

Essa personalização da gestão da ‘Conviver’ marcava uma diferença para o diretor, comparando com o período em que ele era representante dos agricultores na AS-PTA. Contrariamente a AS-PTA, onde ele não gerenciava recursos (um militante profissional, originário do Rio de Janeiro, realizava a coordenação geral), na ‘Conviver’ o diretor tinha um acesso quase exclusivo aos recursos econômicos.

Já no momento de sua fundação, a nova entidade apresentava os sinais de uma organização centralizada, sujeita a uma gestão de recursos personalizada. A ‘Conviver’, nascida de uma situação muito precária (sem financiamentos, e com uma estrutura reduzida), foi sustentada inicialmente pelo diretor que, com seu comprometimento e suas competências de liderança expressando um grande discernimento, representava uma figura de referência para possíveis financiadores. Ao contrário dos demais associados da entidade, discretos e apagados, e que não inspiravam confiança as instituições externas, o diretor era, na percepção dos militantes das ONGs, ‘o cara que o movimento precisa’<sup>18</sup>. A *Actionaid* resolveu então apostar na ‘Conviver’, esperando que o diretor concretizasse todas as boas impressões que ele suscitava.

Como a *Actionaid* concedia uma grande autonomia às entidades parceiras (em termo de organização interna, definição das intervenções e gestão financeira), o diretor dispôs logo de

---

<sup>18</sup> Informação verbal cedida no dia 10 de março de 2014, pelo agrônomo alemão, integrante da Associação Conviver no Sertão.

uma grande liberdade. Ninguém, entre os doze associados da ‘Conviver’ (que eram todos agricultores, tirando o agrônomo alemão e dois filhos de agricultores), contestava essa soberania; e quando vieram os primeiros financiamentos do vínculo solidário – a serem investidos em projetos comunitários – ninguém contestou o desempenho centralizador do diretor.

No entanto, nosso personagem carecia de competências técnicas, em particular as relativas à prestação de contas e busca de financiamentos. Essas tarefas eram delegadas ao agrônomo alemão, que, afinal, desempenhava um papel importante sem o qual o diretor não teria forças suficientes para exercer suas atividades.

Assim, em vez de afirmar a existência de uma hegemonia no topo da ‘Conviver’, seria melhor falar de uma dupla muito complementar (o diretor e o agrônomo). Mas o que nos interessa nesse ponto da argumentação, é que o diretor usufruía da exclusividade da gestão financeira do vínculo solidário. De fato, a contribuição do agrônomo se resumia em enviar à *Actionaid* uma prestação de conta informatizada e padronizada, fruto de uma prestação prévia efetuada – no papel, na calculadora e na máquina de escrever – pelo próprio diretor. Os documentos de contabilidade, notas fiscais e recibos, não necessários na prestação da *Actionaid*, eram anexados pelo diretor, e enviados ao contador<sup>19</sup>.

Esses aspectos financeiros, fundamental na atuação do diretor, e na imagem que ele propagou na zona rural, eram, contudo, apenas uma faceta de sua liderança, que contava também com a difusão de ideias e concepções novas, expressando uma vontade de transformar Mirandiba.

---

<sup>19</sup> As movimentações financeiras eram realizadas mediante a assinatura do presidente da ‘Conviver’ (eleito pela assembleia geral) e do Diretor, teoricamente nomeado, durante uma reunião específica, pelo conselho administrativo da ONG (composto do presidente, de um vice-presidente e de um secretário). Na prática, o estatuto – escrito pelo ex-coordenador da AS-PTA em Mirandiba – não era respeitado e o conselho administrativo não se reunia. Na assembleia, os associados elegiam ao mesmo tempo o conselho administrativo e o diretor. Esse procedimento fazia da assembleia geral (cada quatro anos) o momento em que o diretor, beneficiando de uma grande aprovação, era consagrado como a figura essencial da ‘Conviver’, em detrimento do presidente, do vice-presidente e do secretário, cuja eleição parecia quase despercebida. O diretor, amparado pelo consentimento dos associados e do conselho administrativo, tinha dessa forma um acesso privilegiado às finanças. Concretamente, as movimentações eram realizadas através de cheques, que o diretor preenchia e fazia assinar pelo presidente, que pouco questionava sobre a destinação dos recursos.

Na interface entre as ONGs (AS-PTA, *Actionaid*) e a população rural, o diretor espalhava a mensagem das entidades externas, que promoviam a auto-organização dos agricultores, o desenvolvimento sustentável, e pretendiam até, no caso da *Actionaid*, ‘mudar a vida’ das crianças apadrinhadas, pelo meio do ‘empoderamento’ de suas famílias. Mas o diretor, nessas articulações, não era apenas um mensageiro. Fazendo sua a luta por um mundo melhor, ele incarnava um mundo diferente a vir, mundo inspirado por outros, mas fortemente moldado por ele. Ao falar, durante as reuniões nas comunidades, de organização comunitária, de fundo rotativo, de espírito coletivo, de independência em relação aos ‘políticos’, de permanência do homem no campo através de novas tecnologias de convivência com a natureza, o diretor promovia uma visão da sociedade não somente nova, mas capaz também de produzir efeitos no seu público. E de fato os discursos do líder, conjugado a sua atuação, causavam repercussões e questionavam a atuação dos chefes políticos ou lideranças tradicionais: contrariamente a seus colegas políticos locais, o diretor não ‘puxava’ os projetos para seus parentes ou grupos de lealdade, não pedia voto em troca de benefícios, ou, ainda mais, não parecia tirar proveito material de seu trabalho, demonstrando a mesma humildade e a mesma simplicidade que durante suas primeiras intervenções do tempo da AS-PTA. Num mundo rural habituado com as práticas corruptivas das lideranças, com suas tendências em beneficiar seus familiares ou eleitores, o diretor era visto com alguém íntegro, independente dos políticos e movido pelos valores da coletividade e da organização comunitária.

#### **4. O início do PAA em Mirandiba: uma colaboração proveitosa entre o diretor da ‘Conviver’ e o agrônomo alemão**

Em 2004, quando surgiu à oportunidade do PAA, o diretor aplicou-se a ‘trazer’ o programa em Mirandiba. Em primeiro lugar, ele precisou vencer o ceticismo inicial dos agricultores, os quais, desconfiados em relação às intervenções do governo, relutaram em se engajar. Organizando reuniões para explicar o PAA, no momento das atividades das associações rurais ou em momentos específicos, o coordenador promoveu uma ampla divulgação, que

suscitou perplexidade em várias comunidades, mas que também despertou o interesse de quatro delas, que iriam constituir o núcleo do primeiro projeto.

A ação empreendida foi laboriosa. Durante longos meses, o diretor, além de mobilizar os agricultores, sensibilizou entidades públicas potencialmente consumidoras das produções, cujos gestores não demonstravam muito interesse em relação ao novo programa.

Uma vez firmado o engajamento desses gestores, o diretor enfrentou inércias burocráticas para conseguir das entidades documentações exigidas pela Conab. Nessa fase de alinhamento as exigências do órgão gestor do PAA, a nossa liderança tentou vencer os obstáculos ligados à montagem de um projeto que, além de conter numerosas documentações de 82 agricultores e de entidades que seriam beneficiadas pelos produtos, continha também várias declarações, listas de preços dos produtos agrícolas definidos pelos agricultores, certidões, aptidões, etc.

O diretor, apesar do esforço despendido, não conseguiu construir um documento de projeto finalizado, suscetível de ser financiado. Essa tarefa foi, na verdade, delegada ao agrônomo alemão, que tinha habilidade em captar financiamentos das instituições brasileiras e internacionais. Por exemplo, ele havia conseguido, das agências de cooperações alemãs e do Governo Federal, verbas destinadas à construção de uma micro fábrica de polpa de fruta (que processava a produção de um grupo de mais de vinte agricultores).

O agrônomo assumiu, portanto, a montagem final do projeto, atendendo aos requisitos da Conab: preencheu formulários e tabelas de apresentação das entidades produtoras e beneficiadas e, em seguida, especificou os agricultores cadastrados e suas produções previstas. A burocracia parecia limitada e tudo transcorria rapidamente até o surgimento de um obstáculo sério: o da definição, pelos próprios agricultores, dos preços dos produtos a serem incluídos no projeto. A Conab exigia que os produtores escolhessem o valor das verduras e das frutas destinadas às entidades sociais e às escolas, mas arrogava-se, por outro lado, o direito de rejeitar as propostas. Com o decorrer do tempo, enquanto o diretor da 'Conviver' mobilizava os agricultores em reuniões em que eram decididas, 'a pulso', as listas de preços, a Conab alegava que os valores não se adequavam ao preço do mercado. As listas eram rejeitadas, as reuniões se repetiam e o último prazo para finalização do projeto

se aproximava perigosamente. O agrônomo relata o momento crucial em que precisou intervir para concluir as negociações com a Conab:

Vieram às reuniões do diretor com as lideranças sobre os preços. Acho que começou em setembro de 2004, e demorou, em outubro, novembro, dezembro... Era um vai-e-volta, uma coisa pouco amarrada a negociação dos preços... O diretor mandava uma tabela e a Conab dizia que tal produto tinha um preço alto demais, que não dava com o mercado. Aí tinha que fazer de novo, fazer outras reuniões... As diretrizes [eram] deles (da Conab) e eles poderiam dizer “o preço é isso”. Mas não, a gente tinha que propor, e eles reprovavam e tinha que propor de novo. Enfim eu sei que era complicado! Aí com esse vai-e-volta, vai-e-volta, nunca [se] chegou a ter uma proposta de preço: o projeto nunca ia ser aprovado assim. Aí eu me lembro, era o final do ano, eu estava voltando de Recife e ligou a Conab. O cara falou: “pronto, a gente quer aprovar o projeto”! Faltavam três dias para finalizar o ano e acho que tinha um recurso, e eles tinham pressa de gastar esse dinheiro. Então voltei para a Conab. Tinha lá o chefe do setor que falou: “bom, vamos resolver agora os preços”! Aí a gente foi olhar os preços, eu e mais ele, um por um, a gente negociou tudo e tal... Depois falei que não podia tomar essa decisão só. Eu devia falar com o diretor. Liguei e disse para ele que a Conab ia aprovar o projeto e que a gente tinha que ver esses preços. Falei a ele o seguinte: “vou lhe dizer os preços e você vai dizer se topa”. Mas ele respondeu que não, esse preço aqui não dá, isso também não, temos que discutir isso na reunião. Respondi a ele que discutindo a gente ia perder o projeto! Era para resolver todo agora mesmo! Aí ele falou que não, e depois, meio aborrecido, ele falou: “faça o que quiser”! Então falei com o cara: “tá bom! Tá aprovado aqui: pode colocar esses preços”. Foi tudo resolvido e chegou o projeto (informação verbal<sup>20</sup>).

Foi com esse epílogo que, em 2005, começou o primeiro projeto do PAA em Mirandiba. Uma vez obtido o financiamento, o diretor voltou a ocupar as posições de destaque: organizava reuniões semanais para discutir a execução das ações com os agricultores e procedia aos

---

<sup>20</sup> Informações cedidas pelo agrônomo integrante da ONG Associação Conviver no Sertão em entrevista semiestruturada ao pesquisador, concedida em 10 de março de 2014.

seus pagamentos mensais, preenchendo com uma velha máquina de escrever os recibos correspondendo aos montantes comercializados pelos 82 agricultores cadastrados<sup>21</sup>.

Esses recibos, porém, não eram assinados pelo coordenador, mas pelo presidente e tesoureiro do proponente oficial do projeto, a Associação Quilombola do Sítio Feijão e Posse. Por não ser uma associação de agricultores, mas uma entidade de apoio, a 'Conviver' não podia assumir a representação dos agricultores: esse papel foi então delegado à associação da comunidade do 'Feijão', dirigida por lideranças muito envolvidas nas atividades de apadrinhamento de crianças.

A parceria entre a entidade de apoio e a associação de agricultores beneficiaria a todos: lideranças e familiares do 'Feijão', e também os representantes das três outras comunidades rurais incluídas no projeto, participariam da logística das atividades e da fábrica de polpa de fruta que fornecia as escolas e entidades sociais; o diretor, por sua vez, exerceria as funções de comando geral. Caberia a ele, e não as lideranças agricultoras, a mobilização dos agricultores e das entidades sociais e educativas, a definição das medidas estratégicas, e, enfim, a organização dos pagamentos mensais dos 82 agricultores, no ritmo da máquina de escrever que barulhentemente determinava o valor das vendas de acordo que a entrega das produções.

Tais entregas, pagas rapidamente e sem contestações sobre os valores, contribuíram a mudar profundamente o cotidiano das famílias rurais. Com efeito, logo nos primeiros meses do projeto, gerou-se um forte impacto<sup>22</sup>. Os agricultores das quatro comunidades envolvidas vinham de camionetes, de carroças de burro, de bicicletas, entregarem seus produtos, hortaliças, legumes, carne de bode e frutas na sede da 'Conviver'. A pequena fábrica de polpa de fruta – financiada, como foi dito acima, por um projeto submetido pelo agrônomo alemão – garantia trabalhos aos filhos de agricultores e fornecia seus produtos às entidades sociais e às escolas de quatro municípios da região. As frutas, que geralmente eram desperdiçados nas propriedades rurais, como as mangas, os cajus, as goiabas, as acerolas, os mamões e os umbus, tornavam-se fonte de renda para os agricultores e

---

<sup>21</sup> Durante esse primeiro projeto, os pagamentos eram efetuados em espécie, com os recibos comprovando os valores. A partir do segundo projeto, a forma de remuneração foi feita através de cheques.

<sup>22</sup> Para outras abordagens sobre o PAA em Mirandiba, enfatizando, em particular, seus efeitos entre os agricultores, as mulheres e as entidades receptoras, ver Jalil (2010), Zimmerman & Ferreira (2008).

constituíam uma fonte de vitamina muito apreciada pelas crianças das escolas cadastradas no projeto.

A movimentação na sede da 'Conviver', a cada segunda feira, fazia-se muito intensa. Os agricultores descarregavam suas produções, enquanto outros realizavam a conferência dos itens, pesando-os e anotando as quantidades entregues. Dentro da 'Conviver', a logística era também importante: dois funcionários registravam nos computadores as produções de cada agricultores e preparavam as notas fiscais necessárias para a realização da prestação de contas mensal destinada a Conab.

#### 4. 1. O técnico da 'Conviver' que se distinguiu na execução do PAA

Durante essa fase inicial, o coordenador começou a perder espaço. Em um primeiro momento, ele tentou realizar uma gestão centralizada e 'no papel': passou assim a anotar e calcular (apenas com folhas, canetas e uma calculadora) toda a produção entregue e distribuída pelos 82 agricultores – ao todo eram, na parte da distribuição quatro Redes Municipais de Educação, três Redes Estaduais<sup>23</sup>, uma creche, um hospital, uma pastoral da criança, um APAE<sup>24</sup>, e duas Redes Indígenas: *Atikum* e *Pankará*. Diante da multiplicidade das organizações e dos atores envolvidos no projeto, o sistema logo demonstrou seus limites, e o agrônomo alemão montou um programa informatizado (no *software* Excel) mais apto a registrar com eficiência as complexas movimentações. A informatização da administração permitiu um maior envolvimento de dois dos três funcionários da 'Conviver', que, ao contrário do coordenador, tinham habilidade no uso dos computadores.

Um desses funcionários, de uma família de agricultor<sup>25</sup>, e que realizava a 'coleta de mensagens' das crianças apadrinhadas, começou a se sobressair. Essa pessoa – que

---

<sup>23</sup> As redes municipais e estaduais de Educação eram responsáveis de várias escolas nos seus respectivos municípios.

<sup>24</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

<sup>25</sup> Originário de uma comunidade incluída no primeiro projeto, o funcionário em questão fez parte, na época da AS-PTA, de grupos de jovens divulgando os trabalhos da ONG. No mesmo período, exerceu também funções de 'agente buco-dental', função criada pelo prefeito Nelson Pereira de Carvalho a fim de melhorar o acesso das famílias aos cuidados dentários. Durante o governo do prefeito reformista, e de seu sucessor do mesmo grupo político, o funcionário foi presidente da associação de sua comunidade, na qual tentava transferir projetos do

chamamos de técnico, por desempenhar esse tipo de função – passou a participar da administração cotidiana do PAA (recebimento e anotações da produção, preenchimento das notas fiscais) e, sobretudo, passou a gerenciar as atividades mais complexas de representação do projeto junto às entidades receptoras dos produtos<sup>26</sup>.

O envolvimento do funcionário, que tinha uma noção precisa dos processos de entrega e distribuição dos produtos, fez com que ele se tornasse um elemento de referência tanto para os agricultores quanto para as entidades receptoras; ambos o solicitavam para tirar suas dúvidas ou resolver determinados problemas ligados à execução do projeto.

A coordenação geral das atividades, os pagamentos e a animação das reuniões eram ainda atribuição do diretor, mas suas orientações não eram sempre concretizadas, devido às oposições dos demais gestores, em particular do agrônomo alemão e do técnico, cujas ideias encontravam respaldo entre os agricultores. Por exemplo, a opção do diretor por uma gestão ‘no papel e na caneta’ da administração dos processos produtivos e distributivos foi rapidamente rejeitada. Do mesmo modo, sua determinação em uma dupla pesagem dos produtos – no momento da entrega dos agricultores e no momento do recebimento pelas entidades – foi logo contestado por dificultar a gestão, pois sempre havia disparidades de peso (em algumas horas, as hortaliças e legumes variavam de alguns gramas), o que resultava em uma grande inércia, os pesos devendo ‘bater’ para concluir o registro das produções e as prestações de conta<sup>27</sup>.

O diretor parecia inconformado com essa perda de influência. Ele nunca aprovava abertamente as resoluções que não eram de sua autoria, e sua reação se resumia em manter um silêncio que poderia ser qualificado de reprovador, ou pelo menos de enigmático.

---

Pro-Rural, cujo trâmite passava pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento. Em 2001, o funcionário foi chamado para compor o quadro de associados que criariam a ‘Conviver’. Em virtude de seu envolvimento, ele foi contratado – após longos meses de estruturação da nova entidade – para fazer parte da equipe técnica da ‘Conviver’.

<sup>26</sup> As entidades de quatro municípios da região eram solicitadas para conferirem os documentos fiscais. Em muitos casos, o representante da ‘Conviver’ era indagado sobre os valores das produções distribuídas, as formas de prestação de contas com a Conab, e outros assuntos referentes aos aspectos financeiros das intervenções.

<sup>27</sup> Afinal, foi decidido que o peso seria registrado apenas no momento da entrega dos produtos pelos agricultores.



Assim, no termo do primeiro projeto, o diretor disponha de um poder circunscrito. Tal fato, aliás, se adequava aos objetivos participativos do PAA. Porém, num plano mais subjetivo, ele não parecia condizer com a perspectiva de gestão do diretor que, nas outras atividades da 'Conviver', desenvolvia uma forma de atuação cada vez mais centralizada, em particular na aplicação dos recursos do vínculo solidário da *Actionaid*.

Por ocasião do início do segundo projeto, em 2006, o crescimento das atividades impôs um novo direcionamento no qual o diretor poderia redefinir suas funções, em bases talvez mais favoráveis a seus interesses. A nova ideia, compartilhada pela Conab e pela 'Conviver', era de promover a participação dos agricultores: a pequena ONG restringir-se-ia a seu papel de acessória, formando os agricultores para que eles se tornem os principais responsáveis do projeto. Nesse aspecto, o diretor, pelas suas qualidades de liderança, se distinguiria como a pessoa mais apta a imprimir uma dinâmica de mobilização dos agricultores.

De fato, já no primeiro projeto, os agricultores participavam de maneira significativa. Um deles até, da comunidade do 'Feijão', era envolvido quotidianamente na gestão e desenvolvia funções parecidas com as do técnico da 'Conviver', embora com um nível de iniciativa menor. Com o início do segundo projeto, que contava com 228 agricultores, 14 comunidades rurais, e 16 entidades receptoras de 8 municípios, a 'Conviver', amparada pela experiência da gestão do primeiro PAA, poderia aprimorar a formação desse agricultor – ainda inseguro nas ações requerendo diligência e disposição – e incentivar outras lideranças rurais a assumirem a execução das atividades.

Contudo, o PAA continuou crescendo com uma responsabilidade maior do técnico: os agricultores – e em particular o da comunidade do 'Feijão' – auxiliavam na logística, na animação e na administração, mas, nas circunstâncias exigindo disposição, ficavam indecisos e abrigavam-se nas decisões do técnico. Tal situação era interpretada de modo diferenciado: por um lado, o diretor e alguns agricultores frisavam o controle excessivo exercido pelo técnico; por outro, o próprio técnico e certos agricultores (e até os mesmos que insistiam no autoritarismo do técnico), ressaltavam a 'falta de ambição' dos agricultores, que não sabiam desfrutar das oportunidades de coordenar eles mesmos o projeto.

Contudo, embora o projeto fosse centralizado no que se refere às funções estratégicas, criava uma dinâmica de mobilização que incluía a grande maioria dos agricultores. Uma parte significativa deles, reunindo-se com os gestores a cada sexta feira, exercia uma forma de autocontrole – referente ao planejamento produtivo – que fazia com que o projeto se caracterizasse como projeto dos agricultores, e não um dispositivo de ação permeado por esquemas políticos nos quais se intrometem grupos de lealdade partidária ou populações abastadas (como atravessadores ou grandes proprietários).

Assim distribuídos de maneira relativamente igualitária – entre as famílias que realmente trabalhavam na zona rural e produziam – os recursos arrecadados pelos agricultores eram investidos no mercado local, dando um impulso significativo ao comércio de Mirandiba. As movimentações eram tão importantes, e a dinâmica de produção tão centrada nos agricultores, que a ‘Conviver’ transformou-se em referência no todo estado de Pernambuco, em uma época em que o PAA de Mirandiba concentrava quase 25% de todas as verbas investidas pela Conab estadual.

Dotado de um orçamento de R\$ 798.000 reais, referente às metas de produção de 228 agricultores, dispondo cada um de uma cota de R\$ 3.500,00, o PAA de Mirandiba era, com efeito, um projeto de grande envergadura, no qual o técnico coordenava uma logística mais complexa. Os recursos para administrar as atividades eram também significativos: metade dos valores arrecadados pela venda das polpas de fruta era descontada do pagamento aos agricultores para alimentar um fundo de manutenção destinado a assegurar, de uma parte, o funcionamento da fábrica, e de outra, as despesas relativas à logística do projeto. Em 2006 e 2007, esse recurso representou um valor aproximadamente de R\$ 150.000, que era investido no funcionamento da fábrica de polpa (ajuda de custo, energia, manutenção), em ajuda de custo para os agricultores que participavam da logística e da administração, pagamento de fretes ligados às viagens nos municípios das entidades receptoras, e no pagamento do contador e do veterinário encarregado de conferir a qualidade dos produtos (em particular a carne de bode).

O quadro abaixo resume a expansão do programa em Mirandiba, que, desde 2006, articulava-se em três ‘projetos oficiais’ geridos pela ‘Conviver’, sendo o montante máximo

dos convênios autorizados inferior à demanda dos agricultores. Vale dizer que a ‘Conviver’, na época, conseguia montar até três projetos ao mesmo tempo.

**QUADRO 01:** Expansão do PAA em Mirandiba, PE entre 2005 e 2011.

| Projeto (ano)  | Número de famílias | Valor total por pessoa | Valor total do Projeto (soma dos projetos oficiais gerenciados pelo ‘Conviver’) | Associações rurais envolvidas | Número de projetos oficiais |
|----------------|--------------------|------------------------|---|-------------------------------|-----------------------------|
| 01 (2005)      | 82                 | 2500                   | 205.000,00  | 4                             | 1                           |
| 02 (2006)      | 228                | 3500                   | 798.000,00  | 14                            | 3                           |
| 03 (2007/2009) | 393                | 3500                   | 1.375.000,50  | 17                            | 3                           |
| 04 (2010/2011) | 468                | 3500                   | 1.638.000,00  | 17                            | 3                           |

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador.

Uma das funções estratégicas do gestor do PAA, neste contexto de crescimento do programa, foi, a partir de 2006, o monitoramento das ‘metas’ dos agricultores cadastrados. Como os participantes tinham capacidades de produção desiguais – uns eram capazes de atingir um volume de venda de mais de R\$ 10.000,00 anualmente, enquanto outros não tinham capacidades significativas de produção –, era necessário efetuar uma ‘transferência de metas’. Com efeito, se fosse para seguir a regra da meta indivisível, cada agricultor completando sua cota de produção, o projeto nunca seria concluído, sabendo-se que, para a sua finalização, a Conab exigia que todos os participantes atingissem suas respectivas metas. Nesse sentido, o risco de se adequar aos procedimentos formais era de paralisar totalmente a dinâmica da produção, pelo fato de inviabilizar a montagem de um novo projeto, com novas metas de produção e novas possibilidades de geração de renda para os agricultores.

A fim de evitar problemas com o órgão gestor, as ‘transferências de metas’ foram comunicadas à Conab, que tolerou esse tipo de prática, considerando-a uma adaptação legítima à realidade local. Assim autorizada, essas transferências se desenvolveram sem obedecer a uma regra explícita. Os arranjos, conhecidos de todos, eram administrados pelo

técnico da 'Conviver', em concordância com as três associações proponentes do projeto, os agricultores envolvidos e suas associações locais. Em certos casos, havia também acordos estipulando que um agricultor transferisse o valor de suas produções na meta do outro. Tais acordos podiam ser definidos em reuniões das associações rurais, através de atas nos quais determinados agricultores prontificavam-se a disponibilizar um determinado valor a outros agricultores da comunidade.

Confortado pela gestão dessas negociações, a influência do técnico parecia incontestável, e o diretor da 'Conviver', aparentemente conformado, delegou-lhe a função pensada como a mais prestigiosa: a do pagamento dos agricultores (que de fato era a única função significativa que ele ainda desempenhava). O momento simbólico do repasse de poder ocorreu na metade do terceiro projeto (2007/2009), que já contava com 393 agricultores. O técnico relata:

Eu estava sentado, mexendo no computador, e aí chegou de repente o diretor. Ele jogou em cima da mesa os talões de cheques [referente às movimentações das contas do PAA], jogou uma pasta com a papelada e falou para mim: “agora você se vira”! Aí ele virou as costas e foi embora sem dizer mais nada... Depois disso ele nunca mais falou comigo (informação verbal<sup>28</sup>).

Entretanto, foi após esse acontecimento que o diretor divulgou com mais firmeza sua visão de um PAA que devia ser coordenado pelos próprios agricultores, e não pela entidade de apoio (a 'Conviver', e em particular seu técnico). Apoiando-se nos presidentes das três associações de agricultores, todas proponentes formais do projeto frente à Conab, o diretor alegava que “o projeto era dos agricultores e não do técnico”, e que o “o técnico devia cair no campo” (ou seja, prestar assistência técnica aos agricultores, participando do PAA) em vez de “ficar no escritório mexendo com administração do projeto”. Essas declarações, recorrentes, eram formuladas em momentos em que o diretor reunia os representantes dos agricultores para opinar sobre o projeto, apontando as falhas de sua gestão. O técnico, aliás, nunca era convidado naquelas ocasiões, embora muito se falasse dele.

---

<sup>28</sup> Informações cedidas pelo técnico da ONG 'Associação Conviver no Sertão' em entrevista semiestruturada ao pesquisador, concedida em 02 de março de 2014.

O diretor, nessas reuniões paralelas, sugeria medidas permitindo (em tese) o fortalecimento da participação dos agricultores. Uma dessas decisões foi a de reformar a modalidade de pagamento, com os presidentes das três associações propondo substituir o técnico no preenchimento dos cheques. A ideia, que, afinal, correspondia às normas de qualquer projeto associativo (os próprios proponentes têm autonomia sobre a movimentação financeira de suas instituições), foi rapidamente colocada em prática. Mas, de fato, quase nada mudou. O técnico continuava sendo a pessoa mais informada e competente sobre a administração: era ele, e ele só, que tirava as dúvidas sobre os valores pagos aos agricultores, e sobre outros aspectos de recebimento e distribuição dos produtos. Em suma, a fachada dos pagamentos tinha sido transformada, mas, nos bastidores as iniciativas ainda pertenciam ao técnico. O diretor, lembrando-se dos tempos em que sua máquina de escrever barulhenta dava o tom do projeto, pensava que a posse dos talões de cheque iria “dar uma força” aos presidentes de associações. Nada disso, porém, aconteceu e o técnico continuou orquestrando o projeto.

## 5. Conclusão

A pequena ‘Conviver’, criada e gerenciada por agricultores ou filhos de agricultores, e dotada de recursos modestos (sem nenhuma comparação com outras ONGs de acessória), tornou-se o quadro de um grande ‘Projeto’, se for considerar a sequência dos ‘projetos’ implantados. Chegando a movimentar, de 2007 a 2011, quase um milhão de reais por ano – referente à renda direta para os agricultores<sup>29</sup> - o ‘Projeto’ atingiu quase um terço das famílias nucleares rurais<sup>30</sup>, as quais distribuíram suas produções em 12 municípios do sertão

---

<sup>29</sup> Esse valor aproximativo, estimado a partir dos projetos 2007/2009 e 2010/2011, leva em conta os custos de manutenção, os quais foram deduzidos para estimar a renda direta obtida pelo conjunto dos agricultores.

<sup>30</sup> Para obter essa porcentagem, consideramos uma população rural em Mirandiba de aproximadamente de 7000 pessoas (isto é, 50% da população total do município, que era de 14308 habitantes em 2010 segundo o IBGE). A partir desse número de 7000 habitantes na zona rural, estimamos um número de 1400 famílias nucleares, das quais 468 participariam do PAA em 2009 / 2011.

pernambucano (na maioria dos quais não existia o PAA para os agricultores<sup>31</sup>), alguns localizados a mais de 200 km de Mirandiba.

E o mais singular foi que tudo isso aconteceu a partir de uma entidade formada por pessoas que não dispõem de formação acadêmica (exceto o agrônomo, que intervia de maneira pontual). Diferentemente das ONGs maiores, com atuação na temática do desenvolvimento rural, especializadas em diagnósticos participativos, ‘empoderamento’ das comunidades rurais, incidência política, a ‘Conviver’ parecia ter poucos atributos para imprimir uma dinâmica de mobilização envolvendo os agricultores. Porém, na prática, ela virou cenário de um projeto de referência, elogiado pela Conab, pelos poderes públicos e por ONGs como a *Actionaid*.

Para alcançar esse grau de consideração, as três personagens da ‘Conviver’ souberam, de um lado, tirar proveito de uma conjuntura oportuna (estrutura da ONG, disponibilidade de recursos no início do PAA), e de outro valorizar qualidades humanas, as quais os levaram, numa “lógica de descoberta” (Bierschenk *at alli.*, 2000), a ‘experimentar’ a implantação do PAA, sem intenção planejada nem teorização preliminar. No entanto, cada um dos três demonstrou qualidades diferentes.

O primeiro, o diretor, corresponde às características de uma liderança militante, engajada numa missão de transformação da sociedade, mas cuja prática revela certa defasagem com os discursos. O começo da contribuição do líder foi frutífero, mas seu fim, menos, devido a autoritarismo de suas práticas, combinado a um desgaste de seu poder.

O início foi de conquista. Incansável no seu trabalho de procura de projetos, de promoção de uma visão social em prol ao agricultor familiar, o diretor contribuiu de maneira decisiva para a implantação do PAA. Se não fosse sua abnegação e seu carisma, o projeto talvez não tivesse existido em Mirandiba, ou pelo menos não tivesse existido daquela forma, incluindo a maioria dos agricultores sem discriminação.

---

<sup>31</sup> Nos doze municípios identificamos três projetos do PAA, implantados de 2007 a 2012. O maior dele, em Serra Talhada, que era gerenciado pelo Conselho Municipal Rural de Desenvolvimento Sustentável junto com a Prefeitura, tinha um orçamento total equivalente a um terço do valor do projeto de Mirandiba.

Porém, uma vez implantado o projeto, o diretor revelou uma gestão centralizada mais improdutiva, e uma propensão a monopolizar as questões financeiras. Embora se possa questionar a realidade dessa centralização na sua animação do PAA – afinal, na sua luta contra o técnico, o diretor apelava para a participação dos agricultores – nos aspectos financeiros é menos duvidoso que a gestão do diretor apresentava um caráter verticalizado. Com efeito, sua canalização dos pagamentos sugeria uma forma de mando de ‘cima para baixo’ que, aliás, não surtiu prestígio e ascendência, pois os agricultores perceberam que o diretor não estava por dentro das etapas, fixando os montantes pagos a cada participante.

Na ‘Conviver’, ao contrário, a centralização era mais nítida: o diretor arrogava-se a gestão exclusiva dos projetos do vínculo solidário, cujos montantes atingiam até R\$ 250.000 por ano no final da década de 2000.

Todavia, nesse mesmo período, o prestígio do diretor foi abalado por razão de investimentos em projetos mal dimensionados, que conduziram a importantes débitos, impossibilitando durante vários anos a transferência de benfeitorias nas comunidades. Ademais, a ‘crise redistributiva’ foi conjugada a exageros na personalização do trabalho do diretor. Reclamando cada vez mais de sua propensão, durante as reuniões na zona rural, a impor suas ideias, e também de sua tendência a não cumprir o que sugeria fazer (em termo de benfeitorias), grande parte dos agricultores, em forma de protesto contra a gestão exercida pelo diretor, ‘tiraram’ suas crianças do sistema de apadrinhamento da *Actionaid*.

A oposição transbordou nas esferas internas da Conviver. Em conflito aberto com sua equipe, o diretor parou todo tipo de comunicação com seus funcionários e criou uma ‘equipe bis’, ao chamar outras pessoas para executar as atividades de apadrinhamento de crianças. Trabalhando sem carteira assinada (e quase sem remuneração), essa segunda equipe se reunia na própria casa do diretor, que se transformou de fato em segunda sede da ONG, na qual eram guardadas meticulosamente todas as documentações relativas à prestação de contas<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> O desfecho da crise foi, após longas peripécias, o afastamento do diretor, em 2013.

Foi nessa época conflituosa que o agrônomo alemão se distanciou do diretor. Até aquele momento a colaboração entre os dois tinha sido proveitosa. O primeiro trazia competências técnicas que faltava ao segundo, em termo de elaboração e execução de projeto.

No quadro do PAA, o agrônomo se enquadrou no perfil do *broker*, ao conseguir financiamentos dos governos ou das agências internacionais. E, uma vez obtida às verbas, ele contribuiu para adaptar as normas do PAA ao contexto local. Um exemplo disso é sua concepção, ao longo do terceiro projeto, de um programa informatizado específico à administração local do PAA. O programa montado – que se revelou muito eficiente em termo de administração geral do projeto – previa uma dupla prestação de contas referentes, de uma parte, ao valor oficial autorizado pelas cotas dos agricultores (prestação fictícia para a Conab), e de outra, ao valor real alcançado por cada participante (prestação real para os agricultores). Ao formalizar dessa forma as ‘transferências de metas’ evocadas anteriormente, o agrônomo concorreu a um processo não explicitado de transformação de sentidos, moldando o PAA segundo as circunstâncias e os interesses locais. Contra a lógica igualitarista promovida pelo dispositivo governamental, que requeria um montante de venda igual para todos, o agrônomo, junto com os gestores e participantes do projeto de Mirandiba, deu valor a dinâmica produtiva local, gerado por um grupo de agricultores familiares heterogêneos, mas mobilizados em torno de um projeto comum, com um interesse comum em ‘fechar’ o projeto conforme as capacidades de produção de cada um.

Junto com o agrônomo alemão, a ‘tradução’ local do PAA teve o técnico como um dos seus atores principais, talvez em detrimento dos agricultores. Mas esse personagem demonstrou uma disposição maior, ou pelo menos ele se valeu dessa disposição para coordenar o projeto; e em momentos de tensão, ele pareceu se destacar ainda mais em relação aos gestores agricultores, em particular ao agricultor da comunidade do ‘Feijão’, que adotava uma postura mais passiva diante dos acontecimentos.

Intercalado entre o ministério e os agricultores, numa posição de intermediário que sempre suscita desconfiança (Bailey, 1969), o técnico demonstrou de fato qualidades inusitadas de resistência à pressão. Quando atrasava a liberação das verbas de um projeto para outro, ele reunia os agricultores, tentando conter seus protestos ao trazer informações sobre os



trâmites dos projetos. Quando os atrasos se prolongavam, e que as reclamações se transformavam em rumores, fofocas, e até mesmo ameaças por parte dos atores envolvidos diretamente ou não no programa, o técnico segurava os ânimos e mantinha sua postura.

Terminando a comparação das três personagens, pode-se salientar outra diferença entre eles, ligada a suas pretensões de transformação social. O agrônomo alemão, e ainda mais o técnico, podem ser considerados como mediadores pragmáticos: eles não perseguem um ideal, mas procuram participar de programas políticos que possam, de um lado, melhorar o nível de vida dos agricultores, e de outro, providenciar lhes um serviço adaptado a suas competências e expectativas. O engajamento desses mediadores é, de certa forma, parcial, na medida em que suas aspirações não se esgotam no seu engajamento público. Já o diretor parece se encaixar na categoria do mediador com tendências messiânicas, como evocada por Neves (2008): comprometido dia e noite na sua missão de transformação social, o diretor incorporou o *status* de um guia profético, lutando para trazer benefícios e promover novos valores capazes de melhorar a vida dos agricultores. Esse engajamento visto por ele como providencial, esbarrou-se com as supostas acomodações e mesquinhas do povo, considerado despreparado em relação à mensagem divulgada. O descompasso entre o ideário e a realidade social foi vivenciado com amargura; os outros sendo julgado como errado, enquanto o líder se considera como o justo.

Mas esse messianismo, apesar de seu autoritarismo perceptível, produz encantamento, na medida em que resulta em um incansável comprometimento do líder. Por isso, os agricultores, os membros da 'Conviver', os atores externos a Mirandiba – agentes da *Actionaid*, universitários, voluntários europeus como o próprio autor desse trabalho – são em determinados momentos seduzidos pela trajetória e pelo espírito de luta do diretor.

A sedução, aliás, tem um efeito comunicativo. Na interface entre os modelos sociais da *Actionaid*, (ou dos agentes do governo federal) e os sistemas culturais dos agricultores, o diretor construía passarelas: os mundos diversos se encontravam e se entendiam – ou pensavam se entender – pela intermediação do diretor, capaz de estabelecer conexões de sentido entre os atores. Aquela habilidade comunicativa, acompanhada de um talento narrativo, fez do diretor o principal divulgador do PAA junto aos agentes externos, que o procuravam para gravar depoimentos ou realizar intercâmbios.

Agora que os projetos foram concluídos, e não foram mais implantados, a experiência de Mirandiba permanece, no entanto, como recordação de um belo tempo consumado. Desde 2011, o PAA, em nível nacional, atravessa uma crise profunda (ou pelo menos uma significativa diminuição de seus projetos). A população local, a propósito, acredita que a ‘Conviver fechou’ – enquanto, na verdade, suas atividades continuam, através dos recursos do apadrinhamento de crianças. A ideia da extinção da ONG, compartilhada localmente por todos (políticos, comerciantes, população urbana e até os próprios agricultores), procede de um senso comum fundado e compreensível, considerando a animação que caracterizava a ‘Conviver’ no tempo das entregas dos agricultores, e a monotonia atual, apenas perturbada pela gestão de pequenos projetos do vínculo solidário, bem menos impactantes.

‘Reabrir’ a ‘Conviver’ – ou retomar seu legado – representa um desafio no pequeno município. Um dos que se propõe a resgatar os belos tempos é o ‘diretor da Conviver’, que atualmente já não exerce essa função, mas que, através de uma cooperativa dirigido por ele, vem tentando elaborar um novo projeto. Recusando a ajuda do agrônomo alemão, que propus sua contribuição, o ‘ex diretor’ solicitou uma rede de cooperativas (a Unicafes<sup>33</sup>), a qual o indicou a um projetista de São Paulo. Mas o documento de projeto que ele produziu foi considerado ‘com incoerências’ pela Conab<sup>34</sup>, e em consequência não está aprovado no momento da redação desse trabalho.

Incomodado pela recusa de auxílio do ‘ex diretor’, o agrônomo alemão, junto com o técnico, reuniu um grupo de agricultores para criar uma nova associação, a Associação dos Agricultores Familiares de Mirandiba<sup>35</sup>, pela qual está sendo elaborado um novo projeto contando com 167 agricultores. Mas as dificuldades são maiores em relação ao passado, devido às exigências mais rígidas da Conab: os produtos devem respeitar condições estritas de higiene (a carne de bode, por exemplo, foi descartada por falta de matadouro moderno na região), e a estrutura da fábrica de processamento de polpa deve se adequar a determinadas normas.

---

<sup>33</sup> União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Agricultura Solidária.

<sup>34</sup> Informação verbal concedida no dia 4 de maio de 2015 por um agente da Conab durante uma entrevista telefônica.

<sup>35</sup> Cujo nome fantasia é curiosamente MILAGRO.

Terminando essa conclusão, voltamos a nossa indagação inicial, a respeito de possíveis atualizações de práticas autoritárias, verticalizadas e clientelistas no seio de programas políticos da agricultura familiar cujo objetivo é a promoção da participação e até da autogestão dos agricultores.

Um elemento de resposta é a manifestação, no PAA de Mirandiba (e na 'Conviver'), de práticas do tipo patrimonialista por parte do diretor. Sua liderança, sustentada por uma ONG que lhe propiciava recursos materiais e simbólicos, era baseado no controle escrupuloso das movimentações financeiras, tendo como corolário o monopólio das transferências de benfeitorias nas comunidades rurais. Tal sistema era alimentado, em primeiro lugar, por um comprometimento sem falha, associado a um talento comunicativo, elementos que se somavam a uma grande liberdade de ação concedida pela *Actionaid*. Em segundo lugar, a força das intervenções residia numa lógica redistributiva, agradando as famílias rurais e os agentes subalternos (muitos deles parentes, ou pessoas se submetendo a uma relação verticalizada, em troca de algum benefício material ou simbólico).

A forma de liderança do diretor, no âmbito do PAA, foi perturbada pela complexidade do projeto, muito maior em comparação aos projetos do vínculo solidário. A execução do programa governamental, necessitando mais descentralização, conferia a seus administradores mais zelosos e competentes um poder maior – e o reconhecimento desse poder pelos agricultores. O diretor, inábil nas questões administrativas, perdeu então espaço, e seu apelo à autogestão dos agricultores, aparentemente elogiável, parecia subentender uma vontade de retomada de poder. Embora esse apelo à participação implicasse maior responsabilidade dos agricultores envolvidos na gestão do PAA – em particular de um grupo da comunidade do Feijão – pode-se conjecturar que o resultado final da estratégia do diretor seria sua volta ao comando, volta sustentada por um grupo esperando melhor retribuição com ele do que com o técnico. Em outras palavras, a expectativa da autogestão, tanto anunciada, talvez fosse provocar uma maior verticalização da gestão – com o diretor mandando e gratificando. Nesse sentido, o grupo promovido (no qual o agricultor do Feijão se destacaria) tenderia a procurar, em vez da autonomia, a proteção de um líder concedendo mais vantagens (em termo material, simbólico) de que o técnico.

O técnico, ao adquirir responsabilidades maiores no PAA, tendeu também a exercer uma coordenação centralizada. Esse ponto, abordado pelos agricultores, é uma questão sujeita a interpretações diversas: uns insistem sobre a inclinação autoritária do técnico, tonando-se um 'diretor bis' que não escutava os conselhos de seus colegas agricultores e se recusava a formá-los (em particular nas tarefas mais estratégicas); outros insistem sobre as suas competências, que o levaram a assumir responsabilidades, ao contrário de certos agricultores que, com as mesmas oportunidades em determinado momento, demonstraram maior passividade.

A atuação do agrônomo alemão, enfim, demonstra que a implantação de programas políticos necessita de operações de *brokerage*, que podem, em tese, conduzir a muitas manipulações. O agrônomo, todavia, não pareceu fazer um uso instrumental de suas habilidades. Ele conseguiu múltiplos financiamentos, entre outros, do PAA, e facultou aos atores locais a possibilidade de gerir com grande latitude os projetos transferidos.

Enfim, o enfoque na medição, no estudo do PAA em Mirandiba, contribuiu para entender como, diante de um dispositivo de ação promovido pelo programa político, os atores locais se adaptam, reagem, percebendo as intervenções promovidas segundo suas lógicas e interesses, transformando-as de maneira intuitiva, dentro de determinados contextos culturais e sociais. A perspectiva da mediação, nesse sentido, revela como valores, ideias, práticas, atores e recursos se articulam dentro de um determinado dispositivo de ação. Ela revela também como essa articulação conduz a desdobramentos inesperados, a um "ponto de fuga", um "exame de facto de que, a partir das mediações, qualquer coisa se passa, produz um acontecimento, uma passagem, que não deixa nada com dantes" (Davallon, 2003, p. 15).

## 6. Referências

BAILEY, Frederick George (1969). *Stratagems and Spoils: A social Anthropology of Politics*. London: Basil Blackwell.

BIERSCHENK, Thomas; CHAUVEAU, Jean-Pierre; OLIVIER DE SARDAN, Jen-Pierre (2000). "Introduction: les courtiers, entre développement et État". In: BIRSCHENK, T. *at alli*. (Orgs.).

**Courtiers en développement: Les villages africains en quête de projets.** Paris: Karthala. pp.5-42.

BOISSEVAIN, Jeremy (1974). **Friends of friends: Networks, manipulators and coalition.** Oxford: Basil Blackwell.

DAVALLON, Jean (2003). A mediação: a comunicação em processo? Publicação original em língua francesa: **La médiation: la communication en procès?** Médiations et Médiateurs, 19.

JALIL, Laeticia (2010). “A experiência da prática de monitoramento do programa de aquisição de alimentos, PAA como política vivida: um estudo de caso em Mirandiba/PE e Esperantina/PI”. **Encontro da Rede de Estudos Rurais mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político**, 4. Curitiba: Editora da UFPR.

KUSCHNIR, Karina (2000). **O cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LONG, Norman (2001). **Development Sociology: actor perspectives.** Routledge : London and New York.

MENDRAS Henri (1995). **Sociétés paysannes: éléments pour une théorie de la paysannerie.** Paris: Éditions Gallimard.

MONGBO, Roch, L (2000). “Le développement local et les courtiers, concepts et réalités d’un phénomène social au Bénin”. In: BIERSCHEK, T. *at alli.* (Orgs.). **Courtiers en développement: les villages africains en quête de projets.** Paris: Karthala. pp.217-240.

NEVES, Delma Pessanha (2005). “O associativismo e a imposição do agricultor solidário”. **Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**, 2. Campinas/SP: Unicamp, v. 1.

NEVES, Delma Pessanha (2008). “Mediações sociais e mediadores políticos”. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos.** Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS, PGDR. pp.17-41.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana Paulo Lopes (2008). “El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar em Mirandiba, PE”. In.: SCOTTO Gabriela (Org.). **Aun Tiempo para el Sol: Pobrezas Sociales e Programas Sociales. Brasil, Venezuela, Guatemala: una mirada desde lo local.** Rio de Janeiro: Actionaid. pp.28-64.

## Ditadura, democracia e segurança pública: a matriz autoritária

## Dictadura, la democracia y la seguridad pública: la matriz autoritaria

## Dictatorship, democracy and public safety: the authoritarian matrix

130

Recebido em 03-04-2014  
Aceito para publicação em 03-07-2015

Matheus Boni Bittencourt<sup>1</sup>

**Resumo:** Identifico uma tradição militarista e inquisitorial que permeia a segurança pública brasileira como possível explicação para os altos índices de violência policial e desconfiança em relação à polícia. Para tanto, descrevo a trajetória institucional (*path-dependence*) das instituições de segurança pública e sua relação com a justiça criminal, mostrando as suas continuidades para com regimes autoritários (1937-45 e 1964-85) que contribuíram para reforçar práticas que deitam raízes na escravidão colonial.

**Palavras-chave:** Segurança; Polícia; Crime; Militarismo.

**Resumen:** Identifico una tradición militarista y inquisitorial que permea la seguridad pública brasileña como posible explicación para los altos niveles de violencia policial y descredito em relación à la policía. Com este fin, se describe la trayectoria institucional (*path-dependence*) de las instituciones de seguridad pública y su relación con la justicia criminal, mostrando sus continuidades havia regímenes autoritários (1937-45 y 1964-85), que ayudaran a reforzar prácticas que encuentran sus raíces en la esclavitud colonial.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. E-mail: [matheus.bonibittencourt@gmail.com](mailto:matheus.bonibittencourt@gmail.com)

**Palabras-clave:** Seguridad; Policia; Crimen; Militarismo.

**Abstract:** I identify a militarist and inquisitional tradition that permeates brazilian public security as a possible explanation to high levels of police violence an public distrust in relation to police. With that aim, I describe the path-depencen of public security institutions and its relation to criminal justice, showing the continuits towards authoritarian regimes (1937-45 and 1964-85) wich helped to reinforce practices that lie roots in colonial slavery.

**Key-words:** Security; Police; Crime; Militarism.

## Introdução

Há duas hipóteses para explicar as mudanças que se passaram nas instituições policiais e penais durante a ditadura militar e sua continuidade sob a democracia liberal: a primeira das hipóteses diz que a violência extrema das torturas e execuções sumárias sempre esteve presente na história do Brasil, inicialmente por tropas militares portuguesas e jagunços à serviços de latifundiários e governos locais, e, posteriormente, pelas forças policiais e militares nacionais.

Essa violência promovida por ação, omissão ou apoio do Estado de origem colonial foi primeiramente uma violência da guerra e da escravidão étnicas, evoluindo posteriormente para uma violência policial contra as classes subalternas. Tanto no período anterior quanto posterior à Abolição, a violência tinha uma forte racialização, fundada em ideologias religiosas e “científicas”, que, por exemplo, negavam a alma ao africano, a liberdade religiosa ao nativo ou ao judeu, e a igualdade entre pessoas de origens e fenótipos diversos, reduzindo a diversidade racial e cultural à desigualdade social naturalizada.

Nos períodos de exceção, o que havia, na verdade, era uma ampliação do foco da violência policial das detenções arbitrárias, tortura e execuções sumárias a outros setores entre os cidadãos, como, por exemplo, aos opositores políticos pertencentes às classes médias urbanas. Em outras palavras, os períodos ditatoriais de 1937-45 e de 1964-85 não foram exatamente épocas excepcionais, apenas “extremas”, quando medidas de criminalização do dissenso e da oposição e uso do estado de sítio se tornaram mais agudos e prolongados. Em

numerosos períodos da história do Brasil, é possível verificar que estes fenômenos são constantes.

Tomando apenas o Brasil Republicano, pós-colonial e pós-Abolição, é possível observar um processo político pontuado por guerras civis localizadas, uso abusivo da força policial e de estado de sítio, mobilização de tropas militares contra civis, restrição de direitos civis e políticos e golpes de Estado. Desta forma, a criminalização da oposição e o estado de exceção prolongado distinguem os períodos ditatoriais pelo grau, em comparação com o autoritarismo e elitismo mais comuns.

Em apoio a esta hipótese, basta recordar os cinco séculos de massacres de povos originários, e os três séculos de escravidão racial, as dezenas de guerras civis locais, as respostas sangrentas a movimentos contestatórios, os estados de exceção impostos por intervalos mais ou menos longos e com graus variáveis de dureza. Muito antes do Estado Novo de Getúlio Vargas, a República Velha esmagou a Revolta da Armada, a Revolta Federalista, Canudos, o Contestado, o anarco-sindicalismo, a Revolta da Vacina, etc, usou e abusou do Estado de Sítio, sem contar a violência policial cotidiana, a prática de prisões em massa em períodos conturbados, a tolerância com os crimes violentos de latifundiários e comerciantes.

Outra hipótese é que nos períodos de ditadura do “Estado Novo” e da “Segurança Nacional”, a organização de poderosas agências de repressão política teve impacto expressivo sobre o conjunto das forças policiais e militares. A partir destes serviços secretos repressivos, difundiram-se normas (formais e informais), métodos, técnicas, valores e doutrinas que se cristalizaram em tradições corporativas, orientadas para a lógica da guerra contra aqueles definidos como “inimigos internos”, reais ou imaginários.

As polícias se militarizam, os militares se policializam, a magistratura se orienta por práticas autoritárias e discriminatórias, garantindo a impunidade das práticas extrajudiciais de tortura e execução sumária, bem como a punição seletiva da criminalidade das camadas subalternas da sociedade. A presença destas tradições falaria muito mais alto que as Constituições protetoras dos direitos humanos, de qualquer modo menos efetivas que a regulamentação administrativa e penal das atividades de segurança pública e justiça criminal.



A colaboração com serviços secretos de Estados imperialistas favorece a incorporação de práticas da “contra-insurgência” neocolonial. Enraizada nos costumes informais e legalizada pelas normas jurídicas que sobrevivem a sucessivas Constituições, a militarização da segurança pública e penitenciária (entre outras áreas civis), contribui para a reprodução de práticas de tortura e execução sumária de pessoas estigmatizadas por sua classe e cor, numa versão extrema da criminalização da pobreza.

Em apoio a esta hipótese, a história jurídica mostra o estabelecimento de marcos importantes e permanentes para a estruturação do sistema penal e organização policial durante a Era Vargas e o Regime Militar, a importância de ideologias estrangeiras como o nazifascismo europeu e a segurança nacional estadunidense, a incorporação de técnicas estrangeiras de tortura e espionagem no aparato repressivo. Também o crescimento das taxas de letalidade policial, a criação das Polícias Militares e Serviços Secretos, a difusão dos chamados “grupos de extermínio”, tudo isso sob a Ditadura Militar, demonstram o impacto destes regimes sobre a organização policial e militar, legislação penal e políticas de segurança.

Desde logo, é preciso dizer que as duas hipóteses são complementares. Uma dinâmica social oriunda das guerras coloniais, da escravidão racial e do tribunal da inquisição pode ter contribuído para que a sociedade brasileira gerasse uma enorme violência policial contra os empobrecidos, discriminados e rebeldes, tidos como perigosos. Ideologias estrangeiras, com suas codificações filosóficas e jurídicas podem ter servido como luva para esta brutalidade consuetudinária.

Sem embargo, a militarização implementada pela ditadura pode ter agravado ainda mais esta violência compulsiva, reforçando uma cultura violenta através de uma organização militarizada das agências de segurança pública. Não apenas um reforço no sentido comum, de que “violência gera violência”, ou do bom senso, de que a violência policial se soma à violência interpessoal, mas não a inibe. É preciso levar em conta o quanto a cultura violenta racializada contribui para a legitimação continuada da militarização da segurança pública e penitenciária, com os perversos efeitos análogos à guerra civil que verificamos os indicadores sociocriminais.

A perspectiva teórica do neo-institucionalismo histórico (Hall e Taylor, 2003) pode nos ajudar a compreender este quadro, em que o sentimento de insegurança e violência institucional se complementam e se reforçam. Devemos ter em mente que a organização institucional da administração policial, judiciária e penitenciária tem uma importância fundamental no condicionamento das agências responsáveis pelas atividades policiais e judiciárias.

Simplificadamente, temos numa ponta a administração policial, encarregada da realização do policiamento ostensivo e investigação criminal, e na outra a administração da justiça penal, onde se dá a acusação, defesa e julgamento dos suspeitos de crimes e a execução penal. Trata-se de um complexo de instituições, agências e organizações, localizadas no campo burocrático, estruturado através de sucessivas modificações, cada uma relativamente condicionada pelas mudanças anteriores. As reformas institucionais formam uma trajetória (*path-dependence*) que se desenvolve a partir de algumas matrizes.

Muito embora seja comum que países com desigualdades sócioeconômicas extremas ostentem altas taxas de criminalidade violenta, o número de casos de execução sumária e tortura de suspeitos e condenados no Brasil é impressionante, mesmo se comparado a países que também possuem alto grau de injustiça socioeconômica (Human Rights Watch, 2009). Acredito que esses grandes níveis se devem a uma institucionalidade autoritária ainda predominante nas instituições policiais e judiciárias, forjadas sob regimes ditatoriais e posteriormente conservadas pelos processos de democratização formal.

### **A herança ditatorial**

Alguns dos principais componentes institucionais do sistema policial e penal no Brasil foram estabelecidos durante regimes de exceção, posteriormente, apenas reformados pontualmente durante os períodos de democracia eleitoral. O atual Código Penal<sup>2</sup> e o Código do Processo Penal<sup>3</sup> foram estabelecidos por decreto-lei pela ditadura de Getúlio Vargas, mais ou menos ao mesmo tempo em que era estabelecida a legislação trabalhista brasileira,

---

<sup>2</sup> Decreto-lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940.

<sup>3</sup> Decreto-lei nº 3931, de 11 de dezembro de 1941.

culminando na Consolidação das Leis do Trabalho<sup>4</sup>. Os “pais” dos três códigos entraram para a história: além de Getúlio Vargas, os juristas Francisco Campos e Oliveira Viana, também conhecidos pelas suas obras de teoria política. Também data da Era Vargas a primeira “Lei de Segurança Nacional”<sup>5</sup>, embora já na República Velha os governos se caracterizassem pelo uso e abuso do estado de sítio, pela brutalidade repressiva e por tratar “a questão social como caso de polícia”, segundo os dizeres do seu último presidente.

Durante o posterior regime de exceção<sup>6</sup>, foram decretados o Código Penal Militar<sup>7</sup> e o Código do Processo Penal Militar<sup>8</sup>, a Lei de Segurança Nacional<sup>9</sup>, a reforma do Código Penal<sup>10</sup>, Lei de Execução Penal<sup>11</sup>, o estabelecimento da divisão entre a Polícia Civil, com funções judiciárias e investigativas, a Polícia Militar, com funções de policiamento ostensivo militarizado, e o Corpo de Bombeiros Militares, como organização militar com funções de defesa civil<sup>12</sup>. Tanto as Polícias Militares quanto os Corpos de Bombeiros Militares são força auxiliar do Exército Brasileiro, possuem uma hierarquia de modelo militar, um Regimento Disciplinar interno inspirado no Regimento Disciplinar do Exército Brasileiro e ligação com o serviço secreto do Exército.

Inicialmente, as PMs e CBMs eram dirigidas diretamente por oficiais do Exército. Posteriormente, foram transferidas para o comando dos governadores estaduais, que escolhem o comandante-geral da PM entre os quadros com patente de coronel (a maior da

---

<sup>4</sup> Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943.

<sup>5</sup> Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, reforçada pela Lei nº 136 de 14 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938 e pelo decreto-lei nº 4.766 de 1 de outubro de 1942, que definia *crimes militares e contra a segurança do Estado*.

<sup>6</sup> Consideramos que o fim do ciclo de autoritarismo-burocrático na política brasileira só se deu com a Constituição Federal de 1988 e com as eleições presidenciais diretas de 1989. Não se deve considerar aqui o regime autoritário apenas pela profissão militar dos titulares da presidência da república. O período de dez anos entre a revogação do AI-5, ao final do governo de Ernesto Geisel, e o estabelecimento da nova Constituição Federal, ao final do governo de José Sarney, devem ser considerados antes como um período de transição prolongada, nos quais continuaram em voga a Constituição autoritária de 1967, o SNI, o DOPS e outros dispositivos do regime ditatorial. Só tivemos uma nova Constituição em 1988, e um presidente eleito, em 1989. A lentidão das reformas legais e políticas a conta gotas foi certamente uma estratégia para reduzir o risco de uma queda brusca do regime ditatorial (Zaverucha, 2005).

<sup>7</sup> Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969.

<sup>8</sup> Decreto-lei nº 1002, de 21 de outubro de 1969.

<sup>9</sup> Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967, Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969, Lei 6.620 de 17 de dezembro de 1978, Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Esta última versão ainda está em vigor.

<sup>10</sup> Lei nº 7209, de 11 de julho de 1984.

<sup>11</sup> Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984.

<sup>12</sup> Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969; Decreto-lei nº 1406, de 24 de julho de 1975; Decreto-lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983.

corporação), mas mantiveram os vínculos de subordinação com o Exército, que pode vetar o comandante-geral do Exército e tem controle sobre a aquisição de armas e equipamentos e recebem informações do serviço de inteligência policial-militar. As Polícias Militares se assemelham menos a polícias modernas e mais a forças paramilitares estaduais ou exércitos em desvio de função, empregados para o policiamento ostensivo, quando têm a organização de uma força de guerra.

Essa moldagem da organização policial e sistema penal durante os regimes de exceção foi em grande parte consolidada em 1988, pelo processo constituinte<sup>13</sup>. Desta maneira, a Segurança Pública foi colocada ao lado da Defesa Nacional, mas a proximidade textual apenas reforça uma aproximação no conteúdo, evidenciando a permanência da confusão entre policiamento e guerra, entre o uso militar e uso policial da força pelos agentes públicos de segurança.

A própria expressão “segurança pública” marca essa ambiguidade entre a “segurança dos cidadãos” e a “segurança do Estado”, já que o termo público pode ter um sentido tanto de bem comum, pertencente à comunidade dos cidadãos, quanto de um interesse superior e separado. A segurança dos cidadãos é de caráter comunitário, enquanto a segurança do Estado é de caráter militar. A simbiose entre ambas enraiza-se em uma concepção hobbesiana do Estado, na qual a segurança dos cidadãos é a razão de ser da segurança de Estado, mas desta última depende a primeira (Dias Netto, 2005).

Por essa herança militarista do Estado burocrático-autoritário instaurado pelo golpe de 1964 e encerrado pela Constituinte de 1988, é preciso ter cuidado ao transplantar a interpretação da expansão do Estado Penal sob o capitalismo neoliberal, proposta por Loic Wacquant (2001; 2007) e por David Garland (2008). Pois estes autores tratam de mudanças instauradas no interior de sistemas políticos liberal-democráticos, onde as funções militares e policiais são claramente distinguidas entre si, sem a pesada herança recente de um regime ditatorial comandado por generais, como no Brasil<sup>14</sup>.

A correspondência entre Estado Social mínimo e Estado Penal máximo, em um governo

---

<sup>13</sup> Arts. 142 e 144 da Constituição Federal de 1988.

<sup>14</sup> Em Wacquant a conexão é com o regime racista dos EUA até 1965, quando só então os negros tornaram-se cidadãos plenos, por decisão do Congresso Nacional e do presidente Lyndon Johnson.

conservador como o de Ronald Reagan, se deu em um contexto onde as polícias federal, estadual e municipal eram organizações estatais civis, de carreira única, ciclo completo de policiamento e separada das Forças Armadas<sup>15</sup>. O forte militarismo dos sucessivos governos estadunidenses é voltado para política externa, e não para o controle social interno, como ocorre nos Estados submetidos a regimes burocrático-autoritários<sup>16</sup>.

### A segurança pública militarizada

A Constituição Federal de 1988, que conservou em grande parte a organização policial e militar do antigo regime ditatorial, conservou a militarização da polícia e defesa civil, dentro dos moldes anteriormente estabelecidos<sup>17</sup>:

---

<sup>15</sup> Há milhares de corporações policiais atuando nos EUA, vinculadas aos governos federal, estadual e municipal. As únicas vinculadas às Forças Armadas são as polícias internas das corporações militares.

<sup>16</sup> De uma maneira geral, pode-se dizer que nos Estados Unidos, segundo a interpretação de Wacquant e Garland, houve uma expansão do Estado-coerção, tanto Penal (face interna) quanto Militar (face externa), corresponde à desregulamentação econômico-social em ruptura com o pacto keynesiano-fordista. Os pesquisadores concentram-se principalmente no plano penal e interno, enquanto outros estudiosos, como William Blum e Noam Chomsky, priorizam o plano externo e militar em seus escritos. Como tentamos argumentar aqui, é difícil transferir diretamente o “modelo” de Loic Wacquant se não levarmos em conta que no Brasil a distinção entre a função militar e a função policial é tênue e fluída, porque efetivamente não há uma separação tão clara assim, em função de peculiaridades históricas que antecedem à implantação de políticas neoliberais nos anos 1990 e 2000.

<sup>17</sup> **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

**§ 1º** A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

**§ 2º** A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

**§ 3º** A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

**§ 4º** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

A norma constitucional consagra a segurança pública como “dever do Estado” e “responsabilidade de todos”, e impõe a divisão entre polícia judiciária e polícia ostensiva, cortando ao meio o ciclo de policiamento e a carreira policial. A polícia ostensiva estadual, ao lado dos bombeiros, é ainda força auxiliar e reserva do Exército. Como tais, a atividade policial das PMs é controlada pelos tribunais militares. O artigo 142 da Constituição diz que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, afirmação ambígua que em determinados contextos poderia ser manipulada para justificar um golpe de Estado<sup>18</sup>. Ou para justificar uma paradoxal policialização das forças militares, paralela à militarização das forças policiais.

A organização policial e militar da Constituinte de 1988, sob pressão dos comandantes militares que ameaçavam com um novo golpe de Estado, consolidou a militarização da segurança pública (Zaveruscha, 2005a; Nóbrega Júnior, 2010a, 2010b). A militarização em questão não é apenas o exercício de funções de policiamento e defesa civil por militares. É também a incorporação de estratégias e táticas, treinamento, doutrina, hierarquia, disciplina e organização militares no exercício de funções civis e a subordinação destas ao comando militar. Como acontece com a polícia, a aviação comercial, a marinha mercante e a política de controle sobre drogas ilegais.

É preciso comparar esse militarismo interno da segurança pública brasileira com a organização policial semi-militarizada em outros países. Na França, por exemplo, temos a *Gendarmerie*, força militar de segurança interna, de ciclo completo, carreira única, independente do Exército Francês, especializada em funções de segurança de autoridades

---

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39 (CF 1988).

<sup>18</sup> A possibilidade de manipulação do art. 142 da Constituição não significa que fosse válida. Ao Presidente da República cabe o Comando-Supremo das Forças Armadas, e deste modo qualquer tentativa de golpe de Estado seria, no mínimo, uma rebelião criminosa. Por outro lado, abre-se a possibilidade de uso policial das Forças Armadas pelo Presidente da República.

públicas, polícia interna das corporações militares e policiamento das áreas rurais e de fronteira. O policiamento das cidades fica por conta da *Police National*, força civil, de cilo completo, carreira única, desvinculada das forças militares. Em países como Portugal e Espanha, há um modelo semelhante, com suas peculiaridades.

A organização policial brasileira é peculiar. Temos duas polícias estaduais, uma judiciária e outra ostensiva-militar, ambas divididas entre carreiras superiores e subalternas. A polícia estadual militarizada é força auxiliar e reserva das Forças Armadas e ao mesmo tempo administrada pelo Governador Eleito, organizada à imagem e semelhança do Exército Brasileiro, exceto pela patente de general, responsável pelo policiamento em todo o território estadual. As forças defesa civil do Corpo de Bombeiros Militares, quando não são uma parte da Polícia Militar, possuem características semelhantes. As PMs e CBMs tem características muito mais paramilitares que policiais ou de defesa civil.

A militarista, conservadora e autoritária Doutrina de Segurança Nacional, que prioriza a “segurança de Estado” em detrimento da “segurança cidadã”, manteve-se forte no polo das agências de segurança do campo burocrático e no discurso sobre a segurança pública e criminalidade.

O trabalho de policiamento ostensivo e defesa civil é controlado internamente pelas Corregedorias e externamente pelos Tribunais Militares. O Regimento Disciplinar, inspirado no Exército Brasileiro, é draconiano e contrário aos princípios dos direitos humanos (dos policiais militares e dos civis), punindo mais severamente o coturno sujo e a barba mal feita que a violência arbitrária e cruel contra civis.

O treinamento policial das PMs incorpora essa militarização, enfatizando mais a competência de combate e a obediência sem questionamento que a metodologia própria do trabalho policial sob um regime democrático. E por realizarem as funções básicas de policiamento ostensivo e defesa civil, as forças militarizadas de segurança pública são as mais presentes no cotidiano. Assim, as Polícias Militares poder ser consideradas, ao mesmo tempo, o maior efetivo policial e o maior efetivo militar do Brasil.

A supremacia quantitativa das agências militarizadas de polícia e defesa civil é, por si mesma, uma forte evidência da militarização da segurança pública no Brasil. O militarismo

não se resume ao fato de que o efetivo da segurança pública estadual militarizada é bem maior que o efetivo de todas as demais forças policiais federais, estaduais e municipais somadas<sup>19</sup>. Há ainda outros elementos que compõem o quadro da militarização da segurança pública:

i) O uso, em tempos de paz, das forças militares como auxiliares e reservas das polícias e defesa civil. Não é tão incomum que isso ocorra em condições excepcionais, durante emergências. A peculiaridade é quando isso se torna normal, quando a exceção vira regra. É o caso, por exemplo, da atuação de serviços de inteligência militar em tarefas de segurança, muitas vezes levando espionagem política à serviço dos governantes, ou até mesmo contra os governantes eleitos!

Também pertence a esta categoria o uso de tropas militares em operações policiais urbanas, como nas “invasões” de favelas nas Regiões Metropolitanas ou atuação em conflitos agrários e fundiários. Os fatos mais sinistros, sem dúvida alguma, são o emprego de militares, geralmente em conjunto com policiais, para integrar agências secretas de repressão política para sequestrar, torturar e exterminar as ameaças reais ou imaginárias ao *status quo*.

ii) O comando militar sobre as ações de segurança pública e a ineficácia do controle civil sobre forças militares. Na primeira forma, a militarização se dá pela execução militar de atividades civis, e na segunda, pela administração militar de atividades civis. Há um de insulamento burocrático das corporações militares, que passam a se comportar com excessiva independência dentro do Estado, mas também como uma expansão de competências e poderes a partir deste insulamento.

Se por um lado este insulamento põe os governos civis sob pressão, por outro permite alianças políticas de militares com o governo ou oposição, levando à partidarização das Forças Armadas. O controle da aviação comercial pela Força Aérea, da marinha mercante pela Marinha de Guerra, além da influência do Exército sobre as Polícias e Bombeiros Militares através da Inspeção Geral das Polícias Militares são ótimos exemplos.

---

<sup>19</sup> Segundo a SENASP, FBSP e IBGE, em 2008 as polícias judiciárias estaduais tinham um efetivo de 125 mil, as polícias federais, cerca de 29 mil. Somados com o efetivo de 75 mil das guardas municipais, seriam 229 mil agentes civis de segurança pública. As Polícias Militares tinham 412 mil, que, somados com 47 mil do Corpo de Bombeiros militares, chegam a quase 460 mil. O efetivo das Forças Armadas era de 371 mil militares federais.



O Gabinete de Segurança Institucional, antiga Casa Militar da Presidência da República, merece um comentário a parte. Não apenas é um cargo de ministro privativo para oficiais superiores das Forças Armadas, como tem funções excessivas, para dizer o mínimo. A ABIN, agência central do serviço secreto brasileiro, é subordinada ao ministro-general do GSI, e não diretamente à presidência, como seria de se esperar. Além disso, subordina-se ao GSI a Política Nacional sobre Drogas. Outro fato intrigante, pois espera-se que o controle sobre as substâncias psicoativas seja mais pertinente para a saúde e segurança públicas que para a defesa nacional.

iii) A concepção militarista ou militarização ideológica da política de segurança consiste na imposição de uma concepção de guerra a atividades não bélicas, que passam a ser discutidas, julgadas, planejadas, implementadas e dirigidas segundo modelos de estratégia e tática militar. A consequência desta concepção na política criminal é considerar a criminalidade como uma guerra civil, e os criminosos como inimigos internos a serem neutralizados por captura, ferimento ou morte. Os que defendem os direitos de suspeitos e condenados são acusados de colaborar com o “inimigo da sociedade”<sup>20</sup>.

Os militares ainda possuem uma desproporcional influência sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), pois, além dos serviços de inteligência das Forças Armadas nacionais e das Polícias Militares estaduais, também predominam na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que é a agência central e presume-se que possuem importância decisiva nos serviços de inteligência de segurança pública das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Finalmente, a Política Nacional Antidrogas, da mesma forma que a Abin, foi posta sob o controle do Gabinete de Segurança Institucional, antiga Casa Militar da Presidência da República, cuja chefia é privativa de oficial-general das Forças Armadas. O Gabinete de Segurança Institucional controla tanto a política nacional de controle de drogas quanto a agência central de inteligência do Sisbin. A política nacional antidrogas assume, desta maneira, não apenas um caráter eminentemente repressivo, como também de uma repressão militarizada, pelo comando militar sobre ações eminentemente policiais e penais (Zaveruscha, 2008; Zaccone, 2007).

---

<sup>20</sup> É muito comum ouvir, no Brasil, que os defensores dos direitos humanos são “defensores de bandidos”.

O “combate à criminalidade” é objeto de verdadeiras cruzadas para subjugar os inimigos internos. Os territórios e populações de maior risco de violência criminal são submetidos a verdadeiros regimes de exceção seletivos, com polícias que atuam como exércitos de ocupação e sistema penitenciário, funcionando como campo de concentração. Exige-se vigilância ilimitada e respostas imediatas e enérgicas, o que leva à flexibilização ou até mesmo suspensão de garantias constitucionais. Tudo em nome da segurança.

### **O híbrido policial-militar**

Por executarem as funções policiais básicas e terem os maiores efetivos, as polícias estaduais são as principais forças da organização policial do Brasil. A Polícia Civil é uma polícia judiciária, administrativa e investigativa, com sistema de comando descentralizado e dirigida pelos Delegados de Polícia, que conduzem as investigações criminais através do Inquérito Policial. Por reunir instrumentos jurídicos policiais e judiciários sob a “autoridade policial” do Delegado de Polícia, o Inquérito Policial foi descrito como remanescente de uma “tradição inquisitorial”, de origem ibérica e católica, que conduz a investigações baseadas na presunção de culpa, no segredo e na hierarquia social.

Sem dúvida essas funções inquisitoriais existem entre delegados da polícia judiciária e membros do Ministério Público, por terem estes também o poder de instaurar Inquéritos Policiais. Essa competição pelo monopólio do Inquérito Policial ajuda a explicar a rivalidade entre delegados e promotores, bastante explícitas em recentes disputas legislativas em torno da “PEC 37”, na qual o Ministério Público saiu vitorioso, e na autonomia investigativa dos delegados de polícia, nas quais estes saíram vitoriosos. A tradição inquisitorial do processo penal pode ser considerada comum entre Estados ibéricos e ibero-americanos.

A Polícia Federal pode ser considerada a única de ciclo completo no Brasil, pois lhe cabe tanto a investigação policial quanto o policiamento ostensivo. No entanto, as suas missões constitucionais são bastante específicas e o tamanho do seu efetivo em relação à população e território sob sua jurisdição é bastante limitado. E ainda assim, a União tem duas polícias

ostensivas especializadíssimas, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal<sup>21</sup>. São exceções que confirmam a regra, pois na verdade a maior força ostensiva da União são as Forças Armadas.

Quais são as consequências dessa organização policial? Em primeiro lugar, há uma ambiguidade em relação ao comando da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares. Sendo cada uma força auxiliar e reserva do Exército, e sendo o Presidente da República o comandante supremo das Forças Armadas é natural deduzir que o verdadeiro chefe das Polícias Militares estaduais é o Presidente da República, e sua coordenação caberia ao Ministério da Defesa. Mas a Constituição Federal de 1988 também colocou as PMs e CBMs sob comando dos governadores eleitos dos Estados. A incoerente arquitetura constitucional de 1988, sob pressão intensa dos generais do Exército, terminou por determinar que os militares estaduais são comandados, ao mesmo tempo, pelo chefe de governo estadual e pelo chefe de governo federal.

Na prática, porém, a PM e o CBM se subordinam ao governador eleito, ao mesmo tempo em que integram a Inteligência Militar. O comando duplo, estadual e federal, sobre uma força policial militarizada considerada força auxiliar e reserva do Exército até mesmo em tempos de paz, talvez seja impraticável, e o que aconteceu em várias ocasiões foi a mobilização das Forças Armadas para auxiliar as polícias estaduais e federais, e não a mobilização da polícia militarizada pelo comando presidencial. Na prática, acaba-se adotando de forma confusa e ambígua a regra de considerar as forças militares como auxiliares do policiamento ostensivo em tempos de paz, e o contrário, em tempos de guerra declarada.

Em segundo lugar, temos a questão da divisão entre polícia ostensiva militarizada e polícia judiciária, que estabelece uma cisão, descoordenação e rivalidade entre as duas atividades policiais complementares. Nas polícias de ciclo completo, normalmente já uma divisão interna, com alguns setores trabalhando no policiamento ostensivo, outros na investigação criminal. Mas são duas sessões da mesma organização, sob comando político-administrativo único e sob o mesmo controle externo do Judiciário.

---

<sup>21</sup> Todos os comentários sobre a organização policial e militar se referem aos artigos 142 e 144 da Constituição Federal de 1988, que se referem, respectivamente, à “Defesa Nacional” (segurança externa; ou militar) e à “Segurança Pública” (segurança interna; ou policial e defesa civil).

Há muitas razões para acreditar que a incompletude do ciclo policial, tanto na polícia federal quanto nas polícias estaduais, contribui para a ineficácia das forças policiais em realizar a sua função definida pela Constituição Federal. Não é raro que cada uma das polícias acabe por tentar se organizar como polícia completa. Os serviços de inteligência das Polícias Militares são legalmente destinados a vigiar os próprios militares estaduais, mas na prática acabam realizando atividades investigativas, muitas vezes orientadas por uma lógica militarista de espionagem interna. As Polícias Civis instituem grupos táticos para a realização de funções especiais ligadas ao policiamento ostensivo.

Outro elemento marcante do Sistema de Justiça Criminal do Brasil é o seu processo penal baseado na tradição inquisitorial, herdada do Direito Canônico, e que contrasta fortemente com o processo penal de tradição acusatorial. A divisão entre policiamento ostensivo militarizado e polícia judiciária civil<sup>22</sup> contribui para uma certa fragmentação do Sistema de Justiça Criminal.

No que consiste essa tradição inquisitorial? Em contraste com o sistema de justiça criminal dos Estados Unidos, *acusatorial*, baseado na presunção de inocência (todos são inocentes até que se prove o contrário), na publicidade e na igualdade jurídica, o processo penal brasileiro tem na presunção de culpa, no segredo e na hierarquia social seus princípios organizadores dos procedimentos práticos de criminalização secundária. A regra é tratar desigualmente os desiguais, em contraste com os princípios constitucionais brasileiros após 1988. Este processo de criminalização inquisitorial inicia com o inquérito policial e termina no tribunal (do júri, se for crime de homicídio), com diferenças relevantes com o processo acusatorial da tradição da *commom law* anglo-saxã, mas também com a tradição da *civil law*, da Europa Continental. A extrema desigualdade econômica se reproduz na desigualdade jurídica. A peça mais importante do processo de criminalização no Brasil é o inquérito policial, de matriz inquisitorial-ibérica e controlado por delegados de polícia judiciária estadual e federal, e, eventualmente, por promotores do Ministério Público. A característica do inquérito policial é basear-se no segredo, ausência de contraditório e presunção de culpa,

---

<sup>22</sup> A tradição inquisitorial é de origem mais antiga, ligada à justiça criminal ibérica e Direito Canônico, e sempre foi presente no Estado brasileiro. A militarização do policiamento ostensivo foi imposto pela Ditadura Civil-Militar, a partir de 1969, incorporando as antigas Guardas Civis e Forças Públicas ao efetivo das Polícias Militares sob comando de oficiais militares.

dando grande importância à confissão do suspeito, e concentrando funções policiais e judiciárias da investigação criminal em um único agente público. As consequências desta instituição são a alta discricionariedade policial e baixa eficiência da investigação criminal, pois o delegado (ou o promotor fazendo as vezes de delegado) controla a investigação e a forma legal de exposição dos resultados, concentrando poderes legais que, em muitos países, estariam sob controle do Ministério Público ou do instituto do Juizado de Instrução (Kant de Lima, 2004; 1989; s/d; Misse, 2010; 2011; Kant, Misse e Miranda 2000).

Por estas razões, há uma tradição de policiamento militarizado e processo penal inquisitorial. Uma mescla entre policiamento e guerra, caracterizado pela identificação de “inimigos internos”, contra os quais agem forças paramilitares de policiamento ostensivo e polícias judiciárias dirigidas por advogados. Essa organização policial se interliga a uma organização judicial baseada na acusação, defesa e julgamento de suspeitos em tribunais independentes. A segurança pública neste paradigma se caracteriza pela reação repressiva a incidentes e pela militarização da repressão. Da mesma forma que o regime de exceção de 1964-88 foi uma ditadura *civil*-militar, o sistema policial e penal, consolidado em 1988 pelo processo constituinte, conservando grande parte da anterior organização institucional, especialmente no polo da segurança pública, tem na militarização um dos seus principais componentes, complementado pelo domínio da profissão jurídica (“advogadização”) sobre a polícia investigativa/judiciária<sup>23</sup>.

| Órgãos de Segurança Pública (2006) |         |        |  |                    |
|------------------------------------|---------|--------|--|--------------------|
| Nome                               | Unidade | Status | Função                                       | Efetivo aproximado |
| Polícia Federal                    | União   | Civil  | Polícia judiciária e ostensiva especializada | 12.000             |

<sup>23</sup> O sistema carcerário participa deste controle social penal-militar na condição de sistema concentracionário. Pode parecer muito forte comparar prisões brasileiras para presos comuns a campos de concentração, porém faz sentido, principalmente tendo em vista a superlotação em regime fechado de privação de liberdade, se recordarmos que o campo de concentração é um lugar de exceção, de suspensão de garantias, de “lei dos mais fortes”. E o mais forte normalmente é a administração penitenciária, com seus agentes e equipamentos, e depois deles alguns presos que, por razões diversas, possuem privilégios em sua relação com os funcionários e com os outros presos. Eventualmente, a relação de força se inverte por alguns momentos, durante rebeliões. A impunidade daqueles que cometem homicídios e torturas contra detentos (tanto suspeitos quanto condenados) reproduz este caráter potencialmente concentracionário, embora as próprias condições objetivas de encarceramento sejam torturantes à sua maneira.

|                                    |                                      |         |  |            |
|------------------------------------|--------------------------------------|---------|--|------------|
| <b>Polícia Rodoviária Federal</b>  | União                                | Civil   | Polícia ostensiva especializada            | 16.000     |
| <b>Polícia Ferroviária Federal</b> | União                                | Civil   | Polícia ostensiva especializada            | Centenas   |
| <b>Polícia Civil</b>               | Estado                               | Civil   | Polícia judiciária e investigação criminal | 124.000    |
| <b>Polícia Militar</b>             | Estado (aux. dos militares federais) | Militar | Polícia ostensiva                          | 412.000    |
| <b>Corpo de Bombeiros</b>          | Estado (aux. dos militares federais) | Militar | Defesa Civil                               | 47.000     |
| <b>Agentes Penitenciários</b>      | Estado ou União                      | Civil   | Polícia penitenciária                      | 65.000(?)  |
| <b>Guarda Municipal</b>            | Município                            | Civil   | Polícia administrativa ostensiva           | 70.000 (?) |

**Fonte:** Secretaria Nacional de Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça

Em 2006, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (num levantamento que compreendia os anos de 2003 a 2006), haviam cerca de 536 mil policiais estaduais: 412 mil policiais militares e 124 mil policiais civis. O efetivo policial federal somava cerca de 29 mil, sendo 12 mil da Polícia Federal, 16 mil da Polícia Rodoviária Federal e algumas poucas centenas da Polícia Ferroviária Federal. Podemos observar que as agências estaduais tinham 94,86% do efetivo policial nacional, e as Polícias Militares estaduais 76,86% do efetivo policial estadual e 72,92% do efetivo policial nacional. No conjunto são cerca de 565 mil policiais para 186 milhões de habitantes do Brasil, ou seja, 303 policiais por 100 mil habitantes.

As Guardas Municipais, segundo levantamento do IBGE, eram de 70 mil agentes em 2004, mas seu status policial é controverso, e, aliás, a controvérsia deveria ser mais empírica que jurídica. Os Corpos de Bombeiros estaduais possuíam 47 mil efetivos em 2006, segundo a SENASP. As Forças Armadas têm um efetivo de 371 mil militares na ativa. Somando as Forças Armadas e suas forças auxiliares e reservas estaduais, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, as tropas alcançam um total de 830 mil, em contraste com os pouco mais de 223 mil agentes civis de segurança pública. Há 446 agentes militares por 100 mil habitantes, e 120 agentes civis por 100 mil habitantes, sem esquecer que as próprias

agências civis de segurança são, em maior ou menor grau, parcialmente militarizadas.

Os levantamentos regulares<sup>24</sup> desde 2007 não mostram variações relevantes neste quadro. A proporção de habitantes/policial e a proporção entre as diferentes forças policiais tenderam a se estabilizar, e os investimentos estaduais em segurança pública tendiam a focar no reaparelhamento dos órgãos policiais.

E o que mostra este quadro? Primeiro, que não há qualquer anormalidade na relação entre número de agentes de polícia e número de habitantes. A peculiaridade brasileira é a existência apenas de polícias duas carreiras desiguais, ostensivas ou judiciárias (meio ciclo policial), com o predomínio absoluto de forças ostensivas e militarizadas. Apenas a Polícia Federal, que possui quase 2% do efetivo policial nacional, desempenha tanto funções legais ostensivas quanto investigativas, mas também é dividida em delegados e não delegados.

O alto grau de ostensividade e militarização do policiamento tem como resultado incompetência investigativa e potencialização da violência policial. O número mais eloquente sobre a ineficiência da investigação policial é a baixíssima resolutividade dos casos de homicídio<sup>25</sup>. A violência policial é evidenciada pelas altas (e subestimadas) taxas de letalidade policial, milhares de casos anuais que são, ao mesmo tempo, o caso-limite e a ponta do iceberg das violências cometidas e sofridas por policiais. E as características das vítimas de violência policial tendem a ser semelhantes às características da população carcerária.

Desta maneira, o sistema de segurança pública e justiça penal da Nova República<sup>26</sup> se

---

<sup>24</sup> Publicados no **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, e, mais esporadicamente, em levantamentos do Ministério da Justiça/SENASP.

<sup>25</sup> “O índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixíssimo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas, inclusive a realizada pela Associação Brasileira de Criminalística, 2011, que varie entre 5% e 8%. Este percentual é de 65% nos Estados Unidos, no Reino Unido é de 90% e na França é de 80%. A quase totalidade dos crimes esclarecidos decorre de prisão em flagrante e da repercussão do caso nos meios de comunicação. As delegacias de polícia, por inúmeras causas, dedicam-se apenas aos homicídios novos. A imensa maioria dos inquiridos acaba paralisada nas delegacias de polícia, em situação de arquivamento de fato, o que contraria a legislação processual penal, que estabelece a necessidade de proposta do Ministério Público e acolhimento pelo juiz para os casos de arquivamento.” **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Diagnóstico da investigação de homicídios no país.** Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2012, p.22.

<sup>26</sup> Poderíamos chamá-la de VI ou de IV República? O fato é que tivemos seis constituições desde a queda do Império, mas quatro assembleias nacionais constituintes. E até hoje, nenhuma constituição foi aprovada em plebiscito pelo povo.

organizou em forte continuidade com o paradigma da segurança nacional. Nas agências de segurança pública, preserva-se a divisão entre polícia judiciária e forças militarizadas de polícia e defesa civil. A orientação geral da segurança pública prioriza a Segurança de Estado, defesa da ordem estabelecida e combate aos “inimigos internos”<sup>27</sup>. As Polícias Militares estaduais ainda somam a estas linhas gerais uma hierarquia, disciplina e treinamento espelhado no Exército Brasileiro. Levando em conta o contexto de extrema desigualdade econômica e exclusão social, não é de se estranhar que a ação deste aparelho policial-militar em periferias urbanas seja comparada aos exércitos de ocupação.

O diferencial do regime político pós-1988 é que as agências judiciais (Ministério Público, Magistratura e Defesa) possuem poder legal independente para exercer controle externo sobre a ação policial e, dentro de rígidos limites, zelar pelos direitos dos suspeitos e condenados. O que não impede que promotores e juízes assumam uma atitude “colaboracionista” em relação à brutalidade policial. O “colaboracionismo” judicial termina por criar uma situação na qual o respeito retórico aos direitos humanos coexiste com a sua violação cotidiana<sup>28</sup>. As mesmas camadas sociais que são “preferidas” pela repressão penal, são igualmente aquelas em relação às quais se tolera o uso da violência aberta. As mesmas camadas sociais que escapam à repressão penal, são aquelas cuja vitimização provoca mais forte reação policial e judicial. O rigor punitivo e a impunidade são duas faces da mesma moeda, distribuídas em simetria inversa pelo tecido social.

A maior parte dos crimes letais intencionais (categoria que abrange homicídios, latrocídios, “autos de resistência” e lesões corporais seguidas de morte) permanecem sem resolução pela investigação criminal. Ou seja, a autoria da maior parte dos assassinatos é desconhecida, pois a polícia é incapaz de identificar, com provas, os culpados pela grande maioria dos homicídios<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> As agências de segurança penitenciária não constituem exceção a este quadro geral.

<sup>28</sup> Aqui é preciso mencionar, além do grande número de casos de violência policial e penitenciária, um grande número de casos de crimes violentos cometidos por quadrilhas com a cumplicidade ou até mesmo participação de policiais, militares, agentes penitenciários e guardas municipais. Os relatórios **Força Letal** (*op.cit.*) e **Um em cada cinco** (*op.cit.*) trazem levantamentos destes casos e estatísticas.

<sup>29</sup> Essa constatação foi realizada por uma pesquisa, a pedido do Conselho Nacional do Ministério Público. Verificou-se que a taxa de resolutividade dos homicídios no Brasil é pouco maior que 10%, sendo ainda menor em alguns Estados da Federação. cf. <http://inqueritometro.cnmp.gov.br/inqueritometro/home.seam>, acesso



Atrás das grades, os de sempre: pobres e negros, iletrados, desempregados, a maioria jovens do sexo masculino, presos provisórios ou condenados por crimes contra o patrimônio e posse de drogas ilícitas. Semelhante perfil se encontra entre as vítimas da violência policial ou dos “grupos de extermínio” (Human Rights Watch 2009; Instituto de Direitos Humanos da International Bar Association e Open Society 2010).

### Considerações Finais

Não se pode reduzir a segurança pública aos seus “resquícios da ditadura” integrados democracia eleitoral pós-1988. Sem dúvida a política criminal conheceu importantes mudanças, como a legislação sobre “crimes hediondos”, “penas e medidas alternativas” e “juizados especiais” ou as “políticas de segurança” federais, estaduais e municipais.

Ainda assim, é preciso voltar a este passado, relacioná-lo ao presente, para entender toda e qualquer política criminal implementada no Brasil de hoje. Cinquenta anos após o golpe de 1964, a militarização ainda dá a tônica na política criminal, principalmente através da administração da segurança pública, caracterizada por aquele hibridismo policial-militar.

A grande maioria, entre 70% e 75% do efetivo de segurança pública é formado por militares estaduais, organizados à imagem e semelhança do Exército Brasileiro (exceto pela patente de general) e como suas forças auxiliares e de reserva. A presença dessa enorme força paramilitar encarregada do policiamento ostensivo e defesa civil é, por si só, um importante fator de militarização, mas não o único. A participação das Forças Armadas propriamente ditas em assuntos civis de segurança interna é muito forte, envolvendo a administração militar de certas ações, uso interno de serviços secretos militares, e emprego de tropas ostensivas em ações repressivas junto à população civil. Forças juridicamente civis de segurança utilizam métodos de ação militares e unidades especiais militarizadas.

É no próprio discurso sobre a segurança pública que a militarização fica evidente. É frequente que em meio a promessas sempre renovadas de uma “polícia de proximidade”, “comunitária”, apareça o discurso do combate ao inimigo interno, destituindo dos eternos

---

em 12 de janeiro de 2014.

suspeitos a condição de cidadãos. Não é difícil ver gangues armadas, que muitas vezes sobrevivem pela associação com a corrupção policial, serem tratadas como protoguerrilhas. A atividade de tráfico varejista tratada como rebelião, muito embora seja mais uma prática capitalista que visa ao lucro individual (muitas vezes associada a agentes públicos). A repressão policial e os acordos de conta entre criminosos retratada como uma luta armada por território.

É assim que ativistas e advogados são muitas vezes acusados de “colaborar com o inimigo-criminoso”, enquanto violentos grupos criminosos tidos como “justiceiros” são aclamados como amigos e aliados, conquanto sejam legalmente criminosos contumazes para os quais existe até mesmo um tipo penal específico, o crime de “milícia armada”. A tortura e morte de inocentes pelo abuso policial é minimizada como um “dano colateral”, já que o abuso policial é transfigurado em “rigor contra o crime”. A milícia privada se torna “aliada” do policial-combatente em sua luta infinita contra inimigos internos.

É por isso que tanto quanto a militarização formal pesa a militarização ideológica, implícita na tradição corporativa e política que trespassa os códigos legais, valores, habitus, transmitidos por toda a socialização profissional dos agentes policiais, instrumentalizados por chefes políticos e respaldado por amplas camadas da opinião pública e por quase toda a opinião publicada. O que o militarismo formalizado e legalizado faz é enrijecer e petrificar o que está implícito na tradição, e os comandantes da ditadura sabiam disso quando editaram os seus decretos-lei que reformaram a organização policial.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) - Acesso em 7 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3931, de 11 de dezembro de 1941.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943.

\_\_\_\_\_. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.

\_\_\_\_\_. Lei nº 136 de 14 de dezembro do mesmo ano, pelo

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 4.766 de 1 de outubro de 1942.

- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1002, de 21 de outubro de 1969.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei 314 de 13 de março de 1967.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969.
- \_\_\_\_\_. Lei 6.620 de 17 de dezembro de 1978.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 7209, de 11 de julho de 1984.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1406, de 24 de julho de 1975.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983.

CAMPOS, Marcelo da Silveira (2010). **Crime e Congresso Nacional no Brasil pós-1988: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006**. UNESP, Campinas, 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça (2012). **Diagnóstico da investigação de homicídios no país**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

DIAS NETO, Theodomiro (2005). **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais; FGV.

GARLAND, David (2008). **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Trad. André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan.

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. (2003) “As três versões do neo- institucionalismo”. In **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, no 58, pp.193-223.

HUMAN RIGHTS WATCH (2009). **Força Letal: violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**.

INSTITUTO DE DIREITOS HUMANOS DA INTERNACIONAL BAR ASSOCIATION; OPEN SOCIETY (2010). **Um em cada cinco: a crise nas prisões e no sistema de justiça criminal brasileiro**. Fev.

KANT DE LIMA, Roberto (s/d). **Administração de conflitos, espaço público e cidadania: uma perspectiva comparada**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, dezembro ano/vol. 1, número 002, pp. 11-16.

\_\_\_\_\_. (1989). “Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 10(04). 1989. MONJARDET, Dominique “Questionner les similitudes: à propos d’une étude sur la police” *Sociologie du Travail*, 2-89 pp.193-204. 1989.

\_\_\_\_\_. (2004). **Direitos civis e direitos humanos: uma tradição judiciária pré-republicana?** São Paulo em Perspectiva, n. 18, vol. 1, pp 49-59.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Angelina Peralva (2000). **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, nº50, 2º/.

MISSE, Michel (2010). **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"**. Lua Nova, São Paulo, n. 79.

\_\_\_\_ (2011). **O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa**. Soc. estado., Brasília, v. 26, n. 1, Apr.

NOBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da (2010a). **A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia?** Sociologias, Porto Alegre, n. 23, Apr.

\_\_\_\_ (2010b). **A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 18, n. 35, Feb.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WACQUANT, Loïc (2001). **As prisões da miséria**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_ (2007). **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]**. Trad. de Sérgio Lamarão. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revan; ICC.

ZACCONE, Orlando (2007). **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan.

ZAVERUSCHA, Jorge (2005a). **FHC, Forças Armadas e polícia: entre autoritarismo e democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_ (2008). **De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 16, n. 31, Nov..

\_\_\_\_ (2005b). **A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 25, Nov.

## Soneto da Desolação

Recebido em 27-06-2015  
Aceito para publicação em 22-07-2015

Douglas Costa<sup>1</sup>

153

Perdido na embriaguez da solidão  
Caminho devagar o meu destino  
Vou enganando o desejo assassino  
De me contentar com a sensação

De estar à deriva na multidão  
O mundo me abraça e mais só termino  
Diluído no coletivo desatino  
Sou tripulante sem embarcação.

Desconstrói esse teu semblante sério  
Abre a porta para o sorriso branco  
Beija tua solidão torna-a tua amada

Enterra-te na cova do mistério  
Exultante com o coração franco  
E a alma completa e em si sublimada

---

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). É natural de Irecê-BA, e autor de literatura infantil. Recife, Brasil. E-mail: [douglasjcosta@gmail.com](mailto:douglasjcosta@gmail.com)

## Flores da Vitória

Recebido em 23-09-2015  
Aceito para publicação em 30-10-2015

Daniel Henrique Ferreira<sup>1</sup>

O sol nesta terra  
É muito duro;  
Castiga ferozmente  
Os corpos viventes.

Mesmo assim,  
Aqueles que florescem  
Exalam naturalmente  
Cores reluzentes.

A rigidez dos raios  
Fere as peles, as pétalas  
Cruelmente.

O segredo é a resistência:  
Lutar pela vida Intensamente.  
Ou resignar-se e perecer.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. E-mail: [danielhferreira@gmail.com](mailto:danielhferreira@gmail.com)